

**REVISTA DA
ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**N.º XVII
NOVA FASE
2015
Segundo Semestre**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOGIA**

Nova Fase
N.º XVII - 2015
Segundo Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2014 a maio de 2016

Presidente

Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente

Deonísio da Silva

Primeiro Secretário

Amós Coêlho da Silva

Segundo Secretário

Manoel P. Ribeiro (interino)

Tesoureiro

Manoel P. Ribeiro (interino)

Bibliotecário

Francisco Venceslau dos Santos

Relações-Públicas

Claudio Cezar Henriques

Editor-chefe

Manoel P. Ribeiro

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| EDITORIAL | 7 |
| ENSAIOS | |
| SERAFIM DA SILVA NETO – cadeira 16, 1.º ocupante - Evanildo Bechara | 8 |
| AS CORRESPONDÊNCIAS FONÉTICAS – Amós C. da Silva | 11 |
| BILINGUISMO, DIGLOSSIA E CRIOLIZAÇÃO NOS PAÍSES LUSÓFONOS – Antônio Martins de Araújo | 17 |
| NA CURVA DO RIO – Gilberto Mendonça Teles | 44 |
| ARTE E CULTURA NA AMÉRICA LATINA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO – Luiza Lobo | 54 |
| TRADIÇÕES, COSTUMES, USOS NO INTERIOR DO ACRE: CONTRIBUIÇÃO AO ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE – Luisa Galvão Lessa Kalberg | 73 |
| LATINISMOS – seu papel na comunicação acadêmica – Manoel P. Ribeiro | 85 |
| REPRESENTAÇÕES E MARCAS DA ORALIDADE NA ESCRITA DA CRIANÇA – Maria Angélica Freire de Carvalho / Francisco Renato Lima | 96 |
| SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO – PRINCÍPIOS TEÓRICOS – Soeli Maria Schreiber da Silva/Carolina de Paula Machado | 107 |
| DISCURSO E REBELDIA: O JORNAL DOS JORNALISTAS – Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt | 124 |
| ENTREVISTA – Manoel P. Ribeiro entrevista Antônio Martins de Araújo | 135 |
| RESENHA | |
| Do regional ao universal – Epopeia dos sertões- Vera Maria Tietzmann Silva | 140 |
| HOMENAGEM PÓSTUMA a Maria Emília Barcellos da Silva | 156 |
| MEMÓRIA – Serafim da Silva Neto | 157 |

REVISTAS FILOLÓGICAS – A UTILIDADE DOS ÍNDICES - Antônio Martins de Araújo 160

NOTICIÁRIO

PRÊMIO NA ABL – Roberto Acizelo de Souza161

ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA IV 161

PALESTRA DO PROF. RICARDO CAVALIERE 166

PALESTRA DA PROF.^a LUIZA LOBO 167

A ACADEMIA VAI ÀS UNIVERSIDADES – Palestra de Manoel P. Ribeiro na UNISUAM 167

HOMENAGEM PÓSTUMA A MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA 170

POSSE DE DOMÍCIO PROENÇA FILHO NA ABL 171

EDITORIAL

SERAFIM PEREIRA DA SILVA NETO, apesar do curto tempo de vida, foi um excepcional linguista e filólogo. O prof. Evanildo Bechara, que substituiu Serafim da Silva Neto na cadeira 16 da ABRAFIL, relata:

A progressão da doença e a perda do filho David em trágico acidente iam, aos poucos, corroendo a têmpera do trabalhador e a sua prodigiosa inteligência, motivando que os capítulos subsequentes de sua História da língua portuguesa fossem perdendo em extensão e profundidade - mas não em qualidade -, a fim de que o término chegasse antes de sua morte. Por isso, qualquer crítica que se faça a esta obra de Serafim tem, para ser justa, de levar em conta os percalços de saúde contra os quais teve de lutar no espaço de sua elaboração.

Neste número, ressalta-se, em alguns artigos, a pujança da obra de Serafim da Silva Neto. Além da fala do Mestre Bechara, temos o ensaio do Prof. Amós Coêlho da Silva que afirma: Serafim da Silva Neto (1917 – 1960) se debruçou com critério filológico sobre textos medievais para que a leitura deste material viesse a se tornar mais fácil no Brasil. Conforme depoimento do Prof. Silvio Elia:

... esteve Serafim da Silva Neto à frente do tempo filológico brasileiro, num livro que se tornou guia para quantos se atrevam a penetrar nos aliciantes meandros da literatura arcaica portuguesa. (1977: 9).

E Amós completa: Levantou os mais importantes problemas relativos a textos medievais portugueses, estabelecendo uma cronologia linguística, retirando material manuscrito até de pergaminho, a pele de carneiro ou de cabra...

Também Luisa Lessa faz referências à obra de Serafim da Silva Neto.

Esta revista contribui para não deixar no esquecimento o relevante progresso de nossos estudos propiciado pelo ilustre filólogo.

MANOEL P. RIBEIRO
Editor-chefe

ENSAIOS

SERAFIM DA SILVA NETO Cadeira n.º 16 - Primeiro ocupante

EVANILDO BECHARA
(ABL E ABRAFIL)

Serafim Pereira da Silva Neto nasceu no Rio de Janeiro, a 6 de junho de 1917, e nesta mesma cidade faleceu a 23 de setembro de 1960, com apenas 43 anos, em plena produção científica, apesar da saúde abalada. Fez o curso secundário no Colégio Batista, de sua cidade, e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais. Doutorou-se em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia. Desde cedo abraçou o magistério, tendo conquistado, no verbor dos anos, a cátedra do Liceu Nilo Pessanha, de Niterói, por concurso de provas e títulos; catedrático-fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que lhe outorgou o título de doutor *honoris causa*, alça à cátedra de Filologia Românica da Universidade do Brasil, sucedendo a Augusto Magne. Foi ainda professor da antiga Prefeitura do Distrito Federal e do Colégio Pedro II. Convidado pelo Governo Português, foi, por dois anos, catedrático-visitante da Universidade de Lisboa.

Começou precoce e auspiciosamente, ainda no verbor da idade (contava 20 anos), com uma edição comentada com muita erudição de *O Appendix Probi* (Rio de Janeiro, 1938), que, em 1956, chegou à 3.^a edição. Manteve correspondência com notáveis mestres estrangeiros e adquiriu, pelos anos afora, uma das melhores e mais ricas bibliotecas sobre linguística geral e filologia românica. Desde cedo, principalmente para levar avante e concretizar o sonho de um dos seus mais efetivos guias, ainda que à distância, José Leite de Vasconcelos, desde cedo juntou material para escrever a *História da língua portuguesa*, projeto que se tornou realidade a partir de 1957, publicada em fascículos que foram depois reunidos em livro monumental. Os primeiros capítulos desta obra são verdadeiras monografias, em que o A. se revela a par das últimas conquistas da teoria linguística portuguesa em particular, tanto através das páginas das mais conceituadas revistas internacionais do mundo científico, como de livros. A progressão da doença e a perda do filho David em trágico acidente iam, aos poucos, corroendo a têmpera do trabalhador

e a sua prodigiosa inteligência, motivando que os capítulos subsequentes de sua *História da língua portuguesa* fossem perdendo em extensão e profundidade - mas não em qualidade -, a fim de que o término chegasse antes de sua morte. Por isso, qualquer crítica que se faça a esta obra de Serafim tem, para ser justa, de levar em conta os percalços de saúde contra os quais teve de lutar no espaço de sua elaboração. Promoveu, como orientador das publicações da benemérita *Livraria Acadêmica*, do Rio de Janeiro, o início da *Biblioteca Brasileira de Filologia*, que muito contribuiu para a difusão e ensino da filologia e da linguística no Brasil. Com Antenor Nascentes, Mattoso Camara e Sílvio Elia, dirigiu dez números do *Boletim de Filologia*, do Rio de Janeiro, editado por Livros de Portugal.

Talvez com a exceção da fonética e fonologia, Serafim aplicou-se a todos os domínios da língua, da etimologia e da crítica textual, de cunho culturalista, especialmente na perspectiva histórica, bem como na investigação dialectológica. Neste sentido, mostrou-se fiel à vivacidade e à curiosidade intelectual das três de suas mais próximas fontes de inspiração: Hugo Schuchardt, José Leite de Vasconcelos e Antenor Nascentes. Por uma dessas coincidências do destino ou porque assim ele o sentira, podem-se traçar estreitos pontos de contacto entre as atividades inovadoras de Serafim da Silva Neto e de Pacheco da Silva Júnior, patrono da Cadeira 16 da Academia Brasileira de Filologia, de que foi membro fundador.

Obras:

Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi (1938); *Divergência na evolução fonética* (1940); *Miscelânea filológica* (1940); *Crítica serena* (polêmica, 1941); *História do latim vulgar* (1957); *Ensaio de Filologia Portuguesa* (1956); *A santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro, de André de Resende* (1947); *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956); *Bíblia medieval portuguesa, I* (1958); *Língua, cultura e civilização* (1956); *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950); *Diálogos de São Gregório* (1950); *A Filologia Portuguesa no Brasil* (1938-1940); *Manual de Filologia Portuguesa: problemas e métodos* (1952); *História da língua portuguesa* (1957); *A língua portuguesa no Brasil* (1960); *Guia para os estudos dialectológicos* (2.^a edição, Belém, 1957). Deixou esparsos numerosos artigos em revistas especializadas e em jornais.

Fontes de referência: Silveira Bueno, *Jornal de Filologia* n.º 13 (1960-1961); Sílvio Elia, *Ensaio de Filologia e Linguística* (2.ª edição, 1975) / *Miscelânea em homenagem a Serafim da Silva Neto* (Organizada por Raimundo Barbadinho Neto).

AS CORRESPONDÊNCIAS FONÉTICAS

(PROF. DR AMÓS COELHO DA SILVA –UERJ E ABRASIL)

RESUMO

A investigação de textos medievais; estudo dos pergaminhos e questões de redação dos copistas. A apreciação sobre o Latim Vulgar e as suas fontes. A importância do conhecimento sobre Latim Vulgar, como formadora da estruturação do português e a abordagem sobre esta denominação. Outros problemas de denominações filológicas sob a influência do Positivismo. Exame diacrônico e sincrônico da Língua Portuguesa. A situação da língua portuguesa em relação aos invasores do Império Romano na Península Ibérica. Conquista da Península Ibérica pelos árabes. Considerações sobre a expansão do português na África e no Brasil.

Palavras-chave: Latim Vulgar; Appendix Probi; Tábuas Execratórias; línguas românicas.

THE PHONETIC CORRESPONDENCES

ABSTRACT

The search of medieval texts; study of the medieval parchments and questions of editorial of the copiers. The appreciation on Vulgar Latin and theirs sources. The importance of the knowledge on Vulgar Latin, like the structure of the Portuguese and the approach on this denomination. Other problems of philological denominations under the influence of the Positivism. Examination diachronic and synchronic of the Portuguese. The situation of the Portuguese in relation to the invaders of the Roman Empire in the Iberian Peninsula. Conquest of the Iberian Peninsula by the Arabs. Considerations on the expansion of the Portuguese in Africa and in Brazil.

Keywords: Vulgar Latin; Appendix Probi; Curse Tablet; Romance languages.

Serafim da Silva Neto (1917 – 1960) se debruçou com critério filológico sobre textos medievais para que a leitura deste material viesse a se tornar mais fácil no Brasil. Conforme depoimento do Prof. Silvío Elia:

... esteve Serafim da Silva Neto à frente do tempo filológico brasileiro, num livro que se tornou guia para quantos se atrevam a penetrar nos aliciantes meandros da literatura arcaica portuguesa. (1977: 9).

Levantou os mais importantes problemas relativos a textos medievais portugueses, estabelecendo uma cronologia linguística, retirando material manuscrito até de pergaminho, a pele de carneiro ou de cabra, frequentemente usado até então. A partir desses trabalhos contribuiu com normas, que incluem substituições de letras “u” e “i” por “v” e “j”, a separação de palavras, já que em manuscritos estão juntas, desdobramento de abreviaturas, cuidados com a pontuação etc., para edição de textos arcaicos. Nesta investigação, a dos *Textos Medievais Portugueses e seu Problemas*, abriu um capítulo intitulado *Subsídios para uma Bibliografia de Manuscritos Medievais Portugueses*, onde lista as fontes dos arquivos e bibliotecas, com citações de copistas, tipo de material: pergaminho ou papel e títulos de documentos. Ainda anexou nesta obra fac-símiles para o leitor ter ideia da forma escrita realizada pelos copistas.

A *História do Latim Vulgar*, citado em nossa bibliografia, é a reunião com reedição de duas obras esgotadas há muito anos: a própria *História do Latim Vulgar* e *Fontes do Latim Vulgar*, conforme Prefácio de Rosalvo do Valle. Dada a natureza do Latim Vulgar, ou seja, o seu desempenho essencialmente oral, a formulação teórica das características sintagmáticas e paradigmáticas se torna bastante complexa. Na iniciação dos trabalhos filológicos, a complexidade da abordagem do Latim Vulgar se espelhou em equívocos, como no fato de se multiplicarem “formas reconstruídas” que caracterizou abstrações nas considerações filológicas a que chegaram tais esforços.

O caminho, como observa Serafim, está cheio de erros, porque, a começar pelo emprego do termo “vulgar” na classificação desta modalidade linguística, encerra uma ideia infeliz de latim “vagabundo, ordinário, reles” (1977: 24), o que exclui aqueles de origem burguesa, mais perto da classe culta, “e a ínfima plebe, inteiramente alheia aos estudos e à ilustração. (Idem, ibidem) E classificações não resolvem totalmente um enfoque linguístico. Como discernir filologicamente se retirarmos de Petrônio (século I d.C.), um clássico no cânone da literatura ocidental, uma expressão como “olim, oliorum”¹, *no outrora dos outroras* numa tradução literal. Mas num tradução mas refinada seria “há séculos”, isto é, uma flexão “indevida” do advérbio, se interpretarmos com rigor gramatical, que dita o advérbio é invariável “olim, outrora” – mas, se interpretada à luz da estilística de Charles Bally: um “desvio” - usada pelo autor no seu *Satiricon*.

O Latim Vulgar, que Serafim preferia as expressões “latim corrente” ou “latim coloquial”, era o falado pela sociedade romana da classe pobre e em

1- *Noveram hominem olim oliorum, et adhuc salax erat.* (XLIII) Eu conheci este homem há séculos e ele então era um infame.

momentos informais, como nas *Cartas* de Cícero e foi levado para as colônias submetidas pelo exército romano. Foi esta modalidade de latim que formou o campo sintagmático e paradigmático do português atual. Caracterizou-se o Latim Vulgar por a) alterações no flexionismo nominal e verbal, com simplificações profundas nas flexões: redução de cinco para três declinações e de quatro para três conjugações; b) no vocabulário houve abandono de palavras pouco usadas no dia a dia, como “*equus*” (cavalo) por “*caballu*” que resultou no termo fluente em português “cavalo”. Os filólogos passaram a classificar “equitação” como termo erudito e alguns o restringe, neste caso – dada a sua circulação ampla – em termo semierudito; reserva-se a expressão erudito para “potestade” porque só ocorre no círculo restrito da religião e singularmente na literatura camoniana. Aliás, Camões (1525-1580) foi um dos responsáveis pela latinização portuguesa deste termo.

O gênio da língua portuguesa é proveniente da reestruturação do latim na nova modalidade de “latim corrente”. Assim sendo, as desinências que subsistiram em português, provenientes do latim em geral, podem não ser utilizadas pelo falante do português atual aqui ou ali, como por exemplo, em geral não se usam a segunda pessoa do singular e plural (desinências “s” e “is”) no Brasil. Pode-se então falar por razões estilísticas em Português Brasileiro, mas não se pode retirar o falar do Brasil fora da Língua Portuguesa, ou fora do mundo lusofônico. Outro equívoco é o medo ao estrangeirismo, já transformado em bandeira política, numa reivindicação pobre daqueles que não sabem lidar com as coisas públicas (ou se aproveitam delas), criam demagogicamente bandeiras equivocadas, enganadoras do povo, como já houve receio à influência do francês, do inglês, tornando o assunto matéria prima de currículo escolar.

São fontes do latim vulgar textos da comédia latina, principalmente de Plauto, que, por querer conquistar a platéia, é a sua atitude de *captatio benevolentiae*, *captação da boa vontade*. O mencionado acima: Petrônio. Uma das fontes interessantes são as *Tábuas Execratórias* (*tabellae defixionum*), inscrições de maldições no mundo das bruxarias e de túmulos em chapas metálicas. As inscrições em Pompéia: os *graffiti*. O *Apêndice de Probo*, *Appendix Probi*, atribuído ao gramático *Valerius Probus*, que, ao recomendar que não se fale “orícla”, termina por demonstrar um estágio da evolução do termo latino “*auris*” (ouvido), do que proveio do Latim Corrente ao português “orelha” (de *auricula* > *auricla* > *orecla* > *orelha*; o mesmo, por analogia, com “*ovis*” a “*ovelha*”). Observa-se nestes casos uma preferência pelo diminutivo ‘-(c)-ulus’ (com um ‘c’ intercalado às vezes, conforme contexto fonológico), donde, por ocorrer analogia na pronúncia do diminutivo de “*vetus*”, ou seja,

‘vetulus’, o Apêndice de Probo registra a hesitação do falante latino: “5 vetulus non veclus”, isto é, o falante interpretou um possível sufixo ‘-culus’ ‘veculus’; daí a passagem de ‘cl’ a ‘lh’, como sói na correspondência fonética o grupo ‘cl’ > ‘lh’: “velho” em português.

Um dos pontos levantados por Serafim foi o fato de até então a tradição filológica acreditar que o alfabeto teria sido introduzido em Roma pelos gregos da Magna Grécia, da cidade de Cumas. Agora é que se tomou conhecimento que foram os etruscos que ensinaram aos romanos este alfabeto. Outro caso é o de Plauto, que data de época distante de Petrônio. Nos escritos plautinos, por exemplo, dentre outras observações linguísticas, a formação de comparativo em forma analítica, o que significa que o Latim Corrente já se encontrava em deriva, desde época remota como uma forte tendência ao analitismo ou a expressões locucionais. Nos *graffiti* pompeianos, mesmo sendo textos breves, já se pode depreender

1) a perda da oposição quantitativa, em favor da oposição de timbre”; 2) o predomínio do acento de intensidade; 3) passagem do ‘ae’ a ‘é’; 4) fenômeno de síncope (domus, colicle, manupus, etc.), inclusive a redução do perfeito ‘auot’ em ‘aut’; 5) o ditongo ‘au’ está representado por ‘o’ em algumas palavras de nítido cunho dialetal: *olla, coliclo, copo, plostrari*; reduz-se a ‘a’ na palavra agosto (,augusto); (...) 7) as elisões do tipo ‘quetus’ (por ‘quietus’), ‘febrarius’ (por ‘februarius’); ‘mortus’ (por ‘mortuus’); 8) fenômeno de assimilação em certos grupos consonânticos: ‘ps > ss’, ‘cs (x) > ss’, ‘ct > (t) t’; 9) o ‘t’ final das desinências verbais aparece com ‘s’ final; 10) o ‘m’ final desaparece, mas ‘s’ final mantém-se, à exceção de casos acidentais.” (1977:182).

O campo morfossintático apresenta o desaparecimento do neutro, redistribuído em gênero masculino, como ‘lutus’. O neutro plural torna-se feminino singular: ‘morticina’. Passagem da quarta declinação para a segunda: ‘passus, -us’ formará plural em ‘passi, nominativo plural. Preferência pela forma “alid” que se transformará em ‘o’ português, ‘al’, provençal, ‘al, el’ francês. Ainda se aponta a atuação mais ampla das preposições ‘ad’ e ‘de’.

Outro ponto em que se empenhou Serafim por corrigir foi o das “leis fonéticas”. Tal termo como a expressão “evolução” bastante empregados são frutos do positivismo. No entanto, “evolução” continua sendo usado na gramática moderna, mas com a restrição de sentido para “mudança”, quer dizer, a língua muda constantemente e o falante não se dá conta, às vezes, dessa possibilidade de mudança. Quanto às “leis fonéticas”, *melhormente designadas por “correspondências fonéticas”, representam apenas um meio*

prático para investigações. (1970: 51)

Até então só comentamos o trabalho diacrônico de Serafim. É preciso, no entanto, ressaltar suas importantíssimas observações sincrônicas. Não há que filiar absolutamente ao latim as evoluções de formas das palavras, já que uma vez contextualizada a palavra, ela obedecerá à etimologia popular. Daí a importância dos seus estudos sobre Geografia Linguística. Demonstrou a importância do acento de intensidade no Latim Hispânico, eliminando a pronúncia proparoxítona e promovendo a paroxítona e conseqüente alterações nas formas das palavras: 1) queda das vogais átonas: entre consoante e ‘l’ (*oc’lu, vec’lu, oric’la, etc.*) – entre ‘r, l’ de um lado, e ‘p, m, d, t, de outro (*vir’de, cal’um, cal’du, fal’ta, etc.*); entre ‘s’ e ‘t’ (*pos’ta, etc.*) (1970: 165) Além de apresentar estes pontos em estudos sincrônicos, ressaltava ainda uma tendência de outrora no latim de Nêvio que também *marcava ‘intégra’* (Idem: 167) O latim foi adotado pelos invasores da Península Hispânica no século III, embora tenham adotado a língua do derrotado, contribuíram com algumas palavras para o vocabulário desse lugar: elmo, trégua, guarda, tirar etc. (Idem: 322).

Nova invasão na Península: a dos árabes, que marcaram a língua portuguesa com cerca de oito séculos de convivência. Uma dessas marcas, além de outras contribuições linguísticas, foi o bilinguismo: falava-se o romance português e o árabe, típico dos moçárabes, que eram nativos portugueses, cujo falar foi denominado de aljâmia, (como fizeram os próprios árabes), falar uma outra língua que não era o árabe e que se sujeitaram ao domínio do conquistador. Na expressão de Serafim: “*Os moçárabes constituíam, evidentemente, o traço de união entre as duas culturas;*” (Idem: 336)

Tivemos, por conseqüência, os arabismos. Destaque-se, dentre eles, a fixação do artigo árabe “al”, às vezes modificado, sempre justaposto, como marca desse momento histórico no português em *alfafa, açúcar, alfaiate, alfazema, alface* etc.

Na rota da expansão geopolítica portuguesa, inclui-se a experiência do falar crioulo. O crioulo se constituiu num falar que mistura uma língua de civilização e da indígena, dada a necessidade comercial, e aconteceu, por exemplo, no falar de Macau, Ceilão etc.

Conforme “Prefácio de Silvío Elia, a carreira do Prof. Serafim começou muito cedo,

tornou-se catedrático, por concurso de títulos e provas, no Liceu Nilo Pessanha, de Niterói. Foi um dos fundadores da Universidade Católica do Rio de Janeiro (hoje Pontifícia), cadeira de Filologia Românica. Em

brilantíssimo concurso, em que ambos os candidatos obtiveram as nota máximas (concorreu com o Revdmo PE. Augusto Magne, S. J.) (...)

O seu brutal desaparecimento foi realmente uma gravíssima perda para os estudos linguísticos no Brasil, de que ainda não nos refizemos.

Mas herdamos dele uma vasta obra. Valiosíssima contribuição sobre a qual só pontuamos aqui neste ensaio.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

_____. *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

_____. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

_____. *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1950.

_____. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

BILINGUISMO, DIGLOSSIA E CRIOULIZAÇÃO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

(ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO - ABRAFIL E UFRJ)

RESUMO

Operando com o conceito atual de mudança linguística provinda do contato entre línguas diferentes, este ensaio visa especialmente a examinar os principais modalidades do português do Brasil, e algumas ocorrências morfossintáticas dos crioulos cabo-verdiano, guineense e tomeense-principense, após a conquista da soberania dessas três nações africanas, após a Revolução dos Cravos em Portugal.

Palavras-chave: modalidade, dialeto, crioulo, mudança, variação linguística, língua padrão.

ABSTRACT

Summary operating with the current concept of linguistic change coming from the contact between different languages, this test aims in particular to examine the main modalities of Portuguese in Brazil, and some morfossintáticas occurrences of Creoles of Cape Verde, Guinea and tomeense-principean, after the conquest of the sovereignty of these three African nations, after the Carnation Revolution in Portugal.

Keywords: modality, dialect, creole, change, linguistic variation, default, language.

1 - Proposta deste estudo.

Basicamente pretendemos estudar aqui a atual situação e o perfil dos crioulos afro-portugueses. Para isso, inicialmente precisaremos alguns conceitos com que iremos operar, como os de bilinguismo e diglossia; bem como tentaremos mostrar os fatores desta última na constituição daqueles crioulos. Enfim, apreciaremos alguns desvios das modalidades do português angolano e moçambicano em face da brasileira, bem assim algumas constantes do crioulo cabo-verdiano, do guineense e do tomeense. Só então,

em face dos dados obtidos, ousaremos formular algumas ideias prospectivas sobre o futuro do português na África. Começemos por mostrar o que vem a ser um pidgin, e seu ancestral: o sabir.

2 - Pidgização e crioulização

2.1 - Língua franca e língua de sinais

Recuemos mais de cinco séculos até à época das Cruzadas. Confrontados com falantes de línguas diversas das suas, os negociantes que singravam o Mar Mediterrâneo para realizar suas trocas mercantis, bem como os próprios cruzados com os falantes islâmicos em terra firme, encontraram um caminho de entendimento naquilo que se convencionou chamar *stricto sensu* de sabir ou língua franca. Com um minguado *corpus* e muita variação conforme fosse a procedência de seus utentes, essa língua franca, usada nesses séculos e nesse espaço físico, era um amálgama de espanhol, italiano, francês, grego, turco e árabe, e muita controvérsia ainda hoje provoca sobre sua origem e sua vitalidade.

A condição para que esse veículo de comunicação linguística seja reconhecido como sabir é a bilateralidade, isto é, ser usado por falantes de duas línguas mutuamente ininteligíveis. Alguns lingüistas rejeitam usá-lo em sentido amplo e trazê-lo, como fazem alguns, até o século XIX. Entre aqueles está Pierre Perego, que chama de pseudo-sabir ao *petit mauresque*, que existiu até o final do século passado no norte da África, sobretudo na Argélia.

Caminhemos um pouco mais à frente no tempo, e cheguemos à baía Cabrália justo no dia do nosso achamento oficial. Quem quer que tenha lido algum dia a carta da invenção de nosso país, escrita por Pero Vaz a Dom Manuel, deve estar lembrado do primeiro contacto de Nicolau Coelho com os indígenas. Na leitura de Cortesão, na 8.^a linha do fol. 1, de baixo para cima, que se inicia por *vergonhas*, diz a carta que os índios

traziam arcos nas mãos e suas seetas. Viinham todos rrijos pera o batel e Nicolaa Coelho lhes fez sinal que posessem os arcos, e eles os poseram. Aly nom pode deles auer fala ne[m] ente[n]dimento que aproueitasse polo mar quebrar na costa.

Como um não entendia a língua do outro, limitaram-se a falar com os gestos e a trocarem presentes que facilitassem a aproximação. Estamos diante do mundo fascinante da Semiologia no mais amplo sentido.

E mais adiante, agora no fol. 3, linha 23:

Vio huu[m] deles hu[m]as contas de rrosairo brancas. Açenou que lhas desem e folgou muito com elas e lancouas ao pesçoço e depois tirouas e enbrulhouas no braço e acenaua pera a te[e]rra e entã pera as contas e pera o colar do capitam como que dariam ouro por aquilo. / Isto tomauamos nos asy pelo desejarmos / mas se ele queria dizer que leuaria as contas e mais o colar, isto nom queríamos nos entender porque lho nõ aviamos de dar e depois tornou as contas a quem lhas deu [..]

Cortemos aqui a citação. Estamos diante do mundo fascinante da Pragmática no mais amplo sentido.

Diante de evidências como essa, antes de se concretizar um contacto mais duradouro entre falantes de línguas ininteligíveis entre si (seja através de um saber, de um pidgin ou de um crioulo), cremos haver sempre esse momento privilegiado em que a ausência de vocábulos formais não impede a compreensão de seres tão semelhantes. Eis a instância silenciosa da comunicação.

Tomemos agora o mapa n.º1. Nas principais famílias linguísticas sul-americanas, podemos ver que o tupi e o guarani cercam todo o litoral atlântico brasileiro, e mergulhando pela Amazônia adentro no sentido sul, praticamente abraçam as línguas indígenas do grupo gê. No extremo sul brasileiro atual, insinua-se o guarani e as línguas afins; na altura do Rio de Janeiro, o tamoio; na costa leste, o tupiniquim; no NE, o tupinambá; e na Amazônia, há mais de uma dezena de línguas. Nada mais natural que portugueses e indígenas de início conversassem sem palavras. Isso, porém, não foi um empecilho para a colonização.

Como todos sabem, a missão pedagógica dos jesuítas simplificou e disseminou pela costa brasileira o tupi, que, tornado já língua dos bandeirantes e das famílias, foi chamado de língua da terra e língua do mar, de língua do Brasil ou língua brasílica. Com a expulsão dos jesuítas, na metade do século XVIII, pelo alvará régio de 28 de junho de 1759, mandado distribuir por todo o reino, incluindo as Relações do Porto, Goa, Bahia e Rio de Janeiro, Dom José instituiu os estudos de gramática latina, de grego e de retórica. No que nos diz respeito, esse alvará abriu caminho para que o ensino de português tomasse o lugar do ensino do tupi em nossas escolas desde então, e mudasse nossa história linguística. Outrossim, é de tal ordem hoje o primado da língua portuguesa entre nós, que a presença de comunidades de imigrantes de variada grandeza, como a italiana, a alemã, a japonesa, e outras menores, não o ameaçam. Isto posto, vejamos a diferença entre pidgin e crioulo.

2.2 - Pidgin e crioulo

Hoje há quem ache desnecessária a fase de pidginização para que se forme uma língua crioula, e reconhece-se que o pidgin “*embora servindo de veículo de comunicação linguística, não é língua nativa de ninguém.*” Naro (1973: 95), autor dessa assertiva, diz que o processo de pidginização resulta de

uma insistente e consciente introdução de modificações na fala dos adultos. Falantes da língua de base modificam sua fala da maneira que eles acham-na mais simples; falantes da língua de substrato tentam igualar tanto quanto podem seu próprio comportamento linguístico aos dos falantes de base.

Então, num segundo período transitório de contacto, terá sido um pidgin o veículo com que se comunicaram os viajantes (negociantes portugueses, falantes da língua de base) com as comunidades africanas. Como é sabido, o fato de os portugueses haverem tomado Ceuta ao Norte da África já em 1415, e gradativamente irem contactando a costa atlântica africana no decorrer do séc. XV, facilitou a Bartolomeu Dias, em 1488, dobrar o cabo da Boa Esperança, e, em 1498, a Vasco da Gama chegar à Índia. Antecipando-se Portugal aos outros países europeus na conquista de espaços na África e na Índia, como seria de esperar, levou para lá também seu idioma.

É por isso que, diante da presença de grande número de lexias portuguesas em alguns crioulos caribenhos, africanos e asiáticos, caminhando na direção restrita da teoria monogenética dessas línguas, muitos crioulistas defendem a existência de um protopidgin afro-português. Pela ordem cronológica das obras, em maior ou menor grau, eis os principais defensores da luso-monogênese: Keith Winnon, Van Wijk, Robert W. Thompson, Marius F. Walkhoff, Morris Goodman, Anthony Julius Naro, Arion dall’Igna Rodrigues, Alain Kihm, Germán de Gandra e Maria Isabel Tomás. Já em 1897, o holandês Derk Christian Hesseling mostrava a semelhança entre o africâans e o malaio-português.

Para nos atermos às comunidades que viviam no espaço físico sob o estatuto de colônias portuguesas recentes, quando as novas gerações incorporaram as mudanças linguísticas advindas desse contacto, o resultado foi aquilo que se conhece por crioulo, assunto principal de nossa apresentação. E o que vem a ser uma língua crioula? É ainda de Naro a explicação:

[...] a característica determinante é o fato de que o crioulo, embora pelo menos parcialmente baseado em um pidgin, seja a língua nativa

de uma certa comunidade. Ele difere de qualquer outra língua natural somente no que se refere à diacronia. De um ponto de vista sincrônico, um crioulo é uma língua como qualquer outra, sujeita às mesmas regras gramaticais universais, uma vez que sua gramática é construída pelos que aprendem como primeira língua da mesma maneira que qualquer outra gramática. (id., *ibid.*)

Assim como um pidgin pode não chegar a adquirir o estatuto de crioulo (como o *tâi-bôï*, pidgin francês do Vietnã surgido em 1860, muito falado em Saigon até a invasão yanque), assim também uma língua crioula pode sofrer discretas e até radicais mudanças. Vejamo-lo.

2.3 - Descruiolização e relexificação

A língua, essa mais-valia da capacidade humana, que nos permite dar vazão a nossos sentimentos, projetar nossa visão do mundo e nos comunicarmos uns com os outros, incoercivelmente está subordinada a fatores alheios a ela.

Não só um pidgin, via de regra, vem a tornar-se uma língua crioula, e assim permanecer estável por muitos e muitos anos; como também um crioulo pode ter variados desdobramentos no tempo e no espaço. Atendidos vários requisitos, pode tornar-se um dia a língua primeira de um povo. Caso próximo é o do *tok-pisin* ou *neomelanésio*, um amálgama de falares nativos com o inglês. Conquanto seja a língua segunda de 50% de falantes da Papua Nova-Guiné, é a única língua de entendimento com os demais pidgins da região. Daí sua importância.

Se uma comunidade vier a ser submetida a novos colonizadores, um crioulo pode ir substituindo as *lexias* da língua superposta à nativa original pelas dos novos colonizadores. Defendendo a tese de que os crioulos de base lexical espanhola, francesa, holandesa e inglesa, todos em maior ou menor intensidade, embora continuem a manter a gramática original, William A. Stewart admite serem eles o resultado de uma relexificação do português. Apesar de relexificadas, porém, essas línguas, sob nova designação, continuariam com o *status* de línguas crioulas. Em 1973 (vd. *bibl.*), advertia Wilfred Günther que, dentro de uns trinta anos (portanto nos dias de hoje), por serem muito velhos já àquela época, os últimos falantes do principense teriam morrido, e com isso a *lunge iye* (língua da ilha) mudaria de perfil. Já há trinta anos atrás, era notável o processo de relexificação a que fora submetido o principense pela substituição de algumas de suas *lexias* pelas dos falantes dos crioulos cabo-verdiano e tomeense que para lá emigraram. Passemos a outro tópico.

2.4 - A reestruturação linguística

A descrioulização tem muito a ver com a reestruturação linguística. Quando os últimos falantes morrem, e o crioulo em consequência desaparece, seus descendentes podem reestruturá-lo segundo o sistema da língua nativa original, ou simplesmente ir assimilando a seu modo a língua oficial do colonizador. Nesse tipo de relações humanas, nada é absoluto. As relações humanas dentro de uma comunidade podem vir a modificar-se com o tempo, e, por isso, devem ser frequentemente examinadas para que se possam tirar conclusões a seu respeito. Embora, para suas classificações, os crioulistas se baseiem no tecido social, a flutuação comportamental de cada comunidade faz com que, em certas situações, cada caso seja um caso.

Saindo um pouco do continente africano, os crioulos indianos de base portuguesa de Damão, Diu e Goa, cujo país foi submetido aos ingleses desde o século XVIII, embora sejam dados por muitos crioulistas como em vias de desaparecimento ou até já desaparecidos, têm desdobramentos um tanto quanto diferentes. Com a palavra Maria Isabel Tomás, que estudou a presença africana nesses crioulos do Oriente.

Diz ela que, apesar da administração lusitana desde 1515 até a chegada dos ingleses, caso tenha existido algum dia um crioulo luso-indiano em Goa, hipótese em que ela não acredita, ali continua a falar-se o concani reestruturado, ou em formas dialetais com empréstimos portugueses e ingleses.

Em Damão, é ainda ela quem diz, segundo o censo de 1971, 2.094 cristãos continuavam a falar como língua materna de seus ancestrais um crioulo luso-asiático em Damão Grande (Praça) e nas aldeias circunvizinhas de Campo dos Remédios, Jumprim e Damão de Cima. Nesse caso, nem houve descrioulização nem reestruturação linguística. Esse crioulo luso-asiático continua vivo.

O caso de Diu é mais complicado. Conforme a mesma crioulista, há forte tendência para uma recrioulização aí. Apesar da forte interferência do guzarate, ao lado da reestruturação desse idioma, há um processo de crescente recrioulização entre as novas gerações que estudam o português nas escolas.

3 - Bilinguismo e diglossia

Para uma compreensão rápida dessa diferença, vejamos a definição de bilinguismo formulada em 1973 por Bernard Pottier: “*Em sentido estrito, bilinguismo designa a situação de um indivíduo ser capaz de manejar duas línguas de ‘status’ idêntico com igual facilidade*”. Notem bem: de *status* idêntico, esse dado é importante no conceito. Bilinguismo, pois,

é a circunstância linguística a que são submetidos falantes obrigados à necessidade de utilizar duas línguas distintas, de idêntico nível sociocultural, conforme a situação que se lhes apresente.

O conceito famoso de diglossia formulado por Charles Ferguson (1971) limitava-se a variedades de uma mesma língua. Ei-lo:

Diglossia é uma situação relativamente estável de língua na qual, em acréscimo aos dialetos primários da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variante superposta.

Quais sejam os requisitos que dão a essa variante o *status* de superposição, ele próprio os relaciona na definição. Para Ferguson, ela terá de ser:

muito divergente e altamente classificada (frequentemente mais complexa do ponto de vista gramatical), veículo de um amplo e considerado corpus de literatura escrita, de um período anterior ou de outra comunidade de falantes, aprendida pela educação formal e usada quase sempre por escrito e em situações formais do discurso falado, mas não usado em qualquer setor da comunidade para a conversação coloquial.

Com os aportes teóricos da Antropologia Linguística, trazidos por John J. Gumperz, e o conceito de mutabilidade e indefinição linguística de certos registros, levantados por Alan S. Kaye, o sociólogo Joshua A. Fishman (1982) ampliou aquele conceito de Ferguson e estabeleceu as quatro possibilidades teóricas, em geral aceitas hoje, de relações entre bilinguismo e diglossia. Na concepção de Fishman, que aqui abraçamos, a diglossia implica não só o manejo de variedades de uma mesma língua, como também as advindas de duas línguas diferentes. Em síntese, enquanto o bilinguismo caracteriza um comportamento individual em relação a línguas de *status* idêntico, a diglossia caracteriza um comportamento linguístico coletivo, com suas implicações sociais, psicológicas, políticas e culturais. Nessa perspectiva, conforme as línguas ou variedades que utilizam, pode haver quatro tipos de comunidade, a saber:

3.1 - Diglossia com bilinguismo

Exemplos típicos são os do Paraguai e do Canadá. Naquele, mais de metade da população fala espanhol em situações formais, e guarani nas informais. Neste último, o francês e o inglês se alternam segundo o espaço físico ou social. Como todos sabem, por motivos históricos, a Suíça é

multilíngue. Suas línguas oficiais, conforme a região, são o alemão, o francês, o italiano e o reto-romano. Pois bem, nos cantões suíços de fala alemã, os adultos e os estudantes alternam o alto alemão, variante superposta, com o alemão suíço, variante de menor prestígio. Não nos esqueçamos que, na situação de bilinguismo, as línguas gozam de idêntico *status*, enquanto na diglossia *status* diferente.

3.2 - Diglossia sem bilinguismo

O uso do francês, tanto na corte imperial da antiga Rússia, como em certo estrato social de alguns países da África do Norte, configura-se como exemplo expressivo dessa segunda inter-relação linguística. Como língua de prestígio, o francês era exibido como prova de cultura, mas não se generalizou entre o povo...

3.3 - Bilinguismo sem diglossia

A industrialização e a urbanização que ocorreu em vários lugares da África e da Ásia, e em alguns países do próprio mundo ocidental, sob o patrocínio dos países desenvolvidos do Ocidente, permitiram situações em que os beneficiários daqueles dois processos procuraram entender a língua estrangeira e se comunicar episodicamente com os estrangeiros que para ali acorreram. Passado o período de industrialização e de urbanização, houve um retorno natural à língua da terra, com a obliteração da outra.

3.4 - Nem bilinguismo nem diglossia

Sem perder de vista que, ainda dentro dos limites conceituais com que vimos operando, há diferenças de registros e inventário entre falantes de faixa etária diversa, de sexo diferente e de outra ocupação dentro de uma dada comunidade, por mais limitada que esta seja esta. Dizem os crioulistas que essa hipótese que compõe o equilíbrio do quadro, é mais teórica do que real. Mas não precisaremos ser especialistas para admiti-la como viável. Imaginemos, o que não será de todo impossível (se nos lembrarmos do hitita e do dálmata, línguas mortas do ramo indo-europeu) que uma comunidade crioula, por quaisquer motivos a ela alheios, se reduza a um número mínimo de falantes. Eis a cristalização da hipótese.

Tais como foram formulados, os conceitos de diglossia e bilinguismo serão importantes na descrição dos crioulos afro-portugueses e nas modalidades nacionais portuguesas de Angola e Moçambique.

4 - Fatores da diglossia

Segundo Ferguson, são nove os elementos necessários a seu reconhecimento, a saber: funcionalidade, prestígio, tradição literária, aquisição, padronização, estabilidade, gramática, léxico e fonologia. Tão interligados estão alguns desses fatores, que, por vezes, torna-se difícil

compartimentá-los.

4.1 – Funcionalidade

Aquilo a que ele chama de função é a possibilidade de o falante usar a variedade linguística própria na hora e na situação adequadas. Nas situações formais, a variedade superposta, nas informais a coloquial ou de menor *status*.

Marius F. Walkhoff (vd. bibl.), num questionário sociolinguístico aplicado nos três primeiros meses de 1972 no arquipélago de Cabo Verde, verificou que o português, estudado e falado nas salas de aula, é usado aí e em ocasiões muito formais com autoridades e com portugueses em geral, enquanto o crioulo o é em todas as outras ocasiões: no pátio da escola, nos discursos políticos, nos sermões religiosos, nas confissões e no catecismo, nas festas familiares e públicas, enfim no dia a dia. Por ora, fiquemos com esse exemplo.

Os mais de trezentos mil habitantes do arquipélago de Cabo Verde vivem nas seis ilhas de Barlavento: S. Antão, S. Vicente, Sta. Luzia, S. Nicolau, Boa Vista e Sal; e nas quatro de Sotavento: Santiago, Fogo, Maio e Brava. Só 1% de sua população é de origem europeia, 28% de origem africana e 71% mestiços. Outro tanto de cabo-verdianos estão vivendo nos Estados Unidos e Europa, chegando a constituir a maior colônia estrangeira que vive em Portugal.

Desçamos um pouco mais o Atlântico. Colonizada por portugueses e escravos levados de Benin, de Angola e da região do Congo, bem como de duas mil crianças judias que foram levadas de Castela em 1493 para lá se cristianizarem, o pequenino país constituído pelas ilhas de São Tomé e Príncipe é uma nação ligada pelo Atlântico.

Nos anos 70, vimos que quatro partidos políticos puseram por terra uma dos mais demoradas dominações colonialistas na África - a portuguesa. São eles o PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde; o MLSTP, Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe; o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, hoje partido do governo; e a FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique. Embora em Cabo Verde se tenha criado o PAICV para substituí-lo, Guiné Bissau mantém a antiga designação vitoriosa do PAIGC. Pelos motivos que exporemos no tópico seguinte, será fácil compreender por que esses partidos da revolução vitoriosa optaram por fazer da língua do colonizador, sua língua oficial. Vejamo-lo.

4.2 - Prestígio

Se excluirmos o caso de Cabo Verde, cujo crioulo coexiste apenas com o português; e o de São Tomé, cujo crioulo praticamente apenas

coexiste com o português, o angolano, de pequena expressão demográfica e de classificação discutível, e o crioulo de Príncipe, este em vias de extinção; o multilinguismo existente nas três nações continentais por si só constitui complexa problemática.

Na Guiné Bissau, 32% da população fala o balanta, 22% o fula, 14% o manjaca, 13% o mandinga e 7% o papel (ou pepel). Com exceção deste último, cujos falantes são monolíngues, os falantes das demais línguas nativas são bilíngues ou multilíngues, como os mandingas, que desenvolvem atividades mercantis com várias comunidades de língua diversa. Além das poucas centenas de falantes do português, os 12% restantes são de comunidades que só falam o beafada, ou o bijagó, ou o felupe, ou o mancanha, ou o nalu.

Assim, o crioulo guineense, falado por 44% da população, continua a ser língua de união nacional, embora o português seja língua oficial. Nesse cômputo, não estamos levando em consideração o crioulo de base portuguesa da região de Casamance, no sul do Senegal, a qual, em 1886, passou do domínio português para o francês; bem como a *fa dambu*, ou crioulo da ilha de Ano Bom, no golfo da Guiné, de há muito pertencente à Guiné Equatorial, de fala oficial espanhola.

Desabitada em 1471, quando as caravelas portuguesas lá chegaram, a colonização de São Tomé só foi iniciada em 1485 com escravos idos do Benim, Congo e Angola. Dos seus 124.000 habitantes, somados aos 6.000 da ilha do Príncipe, 80% falam português. Segundo Ferronha, cerca de 93% das lexias dos crioulos forro e moncó ali falados são portuguesas, enquanto só 7% oriundas das línguas dos nativos africanos que a colonizaram. Sendo assim, São Tomé e Príncipe são diglotas. Dos 19.276.000 habitantes de Angola, quando escrevemos este ensaio, cerca de 65% falavam português, com a agravante de que muitos afro-descendentes hoje ignoram a língua materna e só falam português. Suas principais línguas étnicas são o ovimbundo (35% de falantes), o quimbundo (28%), o kikongo (12%) e o kioko ou tchoqwe (8%).

Do outro lado da África, banhada pelo Índico, Moçambique apresenta quadro bem mais complexo. Tomemos o mapa das principais línguas de Moçambique. Dos cerca de 18 milhões de habitantes, só 25% falam o português, isto é aproximadamente 4.500.000 pessoas, o que a torna apenas a 17.^a língua mais falada ali.

Ora, o aproveitamento de toda uma documentação pré-existente escrita em português, a grande economia que traria o ensino nessa língua, e não em uma só entre tantas línguas étnicas, as vantagens políticas dessa decisão para manter a harmonia entre etnias distintas, a própria preservação,

a curto e médio prazo, dessa ideologia que fez derramar-se tanto sangue, tudo isso concorreu para a escolarização em massa do português como língua integradora dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, daqui por diante referidos como PALOP.

4.3 - Tradição literária

Apesar de as rádios desses países manterem programas falados nas línguas nativas, há muito poucos textos escritos nas línguas de menor expressão demográfica, como alguns no fiote de Cabinda e no litote de Moçambique. Nos dias de hoje, também é muito incipiente a produção literária publicada nos crioulos de Cabo Verde e Guiné Bissau, esta bem menor que aquela, e no de São Tomé muito menos ainda. O Instituto Cabo-verdiano do Livro vem publicando em crioulo várias obras de autores locais, como o romance *Oju d'agu* (1979/80) do também linguísta Manuel Veiga e o livro de contos *Na bóka noti* (1987) de Tomé Varela. No arquipélago cabo-verdiano há um crioulo *fundo, rachado* ou *vejo*, bem mais fechado e conservador; e um crioulo mais transparente, digamos urbano, em que, de há muito tempo, se vêm publicando obras literárias e do folclore nacional.

No guineense, A. Pereira e P. Santos publicaram no final dos anos 80 uma antologia de contos em dois volumes intitulada *Lubu ku lebri i utrus storias di Guiné-Bissau*. Como ocorreu quando da descoberta da imprensa, há mais de uma dezena de textos bíblicos ali publicados por editoras católicas e evangélicas. Ainda só em kriol, ou bilíngues, recolhidas por estrangeiros e guineenses, há antologias de fábulas e contos tradicionais, e coletâneas de adivinhas e produções poéticas. Há ainda o antigo jornal semanal apenas com título crioulo, mas textos em português, *Nô Pintcha*, que quer dizer *nós avançamos*, e os recentes jornais *Correio da Guiné-Bissau* e *Banobero* bem como a revista *Soronda*, de assuntos sociológicos, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Há também coletâneas de poesias só em português, e uma bilíngue, também bastante incipiente, como a *Mantehas para quem luta*. Mas, cuidado: *mantehas* aqui é substantivo, e não verbo, e quer dizer *saudações*. Uma antiga emissora de rádio e uma recente de televisão, com sotaque lusitano, dão as notícias do dia a dia para as comunidades locais e retransmitem nossas novelas com o sotaque brasileiro, tudo a bem da língua portuguesa.

Apesar daquela discreta e incipiente literatura publicada em línguas crioulas, as obras mais conhecidas de seus escritores continuam a ser editadas em português. Luandino Vieira, José Craveirinha, Noêmia de Sousa, Baltazar Lopes da Silva, Francisco José Tenreiro e tantos outros são apenas alguns dos nomes representativos dessa elite cultural emergente que escreve em

português e dá cor local e ambiência com o recurso à fala dos musseques, que quer dizer *favelas*, recheadas de palavras e expressões crioulas.

Nenhum deles, porém, nestes últimos vinte anos, excedeu ao ficcionista angolano Pepetela. Formado em Sociologia e ex-guerrilheiro, sua ficção esbate-se entre a desilusão e o insistente idealismo. Segundo David Brookshaw, professor da Universidade de Bristol (Actas II, 1987), seus romances basilares *Mayombe* (1980) e *A geração da utopia* (1992) têm como cenário ou pano de fundo a guerrilha. Segundo aquele crítico, tanto na poesia de Agostinho Neto, quanto na ficção de Luandino Vieira subjaz a esperança na pureza espiritual e moral das novas gerações, associada à harmonia da natureza. Enfim, é marca dessa premissa (diz ainda Brookshaw) que, no recente romance de Pepetela, *O desejo de Kianda* (1995) seja uma criança a única personagem que entende a origem da lenda de Kianda, espírito que habitava no lago de Kinaxixi, hoje aterrado e transformado em praça plantada em pleno coração da cidade.

Graças à expressão portuguesa, rapidamente essa literatura vem-se universalizando, e já ganhou espaço em algumas universidades do mundo onde se estuda o português.

4.4 - Aquisição

Com o fato de, nas comunidades diglotas de que nos vimos ocupando aqui, a língua transmitida em casa ser a materna e local, e a adquirida na escola continuar a ser a portuguesa, os estudantes que têm bom desempenho no manejo de seu crioulo, ao elaborar sua expressão escrita em língua portuguesa, como é natural, defronta-se com dificuldades de desempenho.

Como ainda vem ocorrendo nos meios menos informados de nosso país, o ensino da língua se estribava em regras muitas vezes obsoletas e em modelos literários defasados no tempo e no espaço. Com isso, os aprendizes desse velho método têm cerceada a espontaneidade de exprimir a competência extralinguística e refletir o conhecimento do mundo nesses países diglotas africanos.

Apesar dessas dificuldades, a língua portuguesa tem sido também elemento de promoção social. Manuel Ferreira, no ensaio intitulado 'Numa perspectiva sociocultural, que futuro para a língua portuguesa em África' (Actas II, 248-272) informa que, após a independência, os três países africanos continentais (Guiné Bissau, Angola e Moçambique) reduziram consideravelmente o analfabetismo. No final dos anos 70, Angola chegou a receber um prêmio da UNESCO pela sua campanha em favor da alfabetização. Mesmo no arquipélago cabo-verdiano, onde o crioulo é o grande veículo de comunicação oral interna, houve progressos nessa frente. Segundo aquele

autor, nos anos 70, em cada cem habitantes com mais de quinze anos, cerca de 61 eram analfabetos, já em 1983 cria-se haver baixado desses 61 para 40%. Essa diminuta redução aí deve considerar o fato de que apenas 20% dos 1.500 docentes primários tinham habilitação apropriada.

Enfim, conclui Ferreira aquela comunicação, não sem um indisfarçável orgulho: “frente aos resultados obtidos, os cinco países fizeram mais pela língua portuguesa nestes dez anos de independência de que os portugueses durante os quinhentos anos.”

4.5 - Padronização

Embora seja o crioulo cabo-verdiano o mais bem estudado até hoje, está muito longe de ostentar a padronização linguística desejada. Senão vejamos.

O fato de a ilha de São Vicente, na região de Barlavento, continuar a ser pólo educacional para onde as famílias das outras ilhas da região se deslocam, de avião ou de barco, para acompanhar seus filhos, nos estudos liceais, foi o seu crioulo o que melhor interagiu com o padrão lusitano. Com isso, esse crioulo ganhou em prestígio e foi imitado pelos falantes das outras ilhas.

Quando o filólogo italiano Giuseppe Tavani sugeriu a veiculação do ensino dessas populações em seus próprios crioulos foi execrado por muitos. Talvez não tenha levado em consideração as vantagens que encontraram os líderes da FRELIMO, do PAIGC, do MLSTD e do MPLA, após a vitória da revolução, para se organizarem como os PALOP.

Tavani, porém, não foi voz isolada naquele sentido. Há mais de uma década antes da Revolução dos Cravos, vários eventos promovidos por organizações internacionais já vinham trabalhando em favor da veiculação do ensino na própria língua materna dos países africanos que conseguiram sua independência. Ei-los:

- 1961 - Conferência da UNESCO;
- 1962 - I Congresso da Convention People em Gana;
- 1966 - Conferência de Bamako;
- 1968 - Conferência de Nairóbi, no Quênia;
- 1971 - Conferência de Dar-es-Salam, capital da Tanzânia;
- 1972 - Conferência Geral da UNESCO.

Data desse último ano o Plano Decenal para o estudo da tradição oral e a Promoção das Línguas Africanas. Foi sob essa inspiração que assim rezaram os artigos do parágrafo V da Carta Cultural da África, de julho de 1976:

Os Estados Africanos reconhecem a necessidade imperiosa de

desenvolver as línguas africanas que devem assegurar a sua promoção cultural e acelerar o seu desenvolvimento econômico e social. Para este fim os Estados Africanos deverão debruçar-se sobre a elaboração de uma política linguística nacional.

Os Estados Africanos deverão preparar e pôr em prática as reformas necessárias à introdução das línguas africanas no ensino. Para este objetivo cada Estado Africano deverá escolher uma ou mais línguas.

A introdução das línguas africanas em todos os setores do ensino deverá ser conduzida a par com uma alfabetização das populações.

Para o atingimento de tal desiderato, longo caminho ainda há de ser percorrido. Para que um crioulo possa guindar-se ao *status* de idioma oficial, além de muitas outras coisas, será conveniente já ter concluído a descrição de seus sistemas fonético e fonológico; haver estabelecido sua ortografia; ter descrito, com exemplaridade, atualidade e funcionalidade, sua gramática; exibir uma literatura representativa e dispor de uma mídia multiplicadora que o ligue com o resto do mundo. Mesmo assim, não atingirá o número de leitores do português, unitariamente talvez a sétima língua mais falada no mundo.

Coincidência ou não, desde os anos 70 tem crescido o interesse de lingüistas do mundo inteiro em estudar as teorias e as hipóteses que enformam a gênese dos crioulos, sua sincronia e sua diacronia, vale dizer, descrever sua evolução, precisar sua estrutura e indicar sua tipologia. Se não houver uma guinada na história dessas nações, será o cabo-verdiano o primeiro a estar em condições de se tomar a primeira língua dessa nação.

4.6 - Estabilidade

Esse fator da diglossia está ligado diretamente à própria estabilidade das relações humanas. Caso se modifiquem os parâmetros políticos e sociais que a conformam e asseguram, a estabilidade da diglossia poderá ser comprometida, ou até a sofrer solução de continuidade.

O próprio Ferguson admite que situações tipicamente diglósicas possam permanecer lado a lado por muitos e muitos anos sem grandes interferências entre as línguas em contacto. Mas quem se atenha ao exame da diacronia dos crioulos sabe que sistemas linguísticos semelhantes, sob contacto permanente, podem concorrer para a fusão e a neutralização de alguns aspectos de suas estruturas, sem comprometer a estabilidade.

Vimos há pouco a influência do crioulo falado na ilha de São Vicente sobre as outras variantes cabo-verdianas; noutro ponto vimos a do crioulo de São Tomé sobre o de Príncipe. Outrossim, a estabilidade prolongada da

língua superposta, por ser de maior prestígio - por maior que possa ser a sua diferença em relação aos crioulos com ela gerados -, vai paulatina e definitivamente insinuando seus padrões e estruturas às submetidas por tanto tempo como de menor prestígio.

Como a evolução da linguagem infantil, os crioulos em geral parecem passar por três fases de evolução. Numa primeira fase, usa e abusa de morfemas livres, tendendo ao perfil das línguas isolantes como o chinês; numa segunda, descobre os morfemas reduplicativos, tendendo ao perfil das línguas aglutinantes, como o húngaro e o turco; e, só numa terceira, descobre as flexões, tendendo ao das línguas flexionais, como as do ramo indo-europeu. Nessa fase final, subsistem os três processos. Conclusão: as línguas são dinâmicas como são dinâmicas as relações das pessoas que as falam.

4.7 - Léxico e fonologia

Para economizarmos tempo, adotaremos a seguinte estratégia: antes examinaremos o léxico junto com a fonologia no discurso de duas fábulas e em sentenças de provérbios e adivinhas. Por exequível, outrossim, daremos só uma amostra do que é tarefa dos dicionários - o léxico, e assim poderemos examinar as relações entre o significante e o significado desses signos no nível da segunda articulação linguística - a fonologia. Só depois disso é que, no nível da primeira articulação, repassaremos alguns comportamentos morfossintáticos das três modalidades do português e os de três crioulos afro-portugueses. Conquanto estejamos consciente de que não pode ser exaustiva a descrição desses sistemas nos limites de que dispomos, obteremos uma certa noção de suas realizações.

No tocante ao léxico, nada mais normal do que interagirem os idiomas do substrato com o do superstrato em qualquer comunidade diglóssica. É claro também que culturas diferentes, religiões diferentes, usos e costumes diferentes, coisas e costumes diferentes sejam novidade para ambas as culturas. Daí, uma língua receber de bom grado daquela com a qual contacta as palavras novas com que são designadas as coisas e os usos. Observem.

Tomemos a página dos minitextos dos crioulos afro-lusos. Observe-se a transparência do texto cabo-verdiano fundo, em relação aos seguintes. [Leitura com tradução simultânea do 2.º §.] :

Dia ki Mama-na-Buru kre bai konxe mundu, / No dia que Mama-na-Buru. quis ir conhecer [o] mundo, / **pai purgunta'l si e' kre bensu o diñero.** / [o] pai lhe perguntou se ele queria bênção ou dinheiro. / **E' fla'l nau, pa e' da'l so benson,** / Ele lhe respondeu [que] não, [que] lhe desse somente a bênção. / **Mama-na-buru pega kel astia di feru dentu'l mon,** /

Mama-na-Buru. pegou aquela lança de ferro entre sua[s] mão[s], / **e' suste na el, astia ntorta.** / ele a sujigou, [e] a lança entortou. / **Sima ntorta, e' rabida, e' fla si pai** / Após entortá[-la], ele voltou-se e disse a seu pai / **ma di tantu riku ki ele e riku ma e' ka pode ranja'l astia di feru.** / [que] apesar de ser tão rico, não pôde arrumar para ele aquela lança de ferro.

Vejam bem: apesar de palavras estranhas aos nossos ouvidos como *sima* e *rabida*, as demais, despojadas de suas flexões, nos soam familiares e compreensíveis. Passemos agora às primeiras linhas do texto guineense. [Leitura com tradução simultânea dos dois primeiros parágrafos da fábula **Salton ku si mindjer - ka bo čora inda** / O saltão e sua mulher - Não chore ainda. A tradução é de Montenegro e Moraes, recolhedores da história.]:

Un mindjer sai para ba paña salton na roda di mar. / Uma mulher saiu para pescar saltões à beira-mar / **I čiga, i paña salton manga del, i fia na korda.** / Ele chegou, pegou muitos saltões e os enfiou na corda / **I bin paña salton e fia na korda.** / Era só pegar um saltão e enfiar na corda. // **Mindjer di salton sai, i odja si omi, i ba čora djanan la na metadi di tarafe.** / A fêmea do saltão saiu, viu seu macho e foi chorar para valer no meio do pântano. / **I na čora, i na čora, i fala si omi ku pañadu, e na čora.** / Ela chorou, chorou, dizendo que seu macho fora pego: ela chorou. / **Salton fala si mindjer: - Ka bo čora.** / O saltão disse a sua fêmea: - Não chore. / **Ora ku bo sinti ña čeru na iasadu bo ta čora, ma temente N ka iasadu inda, ka bo čora.** / A hora que você sentir meu cheiro a assado, você chora, mas enquanto eu ainda não estiver assado, não chore.

Além da presença das consoantes africadas [tš] e [dž], no original grafados <c> e <j>, e aqui, com vista à leitura, respectivamente mudados para <č> e <dj>, observem o processo de intensificação. A ideia de *muitos* expressa na locução *manga del*, e a de intensidade, traduzida pela locução *para valer*, expressa na palavra *djanan*.

Tomemos agora alguns provérbios são-tomeenses, texto n.º 3. A tradução é de Walkhoff, que os recolheu em 1966 (vd. bibl.):

Sò desu sa glāji. / Só Deus é grande. / **Kwa ku sa kalo ka bila blato.** / O que é caro voltará a ser barato. / **Kwa ji mundu sa mò ji nwá, kada já e te fegula d-e.** / As coisas do mundo são como as da lua, cada dia tem a sua figura. / **Kamyá ku galu kâta n-e, sa kamyá ku e kumè n-e** / O lugar onde o galo canta é o lugar onde ele come. / **Wé be, klosõ dezé.** / Os olhos vêem, o coração deseja. / **Kè se desu, na ka fata demòno n-e fa.** / Em casa sem Deus, o demônio não falta.

Note-se na palavra *glāji*, por *grande*, a troca da consoante [r] por [l], e da dental [d] pela palatal [ž]. Além da troca de *erre* por *ele*, de que já

falamos, note-se a queda das vogais pré-tônicas de *blato* e *klosô*, em vez de nossos *barato* e *coração*.

Embora em processo de próxima extinção, vejamos duas adivinhas do crioulo principense, no texto n.º 4. A tradução é de Günther, que as recolheu em 1973, vd. bibl.):

E nasé na umátu, kiryá na umátu, òra e xyê, e tusã mèze ki sun mè aré. / Ele nasceu no mato, cresceu no mato, quanto foi embora, sentou-se à mesa com o senhor meu rei. Resposta: **nanági** = abacaxi / **N té kóa mè, amí aré fa; n té sèra, amí kãpintéo fa.** / Eu tenho minha coroa, mas não sou rei; tenho uma serra, mas não sou serrador. Resp.: **nanági** = abacaxi.

Notem-se as próteses inexistentes nos crioulos anteriormente mostrados: *umátu* e *aré*, por *mato* e *rei*; e a epêntese de *kiryá* por *criar*. Todavia silenciam-se os *erres* de nosso *carpinteiro*, na forma local *kãpintéo*. A língua tem razões que a própria razão desconhece.

Para finalizar este tópico, duas palavras sobre a diversidade ortográfica dessa pequena amostra. Enquanto o cabo-verdiano grafa a consoante [dʒ] com os grafemas <dj> em *oredja* [=orelha], o guineense a grafa apenas com a consoante <j>, forma sob a qual não aparece o traço africado. Reparem: *minjer* [=mulher], *janan* [=à beça], *jubi* [=ver]. Sem o traço africado, a consoante [ʒ] é grafada como <j> em são-tomeense (vd. a palavra *glãji*), e em principense com <g> (vd; a palavra *nanági*). Com a uniformização ortográfica, e leitura desses textos ganharia maior rapidez e todos ganharíamos no processo de intercompreensão.

4.8 - Gramática

Em face de possuírem tipologia diferente, adiante estudaremos características das modalidades do português angolano e moçambicano em face da brasileira, e, em separado, num outro bloco, as principais constantes morfossintáticas dos crioulos cabo-verdiano, guineense e são-tomeense.

5. Gramática das modalidades do português

5.1 - A brasileira.

Até agora vimos excluindo nas categorias estabelecidas por Ferguson a modalidade linguística da maior nação lusófona. Simplesmente porque, em nossa pátria, não há comunidades crioulas. A linguagem da comunidade negra do Cafundó, no Estado de São Paulo, estudada recentemente por Carlos Vogt, Peter Fry e Maurício Gnerre, por não se haver rendido à hegemonia do português do Brasil será, ao contrário, um anticrioulo (Moura;1996: 85-86)

Por outro lado, recuando no tempo, segundo o sábio e saudoso Aryon Dall'Igna Rodrigues (vd. bibl.) além da língua geral do período colonial, temos a Língua Gera amazônica ou nheengatu, a Língua Gera das missões

e o jopará paraguaio, que foi recentemente estudado por Couto. O que faz dessas línguas mistas línguas gerais é o fato de ter sido em pequena escala o processo de regramaticalização sofrido por elas, bem como o de serem endógenas as comunidades que delas se utilizam.

Ainda que seguindo modelos lusitanos, muito cedo tratamos de preparar nossas próprias gramáticas. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado em 1825 por causa da participação na confederação do Equador, deixou-nos uma pequenina gramática pioneira, só publicada em 1877 no Recife, junto com suas *Obras políticas e literárias*. É de 1829, o *Compêndio da Gramática Portuguesa*, do padre maranhense Antônio da Costa Duarte. A do gaúcho Antônio Pereira é de 1835 e as primeiras edições das do maranhense Francisco Sotero dos Reis saem trinta anos depois. A primeira das *Postilas* é de 1862, e a da *Gramática* é de 1866. Cedo também Coruja e Costa Rubim colacionaram palavras típicas do português do Brasil. Tal dedicação à língua levou, a certa altura, alguém em Portugal a acusar-nos de maior dedicação a ela que os próprios portugueses.

Possuímos, porém, um dialeto caipira, ao lado de alguns falares regionais que hoje disputam espaço junto aos locutores da mídia de todos os cantos do país. Ao lado de nossas normas cultas urbanas, um registro descontraído vai moldando nosso português conforme a visão de mundo de nossa jovem nação. Apesar dessa juventude, já contamos hoje com uma tradição lexicográfica, linguística, filológica e gramatical à altura de nossa soberania.

Fruto de motivações sociológicas e históricas diversas das nossas, seguramente as línguas étnicas de Angola e Moçambique têm interferido com mais intensidade na aquisição do português como língua oficial por parte de suas populações, do que o tupi-guarani em relação ao nosso português. É o que veremos a seguir.

5.2 - A angolana e a moçambicana

Várias têm sido as pesquisas no sentido de mostrar essa interferência de que estamos falando. Pelo menos de duas temos notícia. Em 1991, na Universidade de Lisboa, Maria Perpétua Gonçalves defendeu tese de doutorado estudando as influências sofridas principalmente do tsonga pelo português de Moçambique no tocante à estrutura argumental dos verbos, segundo a teoria da regência e da ligação emanada dos princípios da gramática gerativa de Chomsky. Ela concluiu que os desvios detectados nessa modalidade do português em torno da morfologia anticausativa e na médio-reflexiva dos verbos, devidos à pressão das estruturas sintáticas das línguas banto, podem vir a constituir-se mudanças sintáticas e abrir caminho

para uma variedade moçambicana do português.

Em 1995 num Simpósio Internacional ocorrido aqui no Rio, Eberhard Gärtner, da Universidade de Dresden, alargou esse espectro examinando 147 frases extraídas de cartas do leitor da revista *Tempo*, de Maputo, e da linguagem dos musseques colhida em obras de Luandino Vieira, Pepetela e Jofre Rocha. Apontando alguns desses desvios como resultado de ultracorreção, outros como da expressão coloquial dessa modalidade, Gärtner, embora não lhes haja identificado as causas, também não descarta a possibilidade de alguns desses desvios advirem do contacto linguístico entre sistemas [...] tanto genealógica como tipologicamente diferentes. Eis aqui um terço desse *corpus*, organizado em blocos para exame de constantes morfossintáticas em face da modalidade brasileira:

- Substituição de palavras simples por circunlóquios
 1. empregado *pela sua resposta* disse: ... (Tempo)
 2. *Vavó pôs um grito pequeno* (Vieira)
- Discordância entre verbo e sujeito
 3. Eu *brincas* na rua (Guerra Marques)
 4. Somos nós que *hás-de lutar* contra os inimigos (Leiste)
 5. Você aquele dia não *foste* pôr mentira na mamã [...]

(Rocha)

- Silenciamento do pronome átono na voz medial
 6. Os bilhetes esgotaram (=esgotaram-se) (Tempo)
 7. [...] os olhos encheram (=encheram-se) de água (Vieira)
- Uso do verbo *ter* por *haver*
 8. No armazém dele *tem* tudo.(Tempo)
 9. Na baixa não *tem* árvores. (Vieira)
- Uso do verbo *assistir* como transitivo direto com o sentido de presenciar
 10. Assisti Ø danças. (Redação escolar)
 11. [...] não assisti Ø os casos como passaram [...] (Vieira)
- Dequeísmo
 12. A resposta do pasteleiro foi *de* que não sabia nada do livro.

(Tempo)

13. Além desse Decreto, iria acrescentar *de* que, a palavras ‘camarada’ reflecte também o espírito amigável [...] (Tempo)

- Discordância nominal, às vezes violenta
14. Os *pai*, as *casa*, os *pioneiro*, as *camarada* [...] (Guerra Marques)
15. *Meu* mãe, *minha* pai (Guerra Marques)
- Lheísmo, uso do pronome *lhe* por *o(s)*, *a(s)*
16. Sô Souto recebera-*lhe* bem. (Vieira)
17. Pedia que *lhe* esclarecessem qual o motivo que *lhes* leva a deixar os espectadores fumarem nesta sala de cinema. (Tempo)
- Troca de *lhe* por *o(s)*, *a(s)*, e usos diversos dos nossos
18. Cala-*te* a boca, menino! (Vieira)
19. Disse-*a* a verdade.
- Repetição redundante de pronomes átonos
20. A chapada me acordou-*me* no coração. (Vieira)
21. [...] o chicote te apanhou-*te*. (Vieira)
- Uso de pronomes retos em lugar de oblíquos
22. Jesus me abençoou *eu*. (Rodrigues)
23. Qual a diferença entre *eu* e o factor? (Tempo)
24. Encontraram *ela* na rua (Leiste).
- Usos de pronomes pessoais átonos em início de frases
25. *Me* liga só um bocado. (Vieira)
26. *Te* avisei ainda para lá ir [...] (Vieira)
27. *Lhe* conheço bem [...] (Vieira)
28. Silenciamento da prep. *a*, como conectivo nominal ou oracional
29. Não sei se o camarada Tomás está \emptyset ver toda esta confusão (Tempo)
30. [...] o calor [...] obrigava-*lhe* \emptyset andar depressa. (Vieira)
- Silenciamento da preposição *de* em locuções verbais
31. [...] todas as pequenas gostavam \emptyset *lhe* gozar [...] (Vieira)
32. Maneco comia, [...] mas não parava \emptyset falar. (Vieira)
- Silenciamento da preposição *a* pedida pelo determinante posposto
33. [...] o calor [...] obrigava-*lhe* \emptyset andar depressa. (Vieira)
34. Padre Domingos perguntou \emptyset o menino. (Vieira)
- Uso da preposição *em* com verbos dinâmicos
35. Não te disse para ir *no* sô Souto? (Vieira)
36. Zeca Santos arrastou devagar até *na* porta [...] (Vieira)
- Substituição da preposição *a* por *em*
37. [...] para convencer a pobrezinha *em* casar com aquele

padrão (Tempo)

38. [...] toda a gente deu razão *em* vavó Xíxi. (Vieira)

- Silenciamento da conjunção subordinativa

39. Vavó já sabia \emptyset Delfina tinha-lhe posto aquela chapada.

(Vieira)

40. [...] depois começou rastejar \emptyset parecia era sardão. (Vieira)

- Silenciamento da preposição *a* (ou *para*) exigidas pela

regência do determinante anteposto

41. Nga Xíxi sorria, [...], a lembrar essa conversa \emptyset que nem deu importância [...] (Vieira)

42. Outro aspecto \emptyset que gostaria de chamar a atenção dos senhores estudantes é o seguinte. (Tempo)

- Pleonasma da função sintática exercida pelo pronome relativo *que*.

43. Em Chilembene, existem certas farras *que* não *as* compreendo. (Tempo)

44. [...] abafando suavemente os gritos e choros das criancinhas *que* ainda não *lhes* é possível compreender [...] o valor do trabalho daquelas mães de batas brancas. (Tempo)

- Descompasso entre tempos e modos verbais

45. [...] queria mesmo que ela *sabia* todas as coisas da vida dele. (Vieira)

46. [...] nunca ouvimos que se *construiu* um aparelho capaz [...] (Tempo)

47. Acho que não há nenhum moçambicano que não *sabe* qual é o objectivo da FRELIMO. (Tempo)

- Anacolútiadas advindas da topicalização

48. *Mulher* dele *lhe* nasceu uma menina. (Vieira)

49. *Mais uma senhora* que tinha sido batida, [...], também procederam *com ela* da mesma forma. (Tempo) /§/ [Duas palavras agora sobre os crioulos.]

6 - Morfossintaxe dos crioulos afro-portugueses

Sem a intenção de esgotar a relação de universais linguísticos delineados pioneiramente por Schuchardt, podemos salientar que os crioulos afro-portugueses aqui estudados, têm, em maior ou menor escala, as seguintes constantes:

6.1 - Quanto aos nomes

- Ausência de artigo definido;

CV - dipos, es bai sirbisu (=depois ele vai [para] o trabalho).

GB - minjer di salton sai (=a mulher do saltão saiu).

ST - mundu di desu, têla di pecado (= o mundo de Deus [é] terra de pecado).

- Ausência de flexões ou sua substituição por outros morfemas

CV - minimo femea

GB - son falta pa pui lampa (= só falta Ø pôr as lâmpadas)

ST - kasó ome (=o cão) kasó muala (=cadela)

- Reduplicação de palavras como processo de intensificação:
CV - si pai di tantu riku ki el e riku [...] (=seu pai de tão rico que era...)

GB - kinti kinti (=depressinha, muito depressa)

ST - madlugadu kulu kulu (=muito de madrugada, muito cedinho).

6.2 - quanto aos pronomes pessoais

- o pronome pessoal de 1.^a p. s. (MIM port.) vira reto, sob a forma de simples ressonância nasal, ou sob a forma de *amí*, às vezes pleonástico:

CV - n sa ta moré (=estou morrendo)

ST - n lomosa zã (=eu almocei)

GB - n tarda falau? (=eu não lhe disse?); Amí, n studa ba (=Quanto a mim, eu estudava)

- pronomes clíticos com função de complemento pospõem-se aos verbos:

CV - e' da'l so benson (=ele dá-lhe só bênção)

GB - i fika'l riba di polon (=ele deixou-o em cima do baobá)

ST - n-pyá bo ni vagi d'awa (=eu avistei-te no fundo do vale)

6.3 - quanto ao verbo

Verbos regulares no infinitivo, com apagamento do *-r* final, para exprimir qualquer tempo:

CV - rai purgunta's si es kre trabadju (= o rei lhes perguntou se eles queriam trabalhar)

GB - lebri rapida i fala lubu (=o coelho virou e disse para o lobo)

ST - kojõja nãsé flimi (=o coqueiro nasceu firme)

Pr. - e kiryá no umátu (=ele se criou no mato)

- verbos irregulares costumam ir para a 3.^a p. s.:

CV - e' tivi kuantu dia dentu di nferno (=eles ficaram quatro dias no inferno)

GB - gosi no bai kasa (=agora vamos para casa)

ST - vôte sè, poxidaji na rigá fa é (=tenho vontade, mas não posso)

Pr. - n té kóa, amí aré fá (=eu tenho minha coroa, [mas] não [sou] rei)

- flexões verbais do esquema cumulativo TMA são substituídas por partículas de valor idêntico antepostas ao verbo:

CV - *ta* indica progressão a partir do presente: i[n] ta krê (=eu sou estimado ou tenho de querer), enquanto *al* indica expectativa de ação futura: bu al-te[n] medu di briga (=você tem medo de brigar).

GB - *ta* indica habitualidade: i ta fuma (=ele é fumante ou ele costuma fumar); *ba* indica ação punctual no passado: i ba fuma (=ele foi fumar [e de fato fumou]).

ST - *ka* (ou *ga*) indicam habitualidade: n-ga ba gleza (=estou na igreja); *ska* indica progressão: amí ska ba gleza (=eu estou indo à igreja); *kya* indica expectativa: bo kya fla, magi bo na fla nada-xi fa (=você ia dizer algo, mas não disse nada)

- *ten* ou *tin* equivalem ao verbo *haver* impessoal:

CV - ten ba um omi ki comaba Mama-na-Buru (=havia um homem que se chamava M.-na-B.)GB - i ka tem yagu (=não há água)

- a posição dos elementos da frase SVC dispensa a preposição:

CV - Juãu dâ cabole agua (=João dá água ao cavalo)

GB - gosi no bai kasa (=agora nós vamos para casa)

- o preverbo negativo português *não* tem os seguintes correspondentes:

CV - Barlavento: *ne* (S. Antão, apud Morais): já min ne pôde saportâ nha desgraça (=não posso suportar meu infortúnio [por mais tempo]) x Sotavento: *ka* (mandinga): el ká falâ (=ele não falou).

GB - *ka*: n ka muri (=eu não morri)

ST - *na ... fá*: na câtâ-fa (=não cante)

Pr.- *fa* (atenção: enclítico!): câtâ fa (=não cante).

Como não poderia deixar de ser, ao lado dessas convergências, há peculiaridades que só dizem respeito a cada um desses crioulos em particular, cujo exame não comportaria nos limites deste estudo.

7 - Para onde vão os crioulos afro-portugueses?

Acabamos de ver que o anobonês e o senegalês, antigos crioulos de base portuguesa, sobrevivem sob novas bandeiras, e que o principense, se ainda não está extinto, estará em breve em vias de extinção. Empenhadas na reconstrução dos dois países sacudidos pela guerra, reconhecemos o esforço despendido por Angola e Moçambique no sentido de promoverem campanhas maciças de alfabetização de seu povo.

Vimos também que, nas diglossias cabo-verdiana, tomeense e principense, o português continua como língua secundária no uso cotidiano, conquanto seja também falado pela maioria da população; enquanto na diglossia guineense os dados se alteram: embora o português seja também aí a língua oficial, o crioulo, apesar de falado por menos de metade da população, ainda é a língua de união nacional.

Por muitos anos ainda, o português será a língua oficial dessas cinco nações. O n.º 108, da segunda semana de junho de 2000, da revista *Época* mostrou o empenho das cinco jovens nações africanas de colonização portuguesa interessadas em importar nossa tecnologia educacional no ensino da língua comum. Xanana Gusmão, comandante da vitoriosa luta de Timor Leste em favor de sua autodeterminação, fazendo coro àquele empenho, também anunciou desenvolver esforços no sentido de tornar o português falado no Brasil língua oficial daquele país em fase de organização.

Na área do intercâmbio cultural, aqui não mais se oferecem bolsas de estudos aos universitários advindos dos PALOP. Aos que conquistam espaço nas nossas universidades, têm-lhe sido concedidas apenas as vagas a que têm direito por conquista. De volta à pátria quando formados, poderão ajudar seus irmãos a recuperar a cidadania ameaçada, levando-lhes informação e técnicas. Tudo isso é bom, mas é pouco. Precisamos aumentar o número de nossas universidades que aglutinam o ensino das literaturas africanas às de expressão portuguesa, até para que se efetive nosso conhecimento em torno da realidade africana e se incrementem, com mais intensidade e solidez, nossas relações diplomáticas, econômico-financeiras e culturais, no mais amplo sentido, com esses países.

Quanto a nós, que cimentamos nossa nacionalidade também à custa do suor escravo, resta indagar qual o papel que nos caberá no resgate da cidadania plena dos nossos irmãos africanos. Não temos apenas traços socioculturais comuns a essas nações. Como povo mestiço que somos, amalgamado com o sangue indígena e o europeu, temos o próprio sangue africano correndo em nossas veias.

Se, com nosso peso e nossa respeitabilidade, lideramos a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e, dentro em pouco,

vamos secretariá-la, temos a obrigação de impedir que a CPLP seja mais um projeto adiado, ou até, quem sabe, no que tange à nossa participação, um projeto lamentavelmente natimorto, como tantos outros. Precisamos sair do platonismo, e dar um solidário abraço a esses povos cujos ancestrais, por tanto tempo, nos ajudaram a construir nossa nacionalidade e a caldear nossa própria cidadania. Precisamos dizer a eles *nossas mantilhas*, e irmos à luta. Mãos à obra, portanto.

REFERÊNCIAS

Sobre Crioulística e Pidginística em geral, e de base portuguesa em particular.

ACTAS do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo [em 1983] . Vol. I (1990, 2. ed.) e vol II (1987). Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP).

COELHO, Francisco Adolfo *et alii*. *Estudos linguísticos crioulos*. (1967).

Lisboa, Academia Internacional de Língua Portuguesa. (Com introdução e notas de Jorge de Moraes-Barbosa.

COUTO, Hildo Honório do. (1996). *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília, EdUnB. (Sem dúvida o mais completo e atualizado manual sobre o tema escrito em português.)

FERGUSON, Charles A. (1971). *Language structure and language use*. Califórnia, Stanford Univ. Press.

FERNANDES, Eulália. *A língua portuguesa em face dos crioulos. Bilinguismo e diglossia*. Rio de Janeiro, USU, 1979 (mimeo).

FERRONHA, António Luís. (org.) *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*. Lisboa, Impr. Nac. / Casa da Moeda, 1992. (Especialmente o ensaio do seu organizador, intitulado *A língua portuguesa à procura do Sul*.)

FISHMAN, Joshua. (1982). *Sociología del language*. Madrid, Cátedra. (Especialmente o exposto no cap. VI, p. 120-132).

KIHM, Alain. (1987). Les créoles portugais. *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, 46/47, p. 61/87.

NARO, Anthony Julius. (1973). *Estudos diacrônicos*. Petrópolis, Vozes. *New African Yearbook* (1998). Londres, I. C. Publications.

TARALLO, Fernando & ALKMIN, Tânia. (1987). *Falares crioulos. Línguas em contacto*. (Especialmente os cap. 5, 6 e 7, da autoria desta última, sobre os crioulos de base portuguesa.)

VALKHOFF, Marius. (org.) (1975). *Miscelânea luso-africana*. Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar.

SILVA, M. W. Sugathapala de. (1976). *Diglossia and literacy*. Misore-

Manasagangotri, Central Institute of Indian Languages.

SILVA NETO, Serafim da. (1950). Falares crioulos. *Brasília*, 5, p. 3-28. (Trabalho pioneiro no Brasil sobre o tema).

VASCONCELOS, José Leite de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris / Lisboa, Université de Paris / Faculté de Lettres, 1901.

VENÂNCIO, José Carlos. (1997). *O desafio africano*. Lisboa, Vega. (Actas do

Colóquio Africano de Língua Portuguesa: presente e futuro, realizado na Universidade da Beira Interior em maio de 1996).

Sobre o crioulo cabo-verdiano

ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. (1961). *Cabo verde: contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago*. Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar.

BRITO, A. de Paula. (1887). *Dialetos crioulos portugueses. Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde*. (Revisto por Adolfo Coelho.) vd. COELHO, Adolfo, item 1 desta bibliografia.

CARDOSO, Eduardo A. (1989). *O crioulo da ilha de São Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa / Praia, ICALP / Instituto Cabo-verdiano do Livro.

COSTA, Joaquim Vieira Botelho da. & DUARTE, Custódio José. (1886). O crioulo de Cabo Verde. Vd. COELHO, Adolfo, item 1 desta bibliografia.

DUARTE, Custódio José. (1886). Veja-se, acima, COSTA, Joaquim Vieira Botelho da.

LANG, Jürgen. (1990). A categoria número no crioulo cabo-verdiano. *Papia* 1,1, 15-25.

MEINTEL, Deirdre. (1975). *The creole dialect of the Island of Brava*. Vd. VALKHOFF, Marius F. (org.) no item 1 desta bibliografia.

SILVA, Baltazar Lopes da. (1995). *O dialeto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Impr. Nacional.

VEIGA, Manuel. (1979/80). *Diskrison strutral di lingua kabuverdianu*. Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Sobre o crioulo guineense.

BULL, Benjamin Pinto. (1989). *O crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e sabedoria*. Lisboa / Bissau, ICALP / INEP.

COUTO, Hildo Honório do. (1994). O crioulo português da Guiné-Bissau.

Hamburgo, Helmut Buske Verlag. (Esse crioulista é autor de mais meia dezena de ensaios curtos sobre o tema, publicados em periódicos estrangeiros e nacionais.)

ICHINOSE, Atsushi. (1993). Evolução da expressão equacional no kiriol da Guiné-Bissau. *Papia*. Vol. II, n.º 2, p. 23-31. (Sugere que a partícula *i* tem o valor de cópula verbal.)

WILSON, W. A. A. (1962). *The crioulo of Guiné*. Joahannesburg, Witwatersrand Univ. Press. (Pouco informativo, aceita *a priori* a discutida simplicidade dos crioulos em geral.)

Sobre o crioulo tomeense

FERRAZ, Luiz Ivens. (1979). *The crioulo of S. Tomé*. Johannesburg, Witwatersrand Univ. Press.

HOLM, John. (1968). *Pidgins and creoles*, vol. II. *Reference Survey*. Cambridge, Cambridge Univ. Press. (Estudo conjunto dos crioulos do golfo da Guiné.)

VALKHOFF, Marius F. (1966). *Studies in portuguese and creole, with special reference to South Africa*. Johannesburg, Witwatersrand Univ. Press. (Estudo conjunto dos crioulos do golfo da Guiné.)

Sobre o crioulo principense.

GÜNTHER, Wilfried. (1973). Das Principensische Kreolisch der Principe. Marburg, *Marburger Studien zur Afrika - und Asienkund*, série a, Afrika-Band 2.

NOTA - Além das informações sobre o crioulo tomeense que poderão ser obtidas nas obras acima citadas de Holm e Valkhoff (informa-nos Couto, cuja obra principal seguimos de perto nesta apresentação, vd. bibl.), o crioulista francês Philippe Maurer, especialista no papiamento de Curaçao, anunciou estar preparando uma obra sobre a situação linguística de São Tomé e Príncipe.

NA CURVA DO RIO

Ou na Forma (Im)possível do Soneto
GILBERTO MENDONÇA TELES (ABRAFIL E PUC)

A SERAFIM DA SILVA NETO, que não conheci, mas cuja obra vem me conduzindo ao terra a terra da

Vês aqui a grande máquina do mundo,
Etérea e Elemental, que fabricada
Assim foi do Saber alto e profundo
Que é sem princípio e meta limitada,
Quem cerca em derredor este rotund
Globo e sua superfície tão limada,
É Deus, mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que tanto o engenho humano não se estende.
[*Os Lusíadas*, X, 80]

1. O Encontro

O rio mais piscoso do Planalto,
de Araguaia beleza nominado,
de repente se curva, circunflexo,
muda o sentido do seu curso e vem
desaguar volumoso e reticente
o cicio ondulante, a placidez
de suas grandes águas sempre limpas
na curva de outro Rio -- neste mar
que desenha no tempo o litoral
entrecortado e sempre majestoso.

Hoje o rio se faz de pura essência
e se levanta clássico, arengando
comigo sobre o tempo, repetindo
no presente o porvir e seu sentido,
memória desdobrada pelas margens
na penumbra das nuvens, rio-máquina,
ser-movente no medo disfarçado
que me conduz acima das distâncias

e me diz:

“Toma e lê. Encontrarás
neste compêndio a forma, o tom, a cor,
o jeito de louvar esse outro Rio
que se esconde e se mostra soberano
nas curvas da baía e do oceano”.

Por aí me dei conta de que um mapa
se abria em minha frente e, bem-falante,
começou a dizer-me: - Olha, repara
que a cidade se inscreve no seu rio
de lenda e calendário. Tudo brilha
nas praias e nos morros. Um navio
fotografã de longe a bela imagem
do mar se repetindo nas montanhas.

2. Os Nomes

Olha – repetiu noutro ritmo: “Toda a cidade é bela”,
embora Machado de Assis tenha dito preferir
que os estrangeiros elogiassem não a geografia
mas os costumes especiais da nossa gente.

Mas olha, vê, repara: ali está a beleza dos *morros*
da Babilônia do Pavão do Pavãozinho
do Cara-de-Cão (o *Jaguaratoba* e sua história)
do Pão de Açúcar (o morro isolado e pontudo na língua
deles)
o morro da Viúva (que se esconde), os Dois Irmãos
o do Catete do Anhangá dos Cabritos
o encanto do Corcovado com seus braços abertos
e a majestade do *Metaracanga* que os tamoios viam
como o cocar na cabeça de seu chefe tribal
e que os descobridores transformaram em Pedra da Gávea
fazendo a gente ficar imaginando um navio
antigo todo cheio de inscrições rupestres dos fenícios.

Olha, vê, repara – Camões me guia –
o Bico do Papagaio na Serra da Tijuca

as baixadas de Guaratiba Sepetiba Jacarepaguá
 a ponta do Arpoador as enseadas os sacos as baías
 as praias de Copacabana Ipanema Leblon
 a lagoa *Socopenypen* que já foi Fagundes Varela
 e hoje, sob o nome de Rodrigues de Freitas, exhibe a beleza
 dos flamboiãs florindo nas suas margens
 sua árvore de Natal suas garças e regatas
 seus peixes mortos.

Repara na pronúncia indígena de alguns rios:

o Catete o Catumbi o Maracanã
 o Guandu o Andaraí o Bangu o Miriti
 o Pavuna o Comprido o Sarapuí
 o do maciço da Pedra Branca
 e o famoso Carioca que ninguém vê.

Olha, repara a baía com suas muitas ilhas:
 Brocoió Fiscal a da bela Moreninha de Paquetá
 a grande ilha aérea e culta do Governador
 que já foi a *Paranapuã* e seu mar redondo.

Repara também no mar as de nomes esquisitos -
 Cagarra Guaratiba e Sernambetiba e seu Pontal
 que de manhã é istmo de tarde ilha e à noite
 a grande praia extrema da Barra da Tijuca.

Mas pensa na bela e sábia conjunção dos índios
 que diziam *Uanãpara* ao seio do mar que esconde
 e *I teroy para* a pequena água escondida.

3. O Zoom

A voz do mapa, agora em velho tom,
 tenta mostrar de dentro o que era bom,
 o melhor, o mais belo, a majestade
 da música do sol pela Cidade.

Olha agora de perto, vê, repara
 a paisagem urbanizada, dentro
 e cada rua e bairro - jóia rara
 da Zona Sul à Zona Norte e Centro.

Aqui tudo se fez, se faz história
 no charme especial da Lapa e Glória,
 no imperial São Cristóvão e, com certeza
 na Gamboa e também Santa Tereza.

As Barras, da Tijuca e Guaratiba,
Recreio, Grumari e, bem arriba,
o Alto da Boa Vista, o Grajaú,
Realengo, Engenho Novo e Bangu.

Na Zona Sul o mar e seu poema
do Leme ao Leblon, por Ipanema
por Copacabana e Arpoador,
nas ondas da poesia e muito amor.

Vê Méier, Cascadura, Bonsucesso,
o Morro do Alemão e seu progresso
antes que o olhar te dê canseira
vê Benfica, Pavuna e Madureira.

4. O Landscape

Do alto do Corcovado
você pode ver o Baixo Leblon
e uma parte do elevado Paul de Frontin.
Você não pode ver dentro do Rebouças
mas pode muito bem imaginar
as praias cheias de moças.
Você pode ver a ponte e a baía
o Maracanã e o Engenhão
e pode ver até a poesia
brotando do chão.

Você pode ver tudo:
a PUC e seus estudos
a Urca com seu Pão de Açúcar
o Botafogo o Flamengo (Fluminense e Vasco)
ver o Santos Dumont e Niterói
e até o morro dos Cabritos,
onde se não me engano
ainda cantam bonito
as cigarras de Olegário Mariano.

Você não pode ver mas pode imaginar

a educação do povo pela rua
os táxis buzinando e furando sinal
e a beleza da cidade ao natural.

5. Close no Verão Carioca

As imagens de fogo e brasa
queimam o caminho de casa:
39° no relógio da Av. Atlântica
40° no outro da Av. Atlântica
41° do da Av. de N. S. de Copacabana
38° no da Barata Ribeiro
36° no da Toneleros
32° no da Pompeu Loureiro
que passa para 30° em atenção
à floresta do Morro dos Cabritos
e à sua favela em formação.

Enquanto isso a TV noticia
que a chuva cai noite e dia
e já vai – cavalo a galope –
pelas serras de Petrópolis.

6. O Close-up

E há o tempo da febre -- um tempo curvo,
asas de urubu batendo na janela,
sombrias da noite no ermo das paredes,
borboletas pretas no carvão inútil.

É um tempo de grilos e de gralhas
nos ouvidos. Tempo de formigas
corredeiras pelo corpo, ziguezague
de fogo nas órbitas do medo.

Tempo de coisas úmidas
escorrendo no musgo da linguagem,
áspero prenúncio enferrujado
de junho na garganta.

.....

É aí que escuto a zoeira das cigarras
do Olegário dando vaia à voz modernista
de Mário de Andrade, que lê sem jeito
os originais de sua *Paulicéia*.

E é precisamente aí, no antro da meia-noite,
que a Minha Loucura trepa corajosa
no silêncio do Morro dos Cabritos
para dizer bem alto:
— Olé, Mário,
vinde ver! vinde ouvir os versos do Olegário.

7. A Pronúncia

Em Goiás
sou bissexto:
rimo prima
com incesto.

Mas no Rio
e no resto:
pronuncio
e incesto.

8. O Poema do Olhar

Os inocentes do Leblon
não viram o navio entrar.

DRUMMOND

A inocente do Leblon
especula a curva da praia,
aproveita seu privilégio de vista
e olha o mar que lhe vem lambe a mão.

Olha as gaivotas / os surfistas
o delfim nadando na Avenida
e, nostálgica, olha o peixe voador
no céu da ponte-aérea.

A última inocente do Leblon
chega à janela para olhar

os homens que passam e, distraída,
 não vê o navio que vai entrando
 pela sua casa a dentro, lançando âncora,
 na festa da chegada, e despedida.

Como está sempre olhando, olhando além,
 o que não tem futuro nem passado,
 não foi capaz de ver seu namorado
 nem viu o tempo que passou também.

9. O Calçadão

Às seis horas da manhã ouço Wagner
 no calçadão de Copacabana.
 Melhor, ouço alguém discorrendo
 sobre Wagner, eruditamente
 e trombeteando a sua própria grandeza
 retórica de baiano.

Às seis horas da manhã, no meu *Cooper*,
 acompanhado de um cachorro emplumado
 para gáudio de alguns intelectuais
 que se exibem catando pulgas gramaticais:

– Sabe que fulano diz, apesar de escritor,
 “*Mais amor e menas confiança*”?
 É um pobre de espírito e enfeia a cultura
 que a brisa do Brasil beija e balança.
 Vou escutando, mas pensando: “Acho
 que hoje eu preciso urgentemente
 de um professor de javanês...”

10. A Ex-Capital Federal

No Rio de Janeiro, a metade
 da população vive na praia
 ou nos bares, tomando chope,
 discutindo futebol, carnaval, mulheres

e contando sempre a piada da hora.

A outra metade, a que se diz culta,
essa discute nas livrarias ou nos cafés;
ala de literatura, elogia o escritor novo,
e, discretamente, pergunta-lhe se não aceitaria
um prefaciozinho no seu próximo livro. [1961]

11. O Complexo de Geraldo

Se Freud houvesse passado alguma vez
pelo Rio de Janeiro, teria dado atenção
à *cultura* do “complexo de Geraldo”,
que ataca de noite, nalguma toca,
a insolação das cariocas.

- Geraldo, acabei de ler o seu *Plural de nuvens*.
Tem ido a Goiás do Mato Grosso, Geraldo?
Diga, Geraldo, o que você pensa, o que diria
do mau livro, isto é, do meu livro de poesia.

Apesar de emendarem os seus lapsos,
escorregando nas elipses e nos psius,
fico sempre com a impressão meio pagã
de que por aqui tenha passado disfarçado
ou o Gerardo-sem-Pavor ou o D. Juan.

Ou será que meu nome — *lança em riste* —
as apavora para além do chiste?

12. *Sic Transit*

Diariamente,
eu passo os cariocas para trás:
com a mania de levar vantagem,
eles dão sempre um passo a mais,
desrespeitando as faixas e os pardais.

O que lhes interessa não é bem

o vermelho ou o verde que não veem,
 mas o *pole-position* da largada,
 o charme da infração em cada esquina,
 pois só saem na luz da disparada
 se ouve o toque de caça da buzina.

Tranquilo e obediente,
 eu saio sempre à frente
 vibrando a lança
 em prol do estilo.

13. A Barra

Todo mundo tem sua cachaça, diz o poeta.
 Eu penso é que todo mundo tem a sua barra
 ou a sua birra, o seu limite e utopia.

Há quem tem a barra de chocolate,
 outros a da musculação.
 Há os que só desejam a barra da saia
 e os que vão parar na barra dos tribunais.
 Existem os que sabem que a barra do dia e-vém
 e os que olham os navios saindo da barra.

Quando a barra está pesada
 ou o técnico me barra na partida,
 pego as minhas coisas e vou dormir na Barra,
 meu recreio, meu limite e utopia,
 meu passaporte para a poesia.

14. O Fim

Aqui, a voz calou-se, fez--se pássaro,
 cantou de longe o velho e o novo Rio;
 deixou de lado o curso que não passa
 e engendrou em si mesma outro sentido.

A máquina do medo, com seu vidro,
 sua lâmina de vento, sua graça,

pousou no azul do tempo redivivo
e se deixou sumir na madrugada.
Quem sabe do Eco que ficou vibrando,
do que a história não quis na sua letra?
Em sinal de louvor, como arremate,
sua linguagem vibra em contracanto,
vinda de longe desaguar inteira
na curva mais extrema da Cidade.
[Guana-Barra, 1 de março de 2014]

ARTE E CULTURA NA AMÉRICA LATINA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

LUIZA LEITE BRUNO LOBO (UFRJ E ABRAFIL)

RESUMO

Este ensaio discute as condições de permanência e até sobrevivência da literatura, com especial ênfase na literatura brasileira e latino-americana, no período pós-moderno. Discute uma nova noção de cânone literário e cultural contemporâneo, com base numa mentalidade não metafísica, na verdade pragmática, de acordo com Richard Rorty. Focaliza as novas tecnologias e tendências que chegam ao Brasil, oriundas de outras culturas, provocando a criação e a circulação de novas tendências. Em conclusão, discute as possibilidades de resistência e de sobrevivência da arte e da literatura no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: arte e literatura – cultura - pós-moderno – América Latina

SUMMARY

This essay discusses the ways to preserve and enhance Latin-American and especially Brazilian literature in the postmodern era. It proposes a new notion of a literary and cultural canon in that continent which is based not upon a metaphysical but rather on a pragmatic interpretation of the world, according to Richard Rorty. It particularly focuses on the new technologies and trends that arrive from other cultures in Latin America as well as the production and circulation of ideas derived from it in the era of globalization. In short, this essay discusses the possibilities of resistance and even permanence for art in Brazilian and Latin American culture in the era of globalization.

Keywords : art and literature - culture - postmodern - Latin America – globalization.

Minicurrículo: Luiza Lobo é professora da Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade de Carolina do Sul (1978), Pós-doutorado na Universidade de Nova York (1985) e na Universidade Livre de Berlim (1995). Foi Pesquisadora Visitante nas Universidades de Nantes (2000) e Oxford (2001) e lecionou na Universidade Livre de Berlim (1995), em Salzburg (2000) e Aarhus (2005). Em 2014 esteve na Universidade de

Massachusetts em Amherst, com uma bolsa da Fulbright. Publicou inúmeros artigos no Brasil e no exterior e proferiu palestras nas principais universidades do Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Áustria, Alemanha, Itália e França, além de conferências e comunicações em congressos nestes e noutros países. Organizou diversas antologias, entre as quais *Modernidad y modernización* (Quito, 2000) e *Globalização e literatura* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999). Entre os livros de ensaios, citam-se *Crítica sem juízo* (1993), *Teorias poéticas do Romantismo* (1987) e *Épica e modernidade em Sousaândrade* (1986; 2ª ed. 7Letras, 2005). Publicou também *Segredos públicos: os blogs de mulheres no Brasil* (Rio de Janeiro, Rocco, 2006XXX) e *Guia de escritoras da literatura brasileira* (Rio de Janeiro, Eduerj; Brasília, CNPq, 2007XXX). Seus mais recentes livros de contos são *Sexameron* (1997) e *Estranha aparição* (2000). Além de ensaios, traduziu cerca de trinta obras literárias, como Poe, Woolf, Austen, Mansfield, Golding e Robert Burns. Em 2011 publicou o romance de nova história *Terras proibidas: a saga do café no Vale do Paraíba do Sul* (Rio de Janeiro, Rocco, 494 p).

Introdução

O panorama cultural alterou-se a tal ponto no mundo globalizado, que, muitas vezes, nos perguntamos se a arte e a cultura continuarão a existir nos moldes em que ainda as conhecemos hoje, com os valores estéticos tradicionais. Além disso, precisamos nos perguntar se a arte e a literatura, no Brasil e na América Latina, que em geral ficam confinadas a seus locais de produção, contando com poucas possibilidades de divulgação nos países do Primeiro Mundo, poderão se expandir ou mesmo sobreviver num mundo globalizado.

Sabemos que a sociedade contemporânea se organiza em torno de um centro urbano onde se vive um eterno presente, que gira em torno da ideia de um enorme supermercado, shopping-center ou mall, onde tudo está disponível no aqui e agora, pronto para sua aquisição material. Esta forma de vida extremamente consumista, própria do capitalismo, resulta da crise do pensamento metafísico pós-moderno, que aproximou as pessoas do aqui e agora e abandonou as grandes narrativas e valores, tais como verdade, religião e utopia; em seu lugar, há hoje o prazer sensualista pela posse material. Este processo de ruína das utopias e verdades universais teve início com Nietzsche, mas ganhou novo impulso com Heidegger e, a partir da década de 1970, com Derrida e a escola de Yale, composta por Paul de Man, Geoffrey Hartmann, Harold Bloom e Jonathan Culler (este vindo da Inglaterra para a Universidade de Ithaca, nos Estados Unidos).

Este processo de desconstrução da metafísica também se acompanhou da desestruturação da sociedade patriarcal como base da cultura ocidental moderna, formada no trajeto greco-judaico-cristão-ocidental. Derrida mostra a crise desse tipo de sociedade, que ele denominou de “falocêntrica”, pois se centrava no falos patriarcal e na crença de um logos metafísico uno e baseado na noção de identidade do sujeito ocidental. Essa cultura, herdada da tradição oral do saber greco-judaico-cristão-ocidental, é produto do fonocentrismo, ou repetição de valores. Os descentramentos propostos provocaram a ruptura da noção de identidade, de “verdade” e dos juízos universais: desapareceram as grandes utopias que foram prometidas no Ocidente desde o Iluminismo ou Ilustração, no século XVIII, como a da democracia, da república e da liberdade entre todos os povos, sem que nenhum valor social tenha surgido em seu lugar, além de um certo apelo à ética. Surgiu um novo comportamento individualista, nem sempre de acordo com exigências mínimas de ética social.

Dado o fracasso do pensamento ligado à filosofia transcendental que acompanhava o Ocidente desde Platão, ora desconstruído, pode-se propor, a partir da filosofia de Richard Rorty, uma visão mais pragmática, menos idealista, menos essencialista e não metafísica da existência. Richard Rorty propõe em suas obras um novo tipo de utopia, não metafísica, mas de perfil democrático, ligado à práxis social, visando ao bem da sociedade humana, que se coaduna com a atual cultura de massa, de caráter coletivo e popular.

A comunicação de massa como fenômeno social provoca a unificação da sensibilidade humana através de um tipo de visão de mundo unificada e predominante, levando a uma sensação de perda do artesanato na expressão artística pessoal. Outra consequência é a hegemonia da língua inglesa e suas culturas afins, que ocorre em várias formas, difundindo e impondo seus hábitos, gostos e arte – o que vem junto, naturalmente, com seus produtos comerciais. Cria-se, para além da dominação econômica, um novo tipo de dominação, feita pelo império do virtual, através da imagem e da palavra, e através de produtos culturais, que criam um contexto deslocado, exportado do outro país (ver Canclini, 2001; ver Jameson 1998). Este novo império só encontra comparação no império latino, na Antiguidade, mas agora, além do domínio econômico, ele também se exerce na plataforma virtual (Internet e outros meios eletrônicos). A penetração mundial obtida pelo império anglo-saxônico, continuada hoje pelo capital globalizado, com forte predominância do norte-americano, foi possibilitada pelo tipo de imperialismo colonial exercido pela Inglaterra no século XVIII e seguida pelos Estados Unidos, no XX. A colonização inglesa, um país já industrializado, se exerceu através da difusão de seus valores através de um forte sistema educacional e um

bem organizado sistema administrativo. Foi muito mais eficiente que a das metrópoles mercantilistas e pré-capitalistas dos séculos XVI e XVII, como Portugal, Espanha e Holanda. Portugal chegava a proibir o acesso à cultura nas suas colônias e mesmo da imprensa no Brasil até 1808, enquanto a Espanha e a Holanda exerceram uma violência particularmente virulenta contra os povos conquistados.

O movimento do desconstrucionismo, em que vivemos desde a década de 1970, definida como “condição pós-moderna” por Lyotard, é uma filosofia que critica o Iluminismo e as crenças fonocêntricas baseadas na repetição de verdades orais que não passam pelo crivo de uma “escritura” ou visão crítica e inovadora do mundo. Paralelamente, a crítica desta cultura ocidental implicou no fim das utopias que se constituíram desde o século XVIII, com os grandes enciclopedistas franceses e pensadores da filosofia transcendental alemã. Tais ideologias marcaram o surgimento do sujeito ocidental, mas, ao mesmo tempo, o início do individualismo e da sociedade burguesa. Há hoje, ao contrário, a corrosão do patriarcalismo e a busca da democratização entre as classes e gêneros, num movimento multiculturalista que alguns descrentes chamam do “politicamente correto”.

Arte hoje

Sem dúvida ocorre hoje, junto com o fracasso do Iluminismo, o abandono da noção kantiana de arte pura, desinteressada e voltada para a estética do belo e do bem, tendo seu objetivo constituído internamente nela mesma, sem necessitar de justificação social. Já o pragmatismo, como tem sido exposto por Richard Rorty, por exemplo, se afasta da ideia de um dever ser (Kant) baseado em verdades universais dadas *a priori*, como pressuposto, que precede a existência, e se aproxima da prática social. Em Kant, essas verdades são transcendentais, e se colocam acima da realidade, tornando-se, portanto, caudatárias de uma visão de mundo eurocêntrica – hoje estendida à visão de todo o Primeiro Mundo desenvolvido. Elas acabam se impondo sobre as mentalidades dos outros povos e culturas. Portanto, tais idéias pouco têm de universais e de verdadeiras. Elas refletem uma vertente da verdade e do universal.

Em lugar da proposição de uma metafísica absoluta e universalista, surge atualmente uma nova visão de mundo, com base no diálogo entre a mentalidade global e a consciência do sujeito individualizado em sua cultura local. As proposições localizadas responderiam à existência e à experiência no universo por ele conhecido e vivido. Exigiam interpretações, leituras locais e não universais e impostas de fora. Desaparece a noção de verdade

única e universal kantiana, como se dava com relação a religiões e valores, e cada narrativa gera suas assertivas, que não se pretendem universais nem propedêuticas. É claro que, na cultura de massa, a comunicação de linguagens é constante, mas ela não pressupõe a aceitação de uma forma de vida ou conhecimento automaticamente, como ocorria na fase totalmente eurocêntrica do Estado-nação ou do colonialismo. Da mesma forma, o objeto artístico não precisa mais preencher um ideal de belo universal, bastando que corresponda às expectativas de um dado momento e cultura.

Nesta arte, nem erudita nem popular ou de massa, mas híbrida, no dizer de Canclíni, altera-se a relação entre arte popular, de massa e erudita como rompendo com uma estética configurada desde Kant e Hegel. A noção de culturas híbridas, de Canclíni (2001) vem complementar os conceitos de cultura de massa, já bem difundidos, com novos parâmetros epistemológicos que revolucionaram profundamente a antiga *Weltanschauung* iluminista, pura e idealista. A introdução dos estudos culturais, do feminismo, da inclusão das minorias sexuais em diversos programas acadêmicos e em múltiplas publicações representou um fator importante na redistribuição democrática dos privilégios e valores universais. Mas, acima de tudo, mostrou a pertinência de uma cultura do “aqui e agora”, mais ligada à fenomenologia do que às ciências humanistas epistemológicas e universais que antes eram desvinculadas da prática social, ocupando um reduto separado, pouco integrado à organização social.

Paralelamente ao apagamento do conceito de arte erudita, culta e ligada à escrita, ocorreu a revolução na eletrônica e na internet, que chega hoje até as camadas de baixa renda, através de bibliotecas e escolas. A era digital ameaça aposentar o papel como veículo de imprensa e de publicação escrita – mas, contraditoriamente, também possui um alto grau de perecibilidade. O simulacro do real, hoje reproduzido pelos meios de comunicação de massa, através da televisão, do vídeo doméstico e da Internet, cria uma nova forma de mimese no mundo contemporâneo de realidade virtual, que é altamente sujeito à obsolescência.

Paralelamente à crise generalizada no mundo das artes manuais, não tecnológicas, encerra-se o moto do “*make it new*” de Pound, que seria a busca da originalidade absoluta, típica do primeiro modernismo, passando-se à ideia neodecadentista de que “nada é *new*”. Tudo é repetição, rearranjo de termos já presentes na ordem do discurso anteriormente enunciado. Na condição pós-moderna, surgem novas formas de produção de subjetividades, para além do real. A figura do sujeito criador morre ou se enfraquece, até mesmo devido à dificuldade de se rastrear e resguardar a autoria num veículo como a

Internet – fenômeno que já se esboçara na imprensa e na propaganda, em que a informação supera o estilo ou a criatividade artesanal.

A crise das utopias, o sentimento de *déjà-vu* e de melancólico “sentimento do mundo”, na expressão de Carlos Drummond de Andrade, que se apodera de artistas e produtores culturais do pós-moderno, explica-se pelo acúmulo de informações permitido pelo computador, o *hard disk*, a nuvem, e tantos outros meios de armazenamento em bancos de dados quase infinitos e até então impensáveis. A maior amplitude de informação, impulsionada por descobertas tecnológicas e científicas diárias trouxe, no plano das artes, a sensação de vazio e da impossibilidade de novas invenções no plano da arte.

Com a nova cultura pós-escrita, que muitas vezes leva à pós-alfabetização, surge, paralelamente a um acúmulo de informações, uma carência de interpretação, apesar das vantagens de rapidez e eficiência já ressaltadas por Pierre Lévy (1993; 1999). Outra consequência associada à escrita no computador é a possibilidade de realizar o sonho de Stéphane Mallarmé, em seu famoso e inacabado projeto do *Livro*, de conseguir, até certo ponto, escrever à revelia da ordem linear do discurso, recortando, deslocando, apondo sílabas, palavras e orações numa rearrumação constante do discurso, o que não pode ser feito no texto tradicional.

À diferença dos jornais, cobertos de resíduos de tinta, borrão, provocados pelo chumbo, a graxa e por máquinas pesadas, manuais ou elétricas, cria-se uma nova realidade, uma comunicação *clean*, com programas de computador e portais de informações científico-tecnológicas, propaganda e comunicação eletrônica, abrindo para um universo de possibilidades, inclusive ligado ao econômico. Esta realidade virtual, que já nem sequer tenta simular a vida real, mas que a produz, já foi comparada à ética protestante puritana e ao capitalismo. Alberto Manguel, em *Uma história da leitura* (1996) nos mostra a evolução que preparou este novo universo infinito de simulacros idênticos ao real, e muitas vezes superior ao original, obtido a uma velocidade inimaginável. A técnica acompanha o progresso da humanidade em relação a uma crescente imersão no capitalismo. Já não há manuscritos, rasuras, textos originais rascunhados à mão ou numa máquina individual, identificável. As descobertas que faziam a alegria dos especialistas em ecdótica, hermenêutica ou genética crítica hoje se reduzem ao horror da página em branco de que nos fala Maurice Blanchot em *L'espace littéraire*. Um texto é composto de recortes, reaproveitamentos, revisões: composições rápidas em que surgem, em questão de segundos, através de pequenos gestos técnicos, como o automático clicar de botões de recortar, apagar e colar, um novo tipo de palimpsesto. Os moldes de cada escrita estão armazenados na memória do computador, disponibilizando

resíduos de outros textos que podem ser facilmente reaproveitados, sem grande emoção humana, apenas pela força da máquina. O mundo *clean* já se aproxima perigosamente de uma certa realidade de ficção científica, pelo menos para a classe média, em que as pessoas temem ser robotizadas pela máquina. Daí talvez a exuberância dos bloggers, diários íntimos, fotográficos, informativos ou literários on-line, visando a contrabalançar o meio frio da máquina.

A noção de reprodutibilidade técnica, anunciada por Walter Benjamin em “O objeto literário na época de sua reprodutibilidade técnica” se repete e se reproduz a uma quantidade e velocidade inimagináveis. O conteúdo filosófico e questionador do texto desaparece em prol da economia de palavras e de tempo. Se o meio é a mensagem, o fremir da máquina em movimento eletrônico acelera a acumulação de gestos mecânicos, que não raro redundam em lesões nervosas por sua excessiva repetição.

Esta repetição, que deixava uma margem, um indizível, ou suplemento ou *surplus*, na teoria de Jacques Derrida, passa a ser questionada na sua produção positiva de sentidos por Jean Baudrillard em *L'Échange symbolique et la mort* (1976). Uma série infinita de sentidos levaria a uma constante morte de significados e a vida seria eternamente perpetuada no capitalismo por um consumo infinito, baseado na produção e repetição, que percorreu a sociedade de ponta a ponta, desde o econômico até o artístico e o correio pessoal. Este movimento em série só poderia ser interrompido pelos discursos marginais ao capitalismo, como os dos afrodescendentes e das mulheres. Também Fredric Jameson, em “O pós-modernismo e a sociedade de consumo”, menciona a “construção” de um sujeito burguês, que nunca teria existido, e a emergência de uma “nova experiência de tecnologia cidadina” (1993, p. 40), que Walter Benjamin já apontara em Baudelaire.

A sobrevivência do objeto literário

Paralelamente a essa transformação de atitudes, ocorre um fenômeno inesperado no plano da crítica literária: a exaustão dos métodos semiológicos até então utilizados, desde o pós-estruturalismo e a crítica pós-modernista, com Jacques Derrida, Paul de Man, Jonathan Culler, Gilles Deleuze e outros filósofos e críticos literários. Na medida em que ocorre, na sociedade contemporânea, uma hipertrofia do virtual e do coletivo, surge, paralelamente, um desejo de recuperar uma dimensão histórica ou até microhistórica, ligada à nova história ou à história das mentalidades, expresso na pesquisa do pessoal, que possibilite perceber um sentido para os eventos sociais que constituem o tecido social como um todo. Assim, nos estudos posteriores ao pós-moderno,

acompanha-se um certo retorno à análise sócio-histórico-cultural.

A Nova História, criada pelos historiadores franceses Claude Braudel, Jacques Le Goff e seguida por Peter Burke, explica a história como a criação de uma narrativa como outra qualquer, um discurso produzido, criado, descolado com relação ao real, segundo afirma Hayden White em *Metahistory*. De qualquer forma, esta forma de história já não é ingenuamente realista, mas pressupõe a recriação mimética da realidade através de uma narrativa que passa a constituir uma versão que não se quer única nem colada ao real, mas sim paralela e recriadora dele. Supera-se o pensamento marxista realista e se propõe uma visão quase literária de história, o que traz consequências não só para o estudo da disciplina como também, num traçado interdisciplinar, para a própria análise literária.

Assiste-se a um fenômeno que poderíamos definir como uma dupla crise do conceito de mimese do real. Na década de 1960-1970, o estruturalismo passou a desvincular sistemas e estruturas do real que lhe serviam de objeto de estudo, os quais estabeleceriam uma mimese própria. No período do estruturalismo semiológico, autores como Genette, Greimas e Todorov, na esteira de Bakhtin e Kristeva, propunham o texto literário como já contendo em si um sentido social. É a noção de ideograma, de Julia Kristeva, que aposta no texto literário como autônomo e prescindindo de uma análise social. Prosseguia na época o debate sobre mimese textual e seu grau de distanciamento da realidade, expressa na ideia, por exemplo, de denotação, conotação de primeiro e de segundo graus, mimese realista ou imaginária etc, num debate mantido com grande ênfase entre marxistas lukácsianos contra estruturalistas, na década de 1970.

O texto hoje se liberta da clausura semiológica, na qual se supunha que o signo continha o todo social em si, como na afirmação de Julia Kristeva sobre o termo *ideograma*, e a crítica torna a se voltar para o social. É verdade que agora se pode entendê-lo como sistema mimético virtual de representação, desvinculado da noção de espelho, como no marxismo de Lukács (*Mimesis*). Contesta-se a linguagem como metalinguagem ou como um discurso retórico autônomo, para além da ideologia. A ciência é posta em questão, até no campo das ciências exatas. A linguística não mais se constitui na grande ciência da comunicação que a tudo abarca, como queria Roland Barthes em *Linguística e comunicação*; primeiro foi incorporada pela comunicação de massa, e hoje foi absorvida pelas ciências humanas. A sociologia, a história e a antropologia tornam a despertar o interesse do discurso teórico e crítico universitário. A comunicação de massa e a noção de cultura canibalizam os campos da arte e da literatura, atrelando-os à sociedade do espetáculo atual, na feliz expressão

de Guy Debord (1999) – um dos aspectos que também são discutidos por Nestor García Canclini em *Culturas híbridas* (2001).

Na última década do século XX, Terry Eagleton denuncia, em *Teoria da Literatura* (1993), a hipertrofia da linguagem, que se torna incapaz de explicar a totalidade dos fenômenos sociais da realidade para além do texto. Henri Lefebvre, em *A construção do espaço* (1991), se refere explicitamente a tal falência, ao mesmo tempo em que expõe sua teoria dos espaços virtuais que surgem em todos os ramos da sociedade humana – espaços destinados às ondas de rádio e de televisão, aos aviões e aos satélites – e chega a reivindicar um uso social para os mesmos, pois hoje ocorre a colonização dos espaços em redor da Terra.

A partir do pensamento filosófico de Jacques Derrida e da semiologia, Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak utilizaram o conceito de diferença e o ampliaram não só para definir alteridade e gênero no feminismo como também para as camadas subalternas e as minorias políticas. Esta linha de pensamento se constitui numa crítica pós-colonialista que se volta para as margens, em oposição ao eixo dominante eurocêntrico. Na mesma vertente, os estudos culturais aprofundam as redes sociológicas do saber questionador, afastando-se cada vez mais da indagação semiológica presente em Derrida, Kristeva e mesmo Foucault.

Surge, no entanto, a possibilidade de uma autocrítica do próprio sujeito enunciativo do discurso, que se coloca no texto como pessoa, e não mais como cientista, que é um sujeito distanciado do objeto de seu saber. O processo epistemológico dá lugar ao processo existencial. Passa a ser “travessia”, e surge o apelo a

(...) uma ‘*leitura atípica*’, aquela que não pretende a total exaustão do tema nem tem uma metodologia *a priori*, mas deixa-se levar pela *experiência*, pela existência. Uma leitura *a partir* das zonas menos privilegiadas do texto, no dizer de Derrida, nas *Margens da filosofia*: das notas, dos títulos, das epígrafes, das referências intra-, inter- e extratextuais. (NASCIMENTO, 1999, p. 20)

O que em Barthes e Derrida só se redimia pela escrita, a *écriture*, ao superar o fonocentrismo repetitivo da cultura do ouvir-dizer, hoje, na era da mídia, volta a se inverter, com a linguagem oral prevalecendo em todos os ramos da cultura.

Apesar da crítica bem intencionada dos intelectuais bem-pensantes, como Leyla Perrone-Moysés, em sua defesa das “altas literaturas” (1998),

a verdade é que todos os níveis de discursos se cruzam nos meios de comunicação mais diversos, numa infinita rede de intertextualidades, em meios de divulgação compostos por programas de televisão, revistas *on-line*, tendo alta ou baixa qualidade, *best-sellers* e todo o universo hiperrealista, no computador e outras plataformas digitais. Nestas, misturam-se todas as artes, de alta e baixa cultura, popular, de massa, ou erudita, e de todos os tons, elevado, médio e alto (no dizer de Erich Auerbach).

As obras da chamada alta literatura destinam-se a um público altamente especializado e com um objetivo definido: didático, profissional. Muitas vezes sua leitura é estimulada por um programa de televisão ou filme que apelam para este ou aquele título. O tratamento midiático indiscriminado de qualquer produto que pode vir a ser transformado em arte, passando a ocupar o espaço das belas letras, belas-artes ou da arte erudita, chega ao ápice no fim do milênio. A alta literatura se enclausura entre públicos especializados, em revistas universitárias e congressos. Nas rodas de intelectuais e dos bares, a literatura, as exposições de arte e a música erudita já não são mais o assunto. Fala-se de cinema, de psicanálise, de música popular, da economia, da vida privada.

Surge uma extrema compartimentização dos saberes, o que é indicado pela expressão norte-americana “*pigeon-holed*”, mostrando uma especialização excessiva. As universidades e as revistas especializadas deixam de tratar a literatura como uma linguagem autônoma e central e passam a adotar uma perspectiva de estudos culturais para interpretá-la, a partir de departamentos ou centros voltados para política, história e problemas sociais, e abrindo espaço para estudos cada vez mais politizados: *women's studies* (estudos feministas), cultura latino-americana, estudos hispânicos, estudos sociopolíticos.

Os estudos culturais surgem na última década do século XX. Não se sabe ainda se contribuirão para salvar as artes ou acelerar seu processo irremediável de desgaste e quiçá de decadência; se para abrir espaço para a sobrevivência da literatura ou para acelerar um processo de perda de prestígio que a prolongaria apenas por mais algumas décadas, antes do surgimento de alguma novidade no cenário cultural. A crítica se torna cada vez mais ligada à perspectiva culturalista, calcada na sociedade concreta de crítica sociológica, histórica, política, antropológica e menos voltada para estudos específicos da literatura, como ocorria na estilística da década de 1920 ou na retórica moderna, com Hugo Friedrich, Wolfgang Keyser ou Karl Vossler, ou nos estudos da estilística textual, até a década de 1970. A generalização dos métodos de análise correspondeu à crescente perda de prestígio da literatura, na sociedade de massa. Acirram-se os estudos de literatura e cultura, literatura

e sociedade ou de arte enquanto mídia. A crítica e a arte podem até continuar a se voltar para a literatura e o cinema de arte ou a obra de artista; o problema é encontrar público, seja universitário ou em geral. Surge a fragmentação e se criam núcleos isolados e especializados que leem apenas segmentos – sem a preocupação de criar uma cultura humanista-universalista: a literatura se fragmenta em nichos: de autoria feminina, feminista, afrobrasileira, autoajuda, romance policial, *roman noir* – depois a arte dramática e a poesia. É como no início da rádio FM: as rádios AM sobreviveram, mas precisaram se tornar cada vez mais especializadas, voltando-se para segmentos mínimos da população: donas de casa, e seu conteúdo centrado em horóscopos e aconselhamentos, informações para motoristas de caminhão, noticiário, inclusão de seitas, certos tipos de música e até mesmo como rádio-relógio.

Já foi muito repetido que a maior revolução deste século foi a revolução feminista. Esperemos que ela não se torne um projeto adiado ou fracassado, como a Revolução Comunista. Foi um longo caminho iniciado em fins do século XIX, com os primeiros movimentos sufragistas e a entrada da mulher para a imprensa e o mundo da literatura, com George Sand, Jane Austen e Charlotte e Emily Brontë, mas que ainda enfrenta muitos preconceitos arraigados. A pesquisa sobre o cânone, o resgate das escritoras e a discussão teórica sobre gênero foi o caminho depois seguido pela crítica, que o estendeu à recuperação literária de outras “minorias”, sexuais, raciais, seitas e produtos provindos do Oriente e da cultura e literatura oral. Principalmente estes últimos, oriundos da oralidade, eram desconsiderados pelos estudiosos comprometidos com o pensamento eurocêntrico, uma vez que, na definição de Derrida, a oralidade baseia-se no fonocentrismo, um tipo de discurso do ouvir-dizer que não passa pela recriação da escrita ou a escritura crítica. Contudo, hoje, é a fala, a oralidade que preside às manifestações culturais mais importantes na história, e já é até aceita como documento informativo e de memória cultural no campo da história.

Novos cânones para a literatura e a arte

Desde Julia Kristeva, em *Séméiotiké* (1982), o texto passou a ser visto como um todo autônomo, sem autor, uma rede de sentidos, os quais se misturam e dialogam indefinidamente. Com a complexificação tecnológica da sociedade mediática, esta inter-relação textual passa a ocupar um lugar múltiplo, em contínua reescrita. Com Kristeva, vê-se, em lugar da influência, a constante relação de dependência ou dívida para com o texto antecessor, num contínuo processo de reciclagem. A identidade se define como uma experiência emocional que permite a cada ser perceber-se como entidade única, apesar de

suas contínuas transformações. É a contradição de ‘ser-si-mesmo’ deixando de sê-lo. O conceito de identidade opõe-se ao de alteridade e o reconhecimento da identidade de dois ou mais objetos, ou sua identificação, pressupõe sua alteridade, que lhes permite continuar ‘o mesmo’, persistir no seu ser.

Assim, a partir dessa pressuposição de Kristeva em *Semiotiké*, desenvolvida com base em Bakhtin, e seguida por Genette em *Palimpsestes*, surge a noção de uma intertextualidade que estabelece inter-relações de sentidos entre diversas obras. Na linguagem de computador, estas intertextualidades chegam a criar universos hiperreais ou virtuais, portais ou textos paralelos, ligados, como mundos paralelos ou possíveis cada vez mais complexos, sem preponderância do real sobre o virtual, e que existem concomitantes, independentemente do autor. Na realidade virtual, tudo se integra num todo holista, um universo interagindo e criando elos entre textos, sons, ritmos, imagens, criação e infinita receptividade. Paralelamente, enfraquece-se a figura do autor e do direito autoral, sendo extremamente difícil manter uma identidade específica de autoria na rede.

A própria noção de “cânone” literário, que em grego significava *kanon*, “vara de medir”, portanto, norma, seria abolida e pluralizada, posto que as obras se inscrevem na totalidade social e cultural, e em última análise na história. Um cânone literário único e normativo, do tipo preconizado na fase da alta literatura, ou literatura “pura” ou das “belas-letras”, seria contraditório, uma vez que sabemos que o texto está inserto na totalidade social, na história e na cultura. Desse modo, nenhum texto poderia deixar de estar inserto na história. O cânone vai sempre incorporar autores do passado e revalorizá-los, como no caso das escritoras do século XIX, que hoje vão sendo resgatadas, no Brasil e no mundo.

A ideia de um cânone com função puramente estética, como existia na filosofia kantiana, que pregava o bem e o belo desinteressados, se tornou obsoleta. A inscrição da literatura ou do autor na história, incorporando a noção de hibridismo nos juízos estéticos, em lugar de valor único e absoluto, atropela essa pureza metafísica de conceitos do pensamento da elite monárquica do século XVIII. O primeiro questionamento a se fazer, na sociedade atual, supostamente democrática e republicana, deveria ser sobre a legitimidade do conceito de belo e bom desinteressado: quem seria o juiz e que classe social o emitiria? Quem definiria a medida e o conceito desta beleza? Afirma Roberto Reis: “O estudo da literatura seria mais bem equacionado considerando-o dentro da dinâmica das práticas sociais: a escrita e a leitura estão sujeitas a variadas formas de controle e têm sido utilizadas como instrumento de dominação social” (in Jobim, 1992, p. 72). A legitimação dessas obras e dos

critérios seria feita, então, pela universidade, pela crítica especializada ou através da resenha jornalística nos meios de comunicação social? Seria o juiz a elite acadêmica ou a sociedade, através da mídia jornalística, os *highbrows* ou os *lowbrows*? Sem dúvida, caminhamos na direção contrária à apontada por Harold Bloom em seu *O cânone ocidental* (2001), que expressa o desejo de restringir o cânone a Shakespeare e a um punhado de autores pertencentes a um reduzido panteão anglo-saxônico estudado em Yale até 1950.

Flávio Kothe, em “Cânone e valor”, vê este problema, no Brasil, como resultante do antigo conflito entre a colônia e a dominação externa, sendo que o país já a teria incorporado a sua natureza, devido a cinco séculos de dependência, levando-o a não mais perceber essa dominação (1997, p. 103). No decorrer do ensaio, Kothe deixa perceber que a imposição de um cânone fixo, como o de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, como representativo da identidade de *todos* os brasileiros, deve ser motivo de revisão, no sentido de conquistar sua autonomia interna. Segundo Kothe, Camões não se identifica integralmente quer com os índios, quer com os negros, mas antes constrói um ideal para a colônia totalmente identificado com o lusitano. Assim, conclui: “O problema não é apenas a vigência do cânone, mas a imposição da interpretação canonizante como a única válida, a única ‘ciência’ a que se dá espaço e significação, na escola, na mídia, nas editoras” (Kothe, 1997, p. 103-40). Portanto, a noção de um cânone fragmentário, regionalizado e múltiplo representaria a visão mais democrática possível com relação a um cânone nacional ou que pretenda ser universal, e seria, talvez, a melhor forma de sensibilidade para se chegar a uma consciência de nação pós-colonial.

Para Richard Rorty, o cânone deve colocar lado a lado disciplinas em geral separadas, como a literatura e a filosofia. Para esta última, o cânone é a soma dos autores, que são estudados em suas teorias e disciplinas, como se fosse uma história da literatura tradicional; ou então a própria disciplina em que se estudam diferentes linhas filosóficas. Em *Philosophy in History* (1984) Rorty aproxima a pesquisa do cânone na teoria literária e na filosofia, pois ambas têm de se empenhar na mesma busca de autores (e obras). Isso poderia se dar quer pela escolha dos filósofos favoritos, quer pelas obras dos autores selecionados. Rorty apresenta, nessa obra acima citada, toda uma discussão sobre o cânone e uma proposta para o estudo da doxografia, a “história da filosofia”. O que ele apresenta de extremamente interessante é o pressuposto existencial – caso contrário, ele considera que se poderia incorrer no risco de “*decorticate the thinkers*”, o que significaria “mumificá-los”. Esta linha filosófica corresponde à história intelectual (ou *Geistesgeschichte*), que atua através do estudo dos sábios. Só que atualmente as pessoas já não sabem quais

são as respostas corretas ou quais são as grandes questões filosóficas (Rorty, 1984, p. 57ss). Disso resulta a necessidade de se criar uma ampla narrativa que mude o vocabulário, ou seja, a doxografia (Rorty, 1984, p. 61). O sentido que Rorty atribui ao termo doxografia é bastante instigante: “é a tentativa de impor uma problemática a um cânone retirado sem referência a esta problemática, ou, inversamente, impor um cânone a uma problemática construída sem referência a um cânone” (Rorty, 1984, p. 62).

Rorty considera fundamental, para dar sentido à história da filosofia, que se realize um corte de um ou dois séculos, por exemplo, de Descartes a Kant, ou se acompanhe o desdobramento da subjetividade desde Descartes até a filosofia transcendental. Mesmo assim, nesse cânone, diversos problemas se colocam: [Santo] Agostinho, [São] Tomás de Aquino e Ockham são filósofos ou são teólogos? Poder-se-ia traçar uma história de Tales de Mileto a Wittgenstein, deixando de fora Plotinus, Comte ou Kierkegaard? O que se coloca na filosofia é a busca do conhecimento. Mas ela é matéria de opinião? É uma retórica, oposta à lógica, é uma persuasão contra um argumento, é uma ciência oposta a uma ideologia? (Rorty, 1984, p. 66).

As reconstruções racionais da História Intelectual são importantes para localizarmos as figuras importantes do passado, nossos “ancestrais” (Rorty, 1984, p. 68), nossa tradição. A História Intelectual (*Geistesgeschichte*) contém três ordens: as reconstruções racionais, as reconstruções históricas e a reconstrução do passado para justificar nossa crença de que somos melhores que esses antepassados (Rorty, 1984, p. 67-8). A filosofia terminava sendo uma mistura dessas três espécies, denotando nossa situação espaço-temporal, leituras, amizades, política, situação socioeconômica. Ela termina por mudar o cânone de uma forma em que a doxografia não consegue (Rorty, 1984, p. 71). Por exemplo, na opinião de Rorty, Foucault inclui muito da Filosofia da História em *A ordem das coisas*, o *geistlich*, mas atribui ao mundo uma *entzauberte Geistesgeschichte* (Rorty, 1984, p. 73), ou mundo desencantado. Embora Rorty deseje livrar-se dos cânones esdrúxulos, sabe que é impossível viver sem cânones. Assim, quanto mais variados os cânones que adotarmos, mais histórias intelectuais teremos a nossa disposição, e mais provável será conseguirmos reconstruir, primeiro intelectualmente, depois historicamente, os pensamentos. Para Rorty, é a convergência de inúmeros cânones no pensamento, sempre inquieto e perquiridor, o que impede a perda do sentido de comunidade que apenas o diálogo apaixonado possibilita (Rorty, 1984, p. 74). É este sentido pragmático de conexão social que interessa ao autor.

Qual o objetivo da filosofia e da história? É a autocompreensão. A poética seria o centro do raciocínio. Idealmente, seriam estabelecidas constantes

intertextualidades entre diversas narrativas que levariam ao surgimento de interdisciplinaridades dialógicas entre os diversos pensamentos da atualidade. Dessa forma, seriam melhor iluminadas as relações entre diversos mundos possíveis, o mundo sagrado medieval e o mundo pós-moderno contemporâneo, o mundo da filosofia pragmática e o mundo do pensamento marxista, o mundo da natureza e o mundo do espírito. Haveria assim uma ponte entre a pessoa e a comunidade do outro. Nessa perspectiva, o cânone perderia seu caráter linear e “demoníaco” e ganharia um caráter iluminador e positivo.

A literatura se mostra “um eficaz veículo de transmissão de cultura” (Roberto Reis, in 1992, p. 72), mas, também, um eficaz instrumento de dominação de classe e de elites privilegiadas ou de países hegemônicos. Tradicionalmente, no mundo moderno, houve a exclusão dos países periféricos pela cultura europeia, sendo aqueles os asiáticos, africanos, sul-americanos – processo que está sendo em parte revertido, provocado, inicialmente, pela ascensão do Japão, e mais recentemente da China. Também o fato de a Austrália e Hong-Kong encontrarem-se na Ásia reforça a importância desse novo grupo econômico. Dada a complexidade do mundo atual, parece inviável hoje a proposta de um cânone único e fechado de “grandes escritores da literatura universal”, como existia nas universidades norte-americanas e europeias até a década de 1950 sob o título de Literatura Mundial, seguindo a idéia de uma *Weltliteratur*, como proposta por Goethe ao fundar a disciplina da Literatura Comparada, ou como Harold Bloom (2001) sugere, em pleno século XXI, excluindo mulheres e periferias. Poder-se-ia antes imaginar a coexistência de diversos cânones destinados a distintos fins e voltados para problemáticas pertinentes às distintas regiões do globo.

Conclusão

Inúmeras metodologias passaram a se cruzar a partir da década de 1970, as quais podem ser sintetizadas nos estudos de Literatura Comparada, que congregam estudos interdisciplinares dos mais diferentes teores. Mas com uma marcante diferença: não preconizam o fechamento em torno de temas da Literatura Brasileira nem se limitam a um instrumental proveniente apenas do Brasil. Esta foi uma das preocupações de Luís Costa Lima em um certo momento de sua carreira crítica: encontrar as raízes e as ramificações de uma teoria crítica “autenticamente” brasileira, que ele desejaria ver surgir, enquanto “sistema intelectual brasileiro”. O esforço por encontrar algo totalmente autóctone tornou-se um *tour de force*. No próprio pensamento de Costa Lima, surgiam influências, leituras, contágios, contaminações, apropriações. Na verdade, onde se encontrariam, em pleno século XX, esses pensamentos

totalmente originais? Acabou-se por recorrer à teoria das intertextualidades, de Julia Kristeva, segundo a qual todos os textos estão em todos os textos, na modernidade. Já nos últimos anos do século XX, passou-se a valorizar problemas genéricos, como a identidade cultural, a diferença filosófica ou de gênero e a utilizar como metodologia a interdisciplinaridade com a história, a antropologia, a filosofia e a psicanálise. Reforçava-se o caráter amplo e internacional dos estudos da Literatura Comparada. Em sentido contrário, os apelos marxistas ao local e ao popular tornavam-se mais raros, e só voltaram a ocorrer no campo da literatura com a ruptura da ideia de erudito, e sua mistura com o conceito de arte popular ou baixa literatura através da noção de cultura híbrida. Não seria o caso de uma simples troca linear de poder, do eurocentrismo para um poder oriundo da América Latina unicamente, nem a simples troca de classe social, da produção da elite pela popular ou de massa, mas sim um constante diálogo de significados, na proposta de García Canclini (2001). O momento atual, rumo à globalização, tende a viver em uma constante interculturalidade, uma constante transculturalidade e uma constante circulação de sentidos.

Uma crítica pós-moderna ou desconstrutivista não nos permitiria reincidir na dicotomia nacional *versus* internacional, ou América autóctone *versus* eurocentrismo. As dicotomias absolutas se tornam cada vez mais suspeitas num mundo complexo. Seria o autóctone o indígena? O africano? Ou a manutenção da cultura ibérica, no caso da América Latina? E como ver os imigrantes japoneses? Como ver a miscigenação cultural em que quase não restam mais indígenas “puros” na América Latina? Desse ponto de vista, parece-me que no multiculturalismo que hoje prevalece na sociedade e nas artes, no mundo, nosso sistema intelectual brasileiro, que já lutou por tantas décadas para ser “brasileiro” puro e “nacional”, deveria reconhecer o caráter francamente fragmentário e híbrido presente na cultura latino-americana e prosseguir no processo de apropriação iniciado no Brasil pelos modernistas. Este parece ser o único caminho viável num mundo em processo de crescente globalização. Na “aldeia global” de McLuhan, almejar a expandir o local no global, numa glocalização (Jameson), é um plano viável de troca de saberes, que deveria ser feita num sentido biunívoco, de interculturalidade. Este intercâmbio de saberes é a única forma de coexistência possível neste mundo em processo de constante homogeneização com o Primeiro Mundo, que tem de ser combatida. García Canclini propõe mercados tribais / populares pré-capitalistas ou mesmo mercados culturais baseados na expansão ou exportação da música popular latino-americana no Primeiro Mundo como forma de produção anti-hegemônica do Terceiro Mundo (2001). Fredric Jameson cita as

ONGS como forma de combater a globalização cristalizada (1998, p. 54-77). Preservar a cultura “nacional” ou o Estado-nação tradicional é tão impossível quanto preservar os mecanismos de eurocentrismo até aqui vigentes. Da mesma forma, manter padrões de julgamento cultural oriundos da metafísica e do conceito de universalização e do princípio lógico de exclusão (ou A ou B), preconizando as verdades universais e absolutas oriundas do Iluminismo, consistiria numa regressão a uma fase colonialista e eurocêntrica superada. Na proposta de Richard Rorty, antes que determinar previamente o bem e o belo, seria aconselhável auscultar o real e viver a existência do aqui e agora. Só assim se chegaria a atingir um desejável processo de interculturalidade adequado ao momento atual do mundo.

REFERÊNCIAS

- ASHCROFT, Bill; Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen. *The Empire Writes Back*. London, Routledge, 1991. [1st ed. 1989].
- BAUDRILLARD, Jean. *L'Échange symbolique et la mort*. Paris, Gallimard, 1976.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1995.
- DEWEY, John. *Art as Experience*. New York, Capricorn Books, 1958.
- EAGLETON, Terry. *Theory of Literature*. London, Blackwell, 1993. [1st ed. 1988].
- ECO, Umberto. *Interpretation and overinterpretation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. 1^a ed. actualizada. Buenos Aires, Paidós, 2001. [1^a ed. 1999]. *Culturas híbridas*. São Paulo, EDUSP, 1997. [1^a ed. 1989].
- _____. *La globalización imaginada*. 2^a reimp. Buenos Aires, Paidós, 2001. [1^a ed. 1999].
- HEIDEGGER, Martin. “Sketches for a History of Being”. In: *The End of Philosophy*. Trans. Joan Stambaugh. New York, Harper and Row, 1973.
- HIRSCH, E. D. *The Aims of Interpretation*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976.
- JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem – Teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.
- _____. “Notes on Globalization as Philosophical Issue”. In: JAMESON, Fredric and MIYOSHI, Masao, ed. (1998). p. 54-77.

- JAMESON, Fredric. “O pós-modernismo e a sociedade de consumo”. In: Kaplan, E. Ann, org. *O mal-estar no pós-modernismo; teorias, práticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, cap. 1, p. 25-44. [1ª ed. 1988].
- JAMESON, Fredric and MIYOSHI, Masao, ed. *The Cultures of Globalization*. Durham, Duke University Press, 1998.
- JOBIM, José Luís. *Palavras da crítica, Tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro, Imago, 1992. (Biblioteca Pierre Menard). p. 65-92. p. 70-1.
- KERNAN, Alvin. *The Death of Literature*. New York, Vail-Ballou, 1990.
- KOTHE, Flavio. Cãnone e valor. In: *O cãnone colonial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1997. p. 103-40.
- _____. Kothe, Flávio. *O cãnone imperial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- KRISTEVA, Julia, *Séméiotiké*, Paris, Gallimard, 1982.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro, 34 Letras, 1999. [1ª ed. 1995].
- _____. *A tecnologia da inteligência; O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro, 34 Letras, 1993. [1ª ed. 1990].
- LEFEBVRE, Henri. *The Construction of Space*. Oxford, Anthropos, 1991. [1ª ed. 1974].
- LOBO, Luiza, Apresentação. In: Lobo, Luiza, org. *Globalização e literatura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999. p. 37-45.
- MANGUEL, Alberto, *Uma história da leitura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. [1ª ed. 1996].
- NASCIMENTO, Evando. “Questões de princípio”. In: *Derrida e a literatura. Notas de Literatura e Filosofia nos textos da desconstrução*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 15-25.
- OHMAN, Richard. *English in America*. New York, 1976. In: Kernan, Alvin (1990).
- PERRONE-MOYSÉS, Leyla, *Altas literaturas*, São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- PRINS, Gwyn. “Oral History”. In: Burke, Peter, ed. *New Perspectives on Historical Writing*. University Park, The Pennsylvania State University Press, 1992. p. 118 ss.
- REIS, Roberto, “Cãnone”. In: Jobim, José Luís, org. (1992, p. 65-92).
- RORTY, Richard. *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis, University of Minneapolis Press, 1982.
- RORTY, Richard. *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

_____. *Objetivismo, relativismo e verdade. Escritos filosóficos I*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997. [*Objectivity, Relativism and Truth: Philosophical Papers. I*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995].

_____. *Philosophy and Social Hope*. London, Penguin, 1999.

_____. "The Pragmatist's Progress". In: Eco, Umberto. *Interpretation and Overinterpretation*. Richard Rorty, Jonathan Culler, Christine Brooke-Rose. Stefan Collini, ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1992. p. 89-108.

RORTY, Richard et alii. *Philosophy in History. Essays on the Historiography of Philosophy*. Richard Rorty, J. B. Schneewind, Quentin Skinner, eds. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo, Brasiliense. 1997.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *A travessia do pós-moderno*. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

TRADIÇÕES, COSTUMES E USOS NO INTERIOR DO ACRE: CONTRIBUIÇÃO AO ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE

LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG
Professora Pesquisadora do CNPq/FAPAC

RESUMO

O estudo “TRADIÇÕES, COSTUMES E USOS NO INTERIOR DO ACRE: CONTRIBUIÇÃO AO ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE” é parcela de contributo aos estudos dialectológicos do Brasil e, em particular, ao Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC. Tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário dos seringueiros acrianos, no que diz respeito aos usos, costumes e tradições, crenças, cultura medicinal de chás e ervas da floresta.

Palavras-chave: Dialectologia Social. Geolinguística. Tradições. Costumes. Usos.

ABSTRACT

The study “ TRADITIONS , CUSTOMS AND USES WITHIN THE ACRE : THE CONTRIBUTION OF ATLAS ethnolinguistic ACRE “ is part of contribution to dialectological studies of Brazil and , in particular, the Atlas ethnolinguistic Acre - ALAC . It aims to provide data about the vocabulary of acrianos tappers , with regard to customs and traditions , beliefs , culture medicinal teas and forest herbs.

Keywords: Social Dialectology. Geolinguística. Traditions. Customs. Uses.

1 – INTRODUÇÃO

Na qualidade de professora de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Acre, tendo obtido parte de minha formação acadêmica na cidade

do Rio de Janeiro, foram-me preciosas, sempre, as de Serafim da Silva Neto, o grande mestre que não conheci em vida, mas em obra, e que foi sempre enaltecido por meus ilustres professores, Celso Ferreira da Cunha, Evnildo Bechara, Gladstone Chaves de Melo, Olmar Gusterres da Silveira, Silvio Elia, Rosalvo do Valle, dentre outros.

Há três direcionamentos mais presentes na obra de Serafim da Silva Neto, segundo Albino da Bem Veiga: I – *Latim Vulgar* (a que pertencem os trabalhos sobre **Filologia Românica**); II – *Filologia Portuguesa* (onde se incluem as pesquisas sobre problemas **lexicográficos** e **etimológicos**, assim como as investigações no campo da **crítica textual**) e III – *O Português do Brasil. Dialectologia*.

Serafim Neto – arremata Paiva Boléo – “*era... um brasileiro cem por cento e... tinha a ânsia, muito louvável, de ver o seu país ocupar os primeiros lugares em todos os setores do pensamento*”.

Serafim da Silva Neto é, assim, inspiração para os estudos dialectológicos no Brasil, pois também reconheceu a variabilidade linguística, atribuindo importância tanto às variedades diastráticas quanto às diatópicas. Sou-lhe grata por tão preciosos ensinamentos que permeiam, hoje, todos os estudos sobre linguagem.

Suas lições inspiram os estudos dialetais brasileiros. E, aqui, neste breve estudo, sob o título “TRADIÇÕES, COSTUMES E USOS NO INTERIOR DO ACRE: CONTRIBUIÇÃO AO ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE”, faz-se contribuição aos estudos dialetais brasileiros e, em particular, ao Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC. O artigo tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário do seringueiro acreano, no que diz respeito aos costumes e tradições da atividade extrativista, as crenças, a cultura medicinal de chás e ervas da floresta, em como fazer um registro de uma linguagem que pode se perder com o passar do tempo sem que dela não se deixe legados às gerações futuras.

O estudo pertence ao campo da Dialectologia Social, Lexicologia, Lexicografia, Geografia Linguística e Semântica. E sobre a Dialectologia Social é como diz Carlota Ferreira (1994, p.86):

[...] a língua acumula e pereniza dados para os quais as mudanças estruturais da sociedade gradativamente determinam também mudanças no plano linguístico. Assim ocorre na constituição do léxico de uma língua; e CUNHA (1988:32) ao dizer que Toda língua é um ‘museu histórico e cultural’, um documento do relevante ou do modesto papel que desempenharam os povos que a falam na vida do mundo.

O estudo demonstra o modo de vida do seringueiro, seus hábitos alimentares, suas crenças e costumes. Este último pode ser definido como prática ou hábito repetidamente adotado; maneira habitual de agir, falar, alimentar-se. A respeito disso Carlota Ferreira (1994, p.10) assim se pronuncia:

Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada mas prendida de dentro da própria vida.

Em Lessa (1992, p.79), fundamenta-se o conceito de língua, quando diz:

[...] a língua, como produto social, é um reflexo da cultura e da sociedade em que vive o homem. E sendo o homem um reflexo da cultura e da sociedade, não é a língua uma coisa estática, pelo contrário, há na língua uma grande dinamicidade que gera mudanças e alterações. (Projeto ALAC, p. 21,1990)

Infere-se, então, que a língua não é estática, pelo contrário, a língua demonstra ser dinâmica e inovadora, conforme o mundo vai se modificando a linguagem também se modifica, pois ela acompanha a história de um povo, nesse caso, a história de vida do seringueiro acreano.

2 – MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho utilizaram-se dezoito inquéritos pertencentes ao *corpus* do ALAC – Atlas Etnolinguístico do Acre, quais sejam: RB129BF, RB068CM, PC037BM, PC184CF, XA169BF, XA040CM, AB138CM, AB137CF, MU150BM, MU151CF, SM127BM, SM123CF, CS110BM, CS083CF, FE092CM, FE093CF, TA194BF , TA087CM, distribuídos entre o Vale do Acre, Juruá e Purus, sendo no total seis inquéritos para cada Vale.

Fez-se um levantamento lexical nos inquéritos, tomando-se por base os informantes das faixas-etárias B (26-35) e C (35-80), com nove informantes do sexo feminino e nove do sexo masculino. Deles retiraram-se: palavras relativas à estrada de seringa; palavras relativas ao trabalho do seringueiro com a borracha; palavras relativas ao corte da seringa; palavras relativas aos utensílios utilizados pelo seringueiro para o corte da seringa; palavras relativas à comercialização da borracha; palavras relativas às pessoas envolvidas com o trabalho da seringa; palavras relativas aos locais onde se realizam as atividades do látex.

O estudo foi aprofundado, ainda, em outros campos semânticos: palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua propícias para a extração do látex e para a plantação; palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua não propícias para a extração do látex e para a plantação; palavras referentes a remédios e doenças comuns aos seringueiros; palavras relativas à religião, fé e crença do seringueiro; palavras relativas aos hábitos alimentares do seringueiro; palavras relativas aos costumes do seringueiro; palavras relativas à plantação, à caça e à pesca.

Aqui, para a brevidade do estudo, faz-se um recorte de tudo que se recolheu no Acre, entre os anos de 1991-1995, particularmente nos campos semânticos já mencionados. Deixa-se a lista de palavras para uma tarefa posterior, para que o artigo não se alongue além do recomendado. Entende-se que os fragmentos de fala dão conta desse universo linguístico.

3 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Entende-se por tradições o conjunto de conhecimentos populares, hábitos, usos e costumes que distinguem determinada comunidade. Esses e outros dados que formam o conjunto são o resultado de longa vivência e certo gosto por aquilo que se herdou dos antepassados e se transmitem, de geração em geração, aos vindouros. Cada um dos períodos de tempo que por eles foram passando proporcionou influências e transformações próprias de uma linha evolutiva sem que se deixem de observar, com nitidez, as raízes da cultura desse conjunto. É a este conjunto de informações que se atribui o nome de tradição.

Na elaboração do estudo, seguiu-se o caminho trilhado pela Dialectologia Social, Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, da Lexicografia, da Semântica e da Linguística Geral. Dos conceitos de alguns teóricos como Coseriu (1988), Lessa (1992) e Cunha (1974), se sustentam às fundamentações que servem ao fazer científico da presente pesquisa.

Partindo dos conceitos desses teóricos, busca-se, com base na linguagem regional, resgatar a história do seringueiro, por meio da linguagem. Pode-se confirmar, no dizer de Brandão (1991, p.06), que

Ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só depreender seu estilo pessoal – seu idioleto –, mas também filiá-lo a um determinado grupo.

Percebe-se que é por meio da língua que o homem traduz o seu modo de vida, o espaço geográfico que ocupa, as crenças, sonhos etc. E, por isso, para se conhecer o homem regional, faz, aqui, uma recolha da sua linguagem, pois é como diz LEITE, Yonne & CALLOU, Dinah (2002, p. 07):

É através da linguagem que uma sociedade se comunica e retrata o conhecimento e entendimento de si própria e do mundo que a cerca. É na linguagem que se refletem a identificação e a diferenciação de cada comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos, estratos sociais, faixas etárias, gêneros, graus de escolaridade.

O estudo busca, no seu todo, traduzir a riqueza lexical presente na linguagem falada no Acre, objetivando fornecer uma visão da vida, da cultura e do léxico do seringueiro, como forma de descrever e registrar a expressividade regional. Isto pode ser confirmado no dizer de Carlota Ferreira (1994, p.10).

[...] Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada mas aprendida de dentro da própria vida.

O universo do seringueiro – assim como o de outros -- é constituído por objetos, imagens, símbolos. O ser humano define-se como linguagem, inscreve-se na sociedade, é um ser social que tende e se realiza na gregaridade; e a sociedade inscreve-se nele, marca-lhe o corpo e o espírito nos hábitos, nos gostos, na forma de trabalho, nos gestos. Assim, o sentido das pessoas capta o mundo através de esquemas de interpretação, tornando-o mais próximo, enquadrando-o, domesticando-o, segundo os usos, os costumes, as tradições de cada lugar.

Aqui, no mundo amazônico, pela descrição dos informantes da pesquisa, nota-se que as crenças, as lendas, a medicina popular fazem parte do cotidiano das pessoas e ajudam na crença do amanhã, num mundo melhor, na fé, na esperança de vida em família, no interior das matas. Por isso tudo, entende-se que o saber de um povo não é encontrado nos ambientes escolares, pois esse conhecimento pode ser produzido por qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta. Todo aprendizado carrega consigo a memória viva das pessoas, nos usos, costumes, tradições. Tudo expresso pela linguagem.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cumprimento desta pesquisa permitiu mostrar a unidade e a diversidade existente na fala do seringueiro acriano, bem como expandir os conhecimentos relativos à Dialectologia Social, Lexicologia, Lexicografia, Semântica e Português do Brasil. Afirma-se, por meio deste estudo, em consonância com o pensamento dos teóricos, que a língua, sendo um organismo vivo, está em constante transformação. Com isso, observa-se, nos inquiridos trabalhados, que a linguagem é o reflexo do fazer do seringueiro, pois ela traduz o universo desses homens e mulheres moradores do interior do Estado do Acre.

Observando o comportamento linguístico dos informantes, percebe-se que eles relacionam a influencia das estações do ano sobre a produção e extração do látex. Por isso alegam que o verão não é bom período para a atividade extrativista, por trata-se de um período seco, que interfere na quantidade do leite. Os informantes também alegam que agosto e setembro são os piores meses para a atividade extrativista, pois nestes meses há menor produção por parte da seringueira, conseqüentemente o seringueiro produz menos borracha.

Por outro lado, há a relação entre as fases da lua e os resultados na plantação. Vejam-se os exemplos:

(...) é... agosto ... *setembo* ... é ruim pa leite
(SM123CF:17)

(...) não ... *setembo* é ruim de leite ... agosto e *setembo* num presta ...
FE093CF:08

(...) quando bate o *verão*... agosto... *setembo* devido a quentura afracassa o leite
(AB138CM:16)

(...) três dia antes por exempro dela sê *nova* é bom de plantá né ...
(TA087CM:22).

Observa-se, no inventário das palavras, o conhecimento sobre os espíritos da floresta, nos três Vales trabalhados como, por exemplo: <<Mapinguari>>, <<Mãe da Mata>>, <<Mãe da Seringueira>>, <<Caboclinho da Mata>>, <<Pai da Mata>> e <<Caipora>>. Tal conhecimento está mais presente nos informantes das faixas etária B e C, talvez por eles terem conhecimento de varias estórias lendárias. Porém, a maior parte dos informantes afirma nunca ter visto alguma entidade da floresta, somente ouviram falar.

(...) tem a *Mãe da Seringuêra* ... Caipora diz que é ... é a dona dos bicho né ... das caça assim do mato
(MU150BM:12).

(...) o *Caboquim*... eu num sei lhe dize né porque nós nunca vimo né assim e o que contavo pra nós era só assim...
(AB137CF:74).

(...) eu já vi que diz que o *Caboquim* açoita o cara ...
(SM127BM:20).

No que diz respeito à alimentação, pode-se perceber que é baseada na caça, pesca e cultura de algumas plantas alimentícias como a mandioca, é uma alimentação deficiente no diz respeito a legumes e verduras, pode-se dizer que a base da alimentação do seringueiro é a farinha. Os exemplos abaixo demonstram isso.

(...) farofa ... banana ... condo tiNa coco nar mata a gente levava só a *fariNa*
(SM123CF:04).

(...) aí nós levava uma *farofa* ... aí quando darra aquela hora que a rente tava com fome né ...
(MU151CF:05).

(...) ente fazia aquela *farofa* ... comia ...
(TA087CM:12).

(...) e fazia a *farofa* da carne
(RB129BF:05).

(...) em casa leva *fariNa* e leva o sal
(CS110BM:05).

Quanto às palavras relativas a nomes de remédios e doenças, verifica-se, que nos três Vales, as ocorrências das doenças mais comuns: febre, malária, quebrante, vento caído e hepatite. Lembra-se que pela deficiência alimentar a ocorrência de hepatite é maior e pelo fato de o seringueiro morar na floresta há muitos casos de malária.

(...) não ... eu adoecia assim ... é c'uma febrizinha ... alguNa *febre* né ...

(RB068CM:30).

(...) o seringal é bom que é difíce essas doença... se num fô alguma *gripe*...
(MU151CF:25).

(...) a malária num coNiço não... agora pra... pra *hapatite* tem... a erva do mato tem cura
(AB138CM:26).

(...) cesão ... agora que dissero essa *malária* NE é perigosa ... mata munta gente
(MU151CF:25).

(...) é *quebrante* ... vento caído ... só que eu sei só
(FE093CF:20).

(...) as doença mais que comprica mais ... sempre é a *malária* né ...
(MU150BM:10).

(...) tiNa ... quano o menino tarra cum *quebrante* ...
(PC184CF:21).

(...) morreu ... é... de *hapatite*
(SM123CF:02).

(...) munta *malára* ... peguei munta malára no cento
(SM127BM:14).

(...) nem *quebrante* ... nada ... nada ... então se já os meu ... é do mermo jeito
(SM123CF:12).

Quanto as ervas e chás, vejã-se os exemplos mais comuns:

(...) nós chama... nós chama... uns chama *capim de agulha*... ôtos de picão
(AB138CM:26).

(...) *cesão* ... agora que dissero essa *malária* né
(MU151CF:25).

(...) fazia um *chá de boldo*...
(PC184CF:23).

(...) é o *chá de laranja* ... e às vez algum gópe que pegava assim na perna ...
(RB068CM:31).

(...) viNa pa Vila ... fazia um chá de boldo ... *chá de quina-quina* ... que é um ...
(PC184CF:23).

(...) prantava o hortelã... o *malvarisco* né...
(MU151CF:24).

(...) é eles fazia um chá assim do *mastruiz*
(MU150:10)

No que diz respeito à diversão no seringal, verifica-se que as pessoas que vivem nessas comunidades se identificam com festas e apreciam os instrumentos musicais, como violão, sanfona, pandeiro.

(...) tem no seringal ... *feira* de ... batuque mermo de ... violão ... *sofona* ...
(PC184CF:13)

(...) aí quano era de tarde as mulhé ia né pa aquela casa... aí juntarra e passarra a noite dançano... era as *feira* de lá... ((risos))
(AB137CF:35).

(...) tiNa sempre... tiNa muita *feira*...
(AB138CM:20).

(...) eu saía mais de casa quando tiNa meus filho ... minhas filha ... que nós ia pra *feira* ... eu levava elas ... mas agora nós véi né
(FE093CF:18).

(...) nesse tempo era tocadô de *violão*...
(MU151CF:15).

(...) tiNa violão... tiNa banjo... cavaquim... *safona*
(AB138CM:20).

(...) é ... aí batiam num *pandêro* lá né ... essas coisa assim
(MU150BM:15).

Pode-se inferir, a respeito da linguagem, que para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar de forma particular e registrar a linguagem, para que se possa compreender um pouco mais os fatos históricos

e a cultura do lugar, que hoje em dia é tão desprezada e, muitas vezes, motivo de riso, preconceito. Então, é recomendável que todos se conscientizem e respeitem a linguagem e a cultura do seringueiro acreano.

Na verdade, uma língua histórica, de cultura - como a língua portuguesa - é um supersistema (conjunto de sistemas e subsistemas) que apresenta enorme complexidade, o que torna, por sua vez, complexo o trabalho dos que se dedicam a analisá-la global ou parcialmente, como aqui se faz na descrição da oralidade acriana.

Assim, ao concluir, por agora, pode-se dizer que a investigação aqui realizada abre horizontes para pesquisadores interessados nesse vocabulário tão rico que é a linguagem acreana no aspecto de usos, costumes, tradições.

5 – CONCLUSÃO

Tradição e cultura são palavras que se conversam mutuamente e que são empregadas para diferentes usos e com diferentes conotações. Alguns pressupostos contemporâneos fazem de “cultura” algo que pode ser tanto o retrato de uma época ou sociedade, como algum recorte específico do substrato que permeia a vida social. Dizemos que algo é cultural, quando está profundamente enraizado em determinado lugar ou coisa, tanto que se torna possível reconhecer algo característico disso em extratos sutis ou mais objetivos da realidade.

A cautela que vejo ser necessária é simplesmente a de que, nem tudo que é tradição, conserva em si riqueza do passado. Muitas coisas sim. Nem tudo que é tradicional, merece ser guardado e louvado como algo especial, só por não estar presente na atualidade. Algo que muita gente entende por “coisas que estão se perdendo” e que “merecem ser resgatadas”.

Outro olhar importante sobre esse tema, aqui abordado, é o passo cauteloso da cultura à linha da tradição. Uma cultura sofre mudanças, alterações, é influenciada pelo novo. A tradição, mesmo no presente, conserva, nos usos, as marcas do passado. Assim, enquanto a tradição abraça e conserva o antigo, a cultura, que sob esse largo nome, abre os braços às manifestações que vão muito longe do sentido do valor cultural. Algo que poderia pressupor riqueza e cultivo, no sentido de auto-aprimoramento e até mesmo arte ou conhecimento.

Aqui, neste estudo, observam-se as tradições, usos e costumes em nomes de doenças, remédios ervas medicinais. Na Amazônia, não foi dado às pessoas do interior, mergulhadas na extração do látex, técnicas modernas ou modelos de vida da contemporaneidade. Eles vivem presos às lembranças dos antepassados, que lhes legaram costumes e tradições. É essa herança sagrada

que faz dessa gente portadora de um conformismo pouco apreciado em outros ofícios e profissões.

Vêm-se, aqui, que as práticas de trabalho são rudimentares como no passado, a utilização de ervas para a cura de doenças são as mesmas, a crença nos entes da floresta. Ademais, as doenças que surgem e acometem as pessoas parecem ser as mesmas dos tempos dos pais e avós. Se não são eles acreditam que são e tratam da forma como tratavam seus antepassados.

Igualmente foi no passado são as formas de lazer dessa população, que se diverte ao som do banjo, violão, cavaquinho, nas festas com uso da sanfona, onde todos convivem, namoram e, a partir de então, constituem suas famílias. O comportamento é o mesmo do tempo dos avós e dos pais. Parecemos, ao ler os inquéritos, que o mundo estacionou para essa gente de alma tão pura viver em pleno século XXI com o espírito do século XIX.

6 - REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A Geografia Linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10.^a ed. RJ: Tempo Brasileiro. 1988.
- COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1986.
- _____. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Lingüística Hispánica, 1982.
- _____. *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje*. Estudios de historia de la lingüística, Madrid: Gredos, 1977.
- _____. *O homem e sua linguagem*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- _____. *A geografia linguística*. In: O homem e sua linguagem. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- CARLOTA FERREIRA, Suzana Alice Cardoso. *A dialetologia no Brasil*, São Paulo: Contexto, 1994.
- LESSA, Luíza Galvão. *Termos e expressões populares do Acre*. Niterói: Diss. Mestrado, UFF, 1985.
- _____. *Projeto centro de estudos dialectológicos do Acre - CEDAC*. Comunicação apresentada no IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL), Campinas: 1990.
- _____. *Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC*. Revista de Linguística e Filologia, n.º 10. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- _____. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese

- de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. *A linguagem falada no Vale do Acre* – Materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *A linguagem falada no Vale do Purus* – Materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *A linguagem falada no Vale do Juruá* – Materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *Projeto Atlas Etnolinguístico do Acre-ALAC*. Comunicação apresentada na Semana de Letras na UFMT. Cuiabá: 1992.
- _____. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1932.
- _____. *Divisão dialectológica do território brasileiro*. s/ ed. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1955.
- _____. *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, parte 1, 1958, parte 2, 1961.
- NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4ª. ed., Coleção Linguagem, Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- _____. *Guia para estudos dialectológicos*. Faculdade Catarinense de Filologia, Centro de Estudos Filológicos, Florianópolis: 1955.

LATINISMOS

Seu papel na comunicação acadêmica.

MANOEL PINTO RIBEIRO – EX-PROF. TITULAR DO
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA, EX-PROF.
ASSISTENTE DA UERJ, MEMBRO EFETIVO DA ACADEMIA
BRASILEIRA DE FILOLOGIA.

RESUMO

Neste artigo, vamos demonstrar toda a pujança do idioma latino, que, infelizmente foi relegado a alguns estudos universitários. Verificaremos, ainda, o valor qualitativo dado a certos produtos com nomes latinos.

Palavras-chave – latim – expressões importantes – emprego estilístico.

ABSTRACT

In this article, we will show all the strength of the Latin language, which unfortunately was relegated to some university studies. We will verify, still the qualitative value given to certain products with Latin names.

Keywords - Latin - important - employment stylistic expressions.

No livro *Latim fundamental*, o Prof. José Ricardo da Silva Rosa salienta a presença do latim no dia a dia, observando:

E quem não se revolta com a falta de ‘**quorum**’ de ‘nossa’ Câmara dos Deputados e Senado? Qual o **alibi** para tantos que recebem para tão pouco fazerem? E as Assembleias onde **idem** acontece? Estará faltando aquele **id** para que os nossos políticos se conscientizem? Os *quorum*, *alibi*, *idem*, *id* são todos nascidos Latim.

E o Mestre Ricardo continua:

Será que, realmente com propriedade, o Latim deve ser chamado de língua morta? **Stricto sensu** ou **lato sensu**? Upa, estes dois também são Latim.

E se afirmássemos que o Latim, mesmo não sendo uma língua de um povo, é, talvez por isso, a língua de uma civilização, a nossa civilização ocidental?

O embaixador brasileiro Sérgio Correia da Costa, em recente trabalho intitulado *Palavras sem fronteiras*, da Record, fez um levantamento das mais usuais em quarenta e seis línguas, chegando à constatação de que o francês aparece em maior número, seguido do inglês. Em terceiro lugar vem o

LATIM.

Para ilustração de termos mais usuais em grande número de línguas modernas, enumeremos: *ab ovo* (desde o ovo; desde o início), *ad infinitum*, *agenda*, *album* (álbum), *alumnus* (aluno), *aquarium*, *arena*, *asylum*, *auditorium*, *aura*, *aurora*, *avis rara*, *bacillus*, *bacterium* (*a*), *bis*, *cactus*, *calculus*, *carpe diem*, *circus*, *climax*, *coitus*, *colloquium*, *colossus*, *conclave*, *conductor*, *consensus*, *consortium* (consórcio), *continuum*, *corpus*, *credo*, *crisis* (crise), *cupula* (cúpula), *debentures* (debêntures), *deficit*, *delirium*, *dementia* (demência)...

O Prof. Luiz Machado, responsável pelo Instituto de Idioma, que funcionou na UERJ, no livro *Uma nova visão do Latim pelo uso da inteligência*, editado pelo Instituto de Aprendizagem Acelerativa, em 1999, diz-nos no prefácio:

Este livro se destina a quem ama o conhecimento, mais especificamente àqueles que, volta e meia, se deparam com expressões latinas no exercício de suas atividades, como profissionais do Direito, médicos e jornalistas, principalmente.”

Muitos princípios do Direito e da Medicina são expressos em latim, não só pelo seu poder de síntese como também pelo seu prestígio como veículo da mais alta sabedoria humana. Até já se disse, jocosamente, que qualquer trivialidade dita em latim assume ares de profunda ciência.”

O latim foi a língua da ciência, a única língua que os cientistas (filósofos) achavam digna de poder expressar suas ideias; todavia, ainda hoje, em Biologia, substantivos latinos ou alatinados são usados na denominação genérica de um ou mais espécies afins. Por exemplo: **homo sapiens**, nossa espécie: ‘homem’. **Sapiens** pode ser traduzido por ‘inteligente’.

No estudo do Direito, há um número bem significativo de expressões e frases latinas, que documentam a importância da língua do antigo Lácio. Hoje, vemos o latim “transformado” nas línguas românicas ou neolatinas: italiano, espanhol português e francês. São alguns exemplos da pujança desse idioma que não pode ser esquecido ou desprezado pelos modismos e pela cultura superficial, que caracterizam o atual estágio dos estudos acadêmicos.

Na edição do Jornal *O Estado de São Paulo*, de 21.7.2000, verificamos as seguintes expressões latinas: “*persona non grata*” (em referência a um procurador da República, que vem denunciando os crimes contra a administração pública); “*sine qua non*” (“... cuja liberdade de consciência é condição ‘*sine qua non*’ de qualquer democracia”); expressão usada por uma juíza numa sentença envolvendo o movimento dos sem-terra); “*persona*”, título

de uma coluna da jornalista Renata Jubran; “Forum” dos leitores - coluna que transcreve carta de leitores.

Cremos não ser necessário acrescentar mais nada. Lamenta-se, portanto, profundamente, que até os cursos de Letras tenham menosprezado o estudo de humanidades, fundamento primário para o enriquecimento do mister do professor de nossa área.

Para facilidade de assimilação de alguns termos, expressões ou frases, consignamos o significado e, entre parênteses, mostramos a prosódia dos vocábulos, a fim de que não se incorra no erro de silabada, ou seja, no desvio da correta sílaba tônica do vocábulo em apreço. Recomendamos que os interessados consultem o livro *Não perca o seu Latim*, de Paulo Rónai, Editora Nova Fronteira. É obra que traz uma extensa relação de expressões e frases latinas, além de apresentar uma sucinta gramática da língua dos antigos romanos. É trabalho de alta qualidade que interessa aos estudiosos da cultura clássica.

Devemos, também, ressaltar, em benefício dos discentes universitários em geral, que um bom livro de redação oficial deve ser consultado amiúde, pela importância na composição de textos de *relatórios* (presentes em qualquer atividade que exerça), *ofícios*, *memorandos*, *atas*, *procurações*. Por isso, recomendamos a leitura de *Prontuário de redação oficial*, de João Luiz Ney, da editora Nova Fronteira.

Aqui vão alguns exemplos de formas latinas que nos “perseguem”

VOCÁBULOS E EXPRESSÕES

A FORTIORI (a fortióri) – Com tanto mais razão.

AB INITIO (ab início) – Desde o começo: processo nulo “ab initio”.

AB ABSURDO (ab absurdo) – Por absurdo.

AB IMMEMORIALI (ab immemoriáli) – De que não há memória entre os contemporâneos; muito antigo: tempo ou prescrição “ab immemoriali”.

AB IRATO (ab iráto) – Por impulso de ira.

AD ARGUMENTANDUM TANTUM (ad argumentándum tántum) – Somente para argumentar.

AD HOC (adóç) – Para isso, de propósito: tutor “ad hoc”.

AD INSTAR (ad ínstar) – À semelhança de; à maneira de: “Ad instar” do art. 30.

AD LIBITUM (ad líbitum) – À vontade, a seu bel-prazer.

AD LITTERAM (ad lítteram) – Literalmente, ao pé da letra.

AD NUTUM (ad nútum) – A um movimento de cabeça, ou às ordens (de alguém). Diz-se da demissibilidade de um funcionário não estável, dependendo

do juízo exclusivo de seu superior.

AD PERPETUAM REI MEMORIAM (ad perpétuam rei memóriam) – Para perpétua memória do fato.

AD SUM (ádsu) - Estou presente! Respostas que os alunos davam à chamada.

AD AUGUSTA PER ANGUSTA (ad augústa per angústa) – Aos bons resultados por caminhos ásperos. Não se vence sem luta.

AD HOMINEM (ad hóminem) – Para o homem. Sistema de argumentação que contraria o adversário usando de suas próprias palavras ou citando o seu modo de proceder.

AD REM (ad rém) – À coisa. Diz do direito ligado à coisa. Em lógica, argumento que atinge o âmago da questão; opõe-se ao argumento *ad hominem*.

AD REFERENDUM (ad referéndum) – Diz-se do ato dependente de aprovação ou ratificação de outrem.

AD USUM (ad úsu) – segundo o costume ou uso.

AGENDA (agénda) – O que deve ser feito.

ALTER EGO (áalter égo) – Outro eu, ou seja, pessoa em que se pode ter a mesma confiança que se tem em si mesma.

ANIMUS CALUNIANDI (ánimus caluniándi) – Intenção de caluniar. Observem-se ainda: *animus celandi* (ánimus celándi) - intenção de ocultar, encobrir; *animus laedendi* (ánimus ledêndi) - intenção de ferir, ofender, atacar; *animus injuriandi* (ánimus injuriándi) - intenção de injuriar; *animus difamandi* (ánimus difamándi) - intenção de difamar.

A POSTERIORI (a posterióri) - Após a argumentação.

A PRIORI (a prióri) – Antecipadamente, antes de argumentar.

APUD (ápud) – Em, junto de. Usa-se na citação de exemplos de livros consultados: “FREITAS, Horácio Rolim. *Princípios de morfologia...*”

CAPUT (cáput) – Cabeça. Usado em linguagem forense, geralmente em artigos de lei: “caput” do artigo...

CORPUS ALIENUM (córpus aliénum) – Coisa estranha, que não é objeto da lide.

CURRICULUM VITAE (currículum vítae) – “Carreira da vida”. Conjunto de dados concernentes ao estado civil, ao preparo profissional e às atividades anteriores de quem se candidata a um emprego. Plural: *curricula vitae*.

DATA VENIA (dáta vênia) – Com a devida vênia (licença, permissão, consentimento). Expressão respeitosa com que se principia uma argumentação, ou opinião, divergente da de outrem.

DE PLANO – Sem dificuldade.

DESIDERATUM – O que se deseja.

DE VISU ET AUDITU (de vísu et audítu) – De vista e de ouvido.

DEFICIT (déficit) – Falta. Designa a diferença a menos entre a receita e a despesa. Alguns dicionários já escrevem “déficit”, para marcar a sílaba tônica.

DE GUSTIBUS ET COLORIBUS NON EST DISPUTANDUM (de gústibus et colóribus non ést disputándum) – Gostos e cores não se discutem (provérbio medieval).

ECCE HOMO – Eis o homem. Palavras com que Pilatos mostrou aos judeus Jesus com uma vara na mão e uma coroa de espinhos na cabeça. (Na tradução latina da vulgata, São João, 19,5).

EGO (égo) – Experiência que o indivíduo possui de si mesmo, ou concepção que faz de sua personalidade; em psicanálise, apenas a parte da pessoa em contato direto com a realidade, e cujas funções são a comprovação e a aceitação dessa realidade.

ETC. (et cétera) – Forma abreviada de *et cetera* ou *et caetera* (“e as demais coisas”), usada modernamente para evitar uma longa enumeração.

EXEMPLI GRATIA e **VERBI GRATIA** (ekzémpli grácia / vérbi grácia) – Por exemplo.

EX AEQUO (éks équo) – Com igualdade.

EX CONSENSU (éks consénsu) – Com o consentimento (da pessoa com quem ou de quem se trata).

EX JURE (éks júri) – Segundo o direito, por justiça.

EX LEGE (éks lége) – Segundo a lei.

EX MORE (éks móre) – Segundo o costume.

EX NUNC (éks núnc) – De agora (em diante), isto é, sem efeito retroativo.

EX OFFICIO (éks ofício) – Por dever do cargo; oficialmente.

EX POSITIS (éks pósitis) – Isto posto. Expressão usada após uma exposição pormenorizada.

EX TUNC (éks túnc) – Desde então, com efeito retroativo.

EX VI (éks vi) – Por força; por efeito de.

EX VI LEGIS (éks vi légis) – Em virtude da lei. **GROSSO MODO** (grôssu módo) – De modo grosseiro, isto é, aproximadamente.

HABEAS CORPUS (hábeas córpus) – Que tenhas teu corpo; garantia para proteger quem sofre violência ou ameaça de constrangimento ilegal, na sua liberdade de locomoção, por parte de autoridade pública.

HABITAT (*há*bitat: a tônica fica na primeira sílaba; por desconhecimento da prosódia, muitos dizem “habitá” ou “habitar”) – Lugar de vida de um organismo; total de características ecológicas do lugar específico habitado por um organismo ou população, segundo o Aurélio.

HOMO FABER (hómo fáber) – O homem fabricante. Expressão que designa a vocação fabricadora do homem.

HOMO LUDENS (hómo lúdens) – O homem que brinca. Expressão usada para lembrar as atividades não utilitárias do homem.

HOMO SAPIENS (hómo sápiens) – Homem sábio. Nome científico da espécie humana, na classificação de Lineu.

HONORIS CAUSA (hónoris cáusa) – A título de honra; por título honorífico: Doutor *honoris causa*.

IBIDEM (ibidem) – No mesmo lugar, aí mesmo.

IDEM (ídem) – Também, o mesmo, a mesma coisa, igualmente.

ID (íd) – Isso. Em Psicanálise, a parte mais profunda da psique, receptáculo dos impulsos instintivos, dominados pelo princípio do prazer e pelo desejo impulsivo.

IN DUBIO PRO REO (in dúbio pro réo) – Na dúvida, pelo réu.

IN ESSE (in ésse) – No estado.

ID EST (id ést) – Isto é. Abreviatura: i.e.

IN FIERI (in fieri) – Em ato de tornar-se; em via de nascer.

IN FINE (in fine) – No fim.

IN LIMINE (in límine) – No início.

IN LOCO (in lóco) – No lugar.

IN PARI CAUSA (in pári cáusa) – Em caso semelhante; sob condições idênticas.

IN TOTUM (in tótum) – Totalmente.

IPSIS LITTERIS (ípsis lítteris) – Textualmente, pelas mesmas letras; nos mesmos termos. O mesmo que *ipsis verbis, ad litteram, litteratim, verbatim, ipsissima verba*.

IPSIS VERBIS (ípsis vérbis) – Textualmente, pelas mesmas palavras.

IPSO FACTO (ípso fácto) – Por esse mesmo fato, isto é, por isso mesmo.

LAPSUS CALAMI (lápsus cáлами) – Lapso da pena: erro escapado à pena de quem escreve.

LAPSUS LINGUAE (lápsus língue) – Lapso da língua: erro involuntário cometido na conversação.

LATU SENSU (láto sénsu) – Em sentido amplo.

LOCO CITATO (lóco citáto) – No mesmo lugar, no mesmo livro. Expressão de bibliografia, o mesmo que *ibidem*.

MINUS HABENS (mínus hábens) – Que tem menos (do que o normal) – Eufemismo empregado para designar pessoa de inteligência fraca.

MODUS FACIENDI (módus faciéndi) – O modo de fazer.

MODUS VIVENDI (módus vivéndi) – Modo de viver; acordo de tolerância

entre duas partes.

MOTU PROPRIO (mótu próprio) – De modo próprio, espontaneamente. Em Direito Canônico, é usado para designar um diploma pontifício para resolver problemas de importância secundária.

MUTATIS MUTANDIS (mutátis mutândis) – Mudando o que se deve ser mudado.

NERVUS RERUM (nérvus rérum) – O nervo dos negócios, isto é, o dinheiro.

O TEMPORA, O MORES (ó tēpora, ó mores) – Ó tempos, ó costumes! Exclamação de Cícero na 1.^a *Catilinária* contra a corrupção de seus contemporâneos.

PASSIM (passim) – Aqui e ali, em diversos lugares, sem ordem.

PAUCA, SED BONA (páuca, séd bona). Poucas coisas, mas boas. Expressão usada para elogiar a qualidade, por oposição à quantidade.

PER CAPITA (per cápita) – Por cabeça, por pessoa: renda “per capita”.

PER FAZ ET NEFAS (pér fás et néfas) – Por fás ou por nefás; por bem ou por mal; por todos os meios.

PERSONA GRATA (persôna gráta) – Pessoa grata. Em linguagem diplomática, pessoa bem acolhida pelo governo junto ao qual é acreditada.

PERSONA NON GRATA (persôna non grata) – Pessoa não grata. O oposto de “persona grata”.

POST SCRIPTUM (póst scríptum) – Pós-escrito. Abreviatura: P.S.

PRIMA FACILE (príma fáçile) – À primeira vista, ao primeiro aspecto, sem maior exame: o ato é nulo, “prima facie”.

PRO LABORE (pro labore: pelo trabalho; aportuguesado em “pró-labore”) – Pagamento por serviço prestado.

QUID - O ponto difícil, o busílis. No latim, é um pronome indefinido (que?).

QUID PRO QUO (quid pró quó) – Uma coisa pela outra: confusão. Aportuguesado em *quiproquó*.

QUOD VIDE (veja isto) – Fórmula para remeter para outro verbete da mesma enciclopédia, dicionário, etc. Abreviatura: q.v.

QUORUM (quórum) – (O número) dos quais (é necessário) – Número mínimo de pessoas presentes, necessário para que um órgão funcione.

RES NON VERBA (rés non vérba) – Fatos, não palavras.

SCILICET (scílicet) – Isto é.

SIC (síc) – Assim. Aparece entre parênteses para demonstrar estranheza pelo que se disse ou escreveu; por errado ou estranho que pareça, o original é assim mesmo.

SINE CURA (síne cúra) – Sem preocupação. Aportuguesado em sinecura

(emprego que (quase) não obriga a trabalho).

SINE DIE (sine díe) – Sem fixar data.

SINE QUA NON (sine qua non) – Indispensável, sem a qual não.

SUB JUDICE (súb júdice) – Sob apreciação policial.

SUB ROSA (súb rósa) – Debaixo da rosa (em segredo ou confidencialmente).

No antigo Egito, a rosa era um emblema de Horo, a quem os gregos e os romanos erradamente consideravam como o deus do silêncio. Para outros, Cupido teria dado uma rosa a Harpócrates, deus do silêncio, para que não divulgasse sobre os amores de Vênus.

SUB VOCE (sub vóce) – Sob a palavra: expressão seguida das palavras iniciais do verbete de um dicionário ou enciclopédia, às quais se remete.

SUI GENERIS (súi gêneris) – Peculiar, sem similares.

SUPERAVIT (superávit) – (O que) sobrou. Designa a diferença a mais entre a receita e a despesa. Muitos usam “superávit” para marcar a sílaba tônica. Lembremos, no entanto, que o Latim não apresentava acento gráfico,

SUPEREGO (superégo) – Na psicanálise, fator ou conjunto de fatores que restringem a atividade do **ego** e do **id**; corresponde, de modo prático, ao que comumente se denomina consciência moral.

STATUS QUO (státus quo) – Estado em que se encontrava anteriormente determinada questão.

STRICTO SENSU (strícto sénsu) – Em sentido estrito, restrito.

UNA VOCE (úna vóce) – A uma voz, de comum acordo, unanimemente.

VACATIO LEGE (vacácio lége) – diz-se do período que decorre do dia da publicação da lei à data em que ela entra em execução, durante o qual vigora a lei anterior.

VADE MECUM (váde mécum) – Vai comigo. Diz-se dos livros de conteúdo prático e útil, e formato pequeno.

VERBO AD VERBUM (vérbo ad vérbum) – Palavra por palavra: certidão de casamento “verbo ad verbum”.

VICE VERSA (více vérsa) – Em sentido oposto; ao contrário ou reciprocamente. Aportuguesado em *vice-versa*.

VULGO (vúlgo) – Comumente. Aportuguesado, também se usa como substantivo, no sentido de “povo”, “ralé”.

FRASES LATINAS

AMOR ET TUSSIS NON CELANTUR (ámor et tússis non celántur) – O amor e a tosse não se escondem.

ANNOSA VULPES HAUD CAPITUR LAQUEO (annósa vúlpes háud cápitur láqueo) – Raposa velha não se deixa prender no laço. (dos *Adágios*, de Erasmo). Equivale a “macaco velho não põe a mão em cumbuca”.

BREVIS ESSE LABORO, OBSCURUS FIO (brévis esse labóro, obscúrus fio) – Esforço-me para ser breve e fico obscuro. Essa frase se encontra em Horácio (*Arte poética*), que desaconselha o laconismo excessivo.

DORMIENTIBUS NON SUCCURRIT JUS (dormiéntibus non succúrrit jus) – O direito não socorre a quem dorme.

ERRARE HUMANUM EST (erráre humánum ést) – Errar é humano. Mas insistir no erro é...

ESSE OPORTET UT VIVAS, NON VIVERE UT EDAS (ésse opórtet ut vívas, non vívere ut édas) – É preciso comeres para viver, e não viveres para comer. (Cícero. *Retórica a Herênio*).

EST MODUS IN REBUS (ést móduş in rébus) – Há uma medida em todas as coisas. Aconselha-se, com esta frase, que se evitem os excessos, procurando-se a moderação.

IGNORANTIA LEGIS NEMINEM EXCUSAT (ignorântia légis néminem ekskúzat) – A ignorância da lei não exime ninguém (não é desculpa).

MALI CORVI MALUM OVUM (máli côrvi málum ôvum) – Do corvo ruim o ovo (é) ruim. De mau corvo, mau ovo. Confronte: *Filho de peixe, peixinho é*.

MANUS MANUM LAVAT (mánus mánum lávat) – Uma mão lava a outra.

MUNDUS VULT DECIPI, ERGO DECIPIATUR (múndus vult décipi, érgo decipiátur) – O mundo quer ser iludido; seja, pois, iludido. Frase atribuída a Paracelso ou ao nuncio apostólico Caraffa (Papa Pio IV).

NAVIGARE NECESSE (EST), VIVERE NON NECESSE (navigáre necésse est, vívere non necésse) – Navegar é necessário; viver não. Tradução latina de frase grega, pronunciada por Pompeu em resposta aos marinheiros que o queriam dissuadir de embarcar durante uma tempestade. (Plutarco. *Vida de Pompeu*). Palavras citadas em relação a um dever imperioso, mais importante que a própria vida.

NEMO JUDEX IN CAUSA PROPRIA (némo júdeks in cáusa própria) – Ninguém pode ser juiz em causa própria.

PACTA SUNT SERVANDA (pákta sunt servánda) – Os acordos (as convenções) são para serem cumpridos.

PARVUM PARVA DECENT (párvm párva décent) – Ao pequeno convêm coisas pequenas (Horácio, *Epístolas*, Livro I, 7,44)

POETA NON FIT, SED NASCITUR (poéta non fit, sed náscitur) – O poeta não se faz, nasce. Ditado que lembra a sentença atribuída a Cícero: *Nascimus poetae, fimus oratores* (nascímus poete, fimus, oratóres).

QUEM UMA UXOR NON CASTIGAT, DIGNUS EST PLURIBUS (quem úna úksor non castígat, dígnus ést plúribus) – Aquele a quem uma mulher não

é castigo suficiente, merece várias. (Petrarca).

QUOD ABUNDAT NON NOCET (quód abúndant non nócet) – O que abunda não prejudica.

SIT VENIA VERBO (sit vênia vérbo) – Desculpe-se a expressão; com perdão da palavra.

USUS LEGEM IMITAT (úsus légem imítat) – O uso imita a lei.

VERBA VOLANT, SCRIPTA MANENT (vérba vólant, scrípta mánent) – As palavras voam, os escritos permanecem. O provérbio aconselha prudência em pronunciamentos comprometedores e na assinatura de contratos bilaterais.

VERITAS ODIUM PARIT (véritas ódium párit) – A verdade gera o ódio. Conceito emitido por Terêncio, cujo pensamento é o seguinte: a complacência produz amigos, e a franqueza, ódio.

VOLENT NON FIT INJURIA (vólent non fit injúria) – Aquele que consente não é injuriado.

NOTA – Esta seleção foi baseada principalmente no excelente livro *Não perca o seu latim*, de Paulo Rónai.

O LATIM NA PROPAGANDA

Em trabalho publicado no jornal *O Correio* n.º 86 (de 7 a 21.8.1999), Kelly Cristina Neves e Elizabeth Vieira Gomes, alunas de Português-Latim da UFF, mostraram a importância da palavra adequada na propaganda de produtos. Dizem:

“No vale-tudo para convencer consumidores, a palavra-chave para o sucesso é buscar, na forte retórica de persuasão, formas sempre novas e sedutoras. Porém, a matéria-prima mais eloquente para dar asas à imaginação, sem dúvida, ainda é a palavra. A partir dela criam-se *slogans* e a marca do produto. E é nesse âmbito que o Latim – língua considerada morta e comumente pensada só em termos científicos, religiosos e políticos – passeia, com frequência.”

E continuam:

Já que a propaganda visa à aceitação de uma mercadoria e escolher um nome para ela requer cuidados sob pena de não ser bem acolhida, parece-nos que usar nomes latinos não amedronta os responsáveis pelas inovações propagandísticas. Pelo contrário, o seu emprego talvez reforce a credibilidade, tornando-se até um símbolo de tradição e mais uma criativa ‘arte-manha’ para o sucesso das vendas.

A seguir, as autoras do oportuno artigo nomeiam diversos produtos de importância no comércio em geral. Assim, aparecem: *Optimum* (ótimo), *Stella maris* (estrela do mar), *Domus*, *Axe* (eixo, centro: o homem, ao usá-lo, torna-se

o centro das atenções de belas mulheres), *Lego* (marca de brinquedo, em que se unem as variadas peças; *lego* é forma de verbo latino e significa unir, ligar), *Magnus* (o máximo de prazer que você pode encontrar num sorvete), *Lupo* (meias; do latim “lúpus”, lobo), *Bono* (biscoito – do latim “bonus”, bom), *Plus vita* (mais vida), *Lux* (luz – “o sabonete das estrelas”), *Fiat Lux* (fez-se a luz – companhia de fósforos).

Poderíamos acrescentar a propaganda, principalmente na televisão, do Chester: “Ave, Chester” – ave: interjeição que significa “salve” e ainda “Habemus Chester” – Temos Chester. E a palavra *ônibus* (“de *omnibus* – para todos”, dativo plural de *omnis, omnis*)?

Enfim, “ad vitam aeternam” (para sempre), não precisaremos fazer qualquer adendo (“addendum”), para documentar a importância de nossa língua-mãe, que continua viva e universal.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Sérgio Correia. *Palavras sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Record.
- MACHADO, Luiz. *Uma nova visão do Latim pelo uso da inteligência*. Rio de Janeiro: Instituto de Aprendizagem Acelerativa, 1999.
- NEVES, Kelly Cristina & GOMES, Elizabeth Vieira. *O Latim na propaganda*. O Correio n.º 86 (de 7 a 21.8.1999).
- NEY, João Luiz. *Prontuário de redação oficial*. 13 edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.1988.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (jornal: 21.7.2000).
- RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu Latim*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,1980.
- _____. *Dicionário universal Nova Fronteira de citações*. 1 ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- ROSA, José Ricardo da Silva. *Latim instrumental*, volume 01. Rio de janeiro: Editora Didática Momento, s/d.

REPRESENTAÇÕES E MARCAS DA ORALIDADE NA ESCRITA DA CRIANÇA

MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO ¹
FRANCISCO RENATO LIMA²

RESUMO

Neste texto, tratamos da relação aluno e escrita, partindo de algumas premissas relativas ao modo como o erro, tomando sob o ponto de vista a gramática normativa, na escrita do aluno é visto pelo professor. Para tanto, apresentamos pontos articuladores das ideias: a) aspectos da linguagem oral que transmutam para as formas da escrita; principalmente, em crianças que estão iniciando sua fase escolar, o que faz com que elas adotem em suas produções o seu uso oral da língua; b) a postura da escola em relação à aquisição da escrita, com a função de introduzir a criança no mundo das letras, tornando-a capaz de fazer uso dela para sua necessidade individual e, também, para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia a linguagem escrita; d) apontou-se para o certo, o “errado” e o inadequado, não propondo levar o assunto aos extremos, mas estabelecer correlações que nos direcionem à análise do que é o certo, o errado e o inadequado em relação à escrita;

Palavras-chave: criança; oralidade; escrita; escola; norma

ABSTRACT

In this paper, we treat the relation between student and writing, starting from some premises concerning how the error in the writing of the student , under the Normative Grammar, is seen by the teacher .Therefore, we present articulating points of the ideas : a) aspects of the oral language that transmute to the forms of writing ; especially in children who are starting their school stage, which makes them adopt in their productions their oral use of the language ; B)) The school ‘s position on the acquisition of writing, with the task of

1- Doutora em Linguística (UNICAMP). Professora Adjunta do Departamento de Letras e do Mestrado em Letras - Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: angelifreire@oi.com.br

2- Graduado em Pedagogia (FSA). Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Educação Especial (IESM). Especialista em Docência para o Ensino Superior (IESM). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). Email: fcorenatolima@hotmail.com

introducing the child in the world of letters , making it able to make use of it for your individual requirements and also to meet the various demands of a society that honors the written language ;d) pointed to the right , the “wrong “ and inadequate , not proposing to take the matter to extremes, but to establish links that direct us to the analysis of what is right , wrong and inadequate in relation to writing.

Keywords: Child - Orality - School - Standard

1. Introdução

Indispensável é a intimidade com a língua. Uma intimidade gramatical, e não gramaticalista. Intimidade com a gramática (da língua), não necessariamente com a Gramática (da escola).
(LUFT, 1997, p. 25)

A proposta de refletir sobre a inadequação, em relação à norma culta, na escrita do aluno, tal como ela emerge na análise dos professores que lidam com a situação na escola básica, decorre, principalmente, da necessidade que vimos, enquanto *técnicos da língua* e profissionais de educação, em discutir a postura do educador na correção de textos.

O presente trabalho, apoiado em alguns registros de alunos da classe de alfabetização e em nossas experiências em sala de aula e também, em algumas teorias que abordam esse tema como, por exemplo: a de Ferreiro; Teberosky (1999), Vygotsky (1998), Koch (2012; 2013) Kato (1995), procura evidenciar essas práticas à luz de uma estratégia condizente com o artefato da escrita e a atuação do professor, considerando a produção textual do aluno.

2. O ALUNO E A ESCRITA

Uma criança aprende a falar em um curto espaço de tempo, desde que ela apresente as características físicas e biológicas consideradas como adequadas para o desenvolvimento dessa habilidade e esteja inserida numa comunidade linguística, pois a estimulação linguística, assim como o desenvolvimento cognitivo, influencia o desenvolvimento da linguagem (KATO, 1995). As dificuldades específicas de aquisição da linguagem só ocorrem quando a criança apresenta problemas biológicos, causados por patologias neurofisiológicas graves.

Esse contato com a língua nas suas condições de socialização permite a incorporação de regra para a gramática internalizada, que faz parte da teoria implícita de mundo trazida pela criança. A aquisição de uma língua, seja oral ou escrita, envolve a apreensão e utilização de um conjunto imenso de regras, as quais são aprendidas em contextos reais de uso da língua. Enquanto falantes, as crianças contam com uma capacidade enorme de análise da linguagem oral, o que irão perder assim que entrarem para a escola, sufocadas pelo modo como se ensina o português, tomando-se a escrita ortográfica como base para tudo.

Em se tratando de língua escrita, a função do professor não é ensiná-la, mas criar condições para que ela possa ser apreendida por seus alunos, considerando essa apreensão de significado dos signos linguísticos como algo em constante processo, levando o aluno à busca de significações, na qual, segundo Freire (2011, p. 29), “o movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo esteja sempre presente”.

A criança que se inicia na alfabetização, embora seja um falante capaz de entender e falar a língua portuguesa, ela não sabe escrever nem ler. E isso representa uma grande motivação para ingressar na escola. Aos cinco anos, quando está na escola para se alfabetizar, já é capaz de entender e falar a língua portuguesa, com desembaraço e precisão, nas mais diversas circunstâncias da vida. Nisso, essa criança revela um processo de aquisição da linguagem que teve grande desenvolvimento a partir, aproximadamente, de seu primeiro ano de idade.

Deste modo, qualquer criança que ingressa na escola aprendeu a falar e a entender a linguagem sem necessitar de treinamentos específicos ou de prontidão. Ninguém precisou arranjar a linguagem em ordem de dificuldades crescentes para facilitar o seu aprendizado. Ela foi exposta ao mundo linguístico que a rodeia e nele foi traçando o seu caminho, criando o que lhe era permitido criar com a linguagem.

As crianças de três ou cinco anos, como falantes nativos, têm um vocabulário específico de sua idade, assim como um conjunto de regras gramaticais. Elas generalizam regras, quando deveriam aplicar uma em particular, por exemplo: *eu fazi*, eu trazi em vez de *eu fiz*, *eu trouxe* etc. Daí concluímos, que uma criança que entra para a escola, já trilhou um longo caminho linguístico, já provou no dia a dia, um conhecimento e uma habilidade linguística muito desenvolvidos. No entanto, essa trilha percorrida é, muitas vezes, ignorada pela escola, apesar de haver no seu discurso, o ideal de estar partindo da realidade dessa criança.

A escola, muitas vezes, vai diagnosticar que crianças como as do

exemplo têm problemas de discriminação visual, age como se vissem os objetos espelhados - conclusão a que chegou vendo, por exemplo, que ela confunde a escrita cursiva das letras **b** e **d**, -, tem problemas de discriminação auditiva, não aprende a forma correta de escrever as palavras; por fim, que é preciso começar tudo novamente.

Sabemos que o que apresentamos é um problema real, contudo existem outros que estão mais ligados ao social da criança, ao seu ambiente: uma criança que viu desde cedo a sua casa cheia de livros, jornais, revistas, que ouviu histórias, que viu pessoas gastando muito tempo lendo e escrevendo, que desde cedo brincou com lápis, papel, tinta, quando entra na escola, encontra uma continuação do seu modo de vida, ao passo que, uma que não desfruta disso, encontrará ainda essas práticas, porém terá um comportamento bem diferente daquela que vê simplesmente uma continuidade de sua vida.

Muitas vezes, na escola, não se percebe que uma criança que escreve **dici** não está cometendo um erro de distração, mas transportando para o domínio da escrita algo que reflete sua percepção da fala. Isto é, escreve a palavra não segundo sua forma ortográfica, mas segundo o modo como pronuncia. Passando pela escola sem saber distinguir o que pertence à fala e o que pertence à escrita, terá dificuldades em seguir seus estudos de português.

Como a escola não dispõe, na sua maioria, de um instrumental para explicar adequadamente como a fala e a escrita funcionam, o aluno inventa o seu próprio modo de escrita. Por isso, quando não sabe a forma ortográfica, usa das possibilidades do sistema de escrita de sua língua para escrever o que pretende, evidenciando a sua teoria implícita de mundo gramatical ou, mais precisamente, a sua gramática internalizada.

A criança que escreve **dici** codifica algo possível para o sistema de escrita do português, só que não escreve na forma ortográfica. Se a escola distinguísse claramente os problemas da fala dos problemas da escrita, veria essa escrita como escrita de fala.

O ambiente escolar deve proporcionar aos alunos a constatação de que eles não falam de uma única maneira, existem variações, e que estas não são expressas na escrita em virtude da necessidade de ter essa escrita como algo normatizado, a fim de que possa haver uma comunicação perfeita em termos de leitura e, conseqüentemente, um entendimento padronizado do que está escrito. Assim, o aluno aprende que ele pode escrever qualquer ideia, mas aprende também que o que ele escreve é algo que tem a sua forma convencionalizada. Com isso, toma ciência de que é preciso aprender a escrever ortograficamente, porque a escrita da fala serve para a fala e não para o sistema de escrita convencional usado pela sociedade.

A escola usa e abusa da força da linguagem para ensinar e para deixar bem claro o lugar de cada um na instituição e até na sociedade, fora dos seus muros. A maneira como se fala, como se deixa falar, sobretudo como se pergunta e como são aceitas as respostas, muitas vezes é usada não para avaliar o desenvolvimento intelectual de um aluno, mas como um subterfúgio para lhe dizer que é, (in)capaz ou excelente para desempenhar algo.

Deste modo, a escola tem uma forma de mostrar que o autor do livro, a professora, ela própria possuem o saber, sem margem de dúvidas, bem como possuem o poder de autoridade disciplinar e moral a que o aluno se deve submeter, constituindo uma postura monolítica.

3. DOMINANDO A ESCRITA

O domínio da escrita, sistema particular de símbolos e signos, prenuncia um ponto crítico em todo o desenvolvimento cultural da criança. Ele se inicia muito antes da primeira vez em que o professor coloca um lápis nas mãos do aluno. A escrita transcorre por insuspeitos caminhos e não se restringe ao ambiente escolar. No entanto, a escola vê a escrita sob a perspectiva mecânica: trabalhando com exercícios de técnicas motoras relacionadas ao desenho das letras ou ao estabelecimento das associações de formas sonoras a formas gráficas e à sua memorização, dando regras prontas, meras descrições gramaticais prévias, onde o aluno tem apenas que fixar e repetir. Com essa postura, desconsidera que a criança aprende a língua materna falando e ouvindo, interagindo com quem está à sua volta, formulando livremente hipóteses sobre suas formas (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Comumente, tomam-se as discriminações auditivas e visuais como uma competência prévia importante para a boa aprendizagem da escrita, vinculando-a ao associacionismo, com ênfase em discriminações perceptuais necessárias para esse aprendizado, reduzindo-o à associação de respostas sonoras a estímulos gráficos. Embora a linguagem escrita opere uma representação da linguagem falada, não há correspondência termo a termo entre os símbolos da fala e os da escrita, falamos de um jeito e escrevemos de outro. Isso torna a idéia da competência prévia das discriminações perceptuais, para uma boa aprendizagem da escrita, extremamente equivocada.

A língua escrita convencional está baseada num padrão dialetal e, na maioria das vezes, não se vê uma implementação inexorável na fala, mesmo nas situações de fala mais formais ou policiadas. Cada dialeto geográfico ou social apresenta certos desvios dessa norma; entretanto alguns são bem aceitos e outros não, o que acaba por intensificar as relações de discriminação

linguística.

No esforço de compreensão do funcionamento da escrita, o sujeito põe em jogo os esquemas de assimilação que o seu desenvolvimento cognitivo lhe provê, construindo hipóteses sobre a escrita, porque ele não só sabe falar o português, como também refletir sobre a sua própria língua. De fato, as crianças se divertem manipulando a linguagem, quando compõem palavras novas, a partir da análise dos processos de formação de palavras etc., sem contar com a expressão de metáforas, o poder de abstração e generalização claramente reveladas em uma análise de seu comportamento linguístico.

Elaborar um conhecimento sobre a base desse funcionamento da escrita significa antes saber como funcionam os símbolos gráficos, ou seja, que tipo de relação se estabelece entre eles. Isso a criança não sabe e o professor se limita apenas à mecanização da escrita:

Até agora, a escrita ocupou um lugar muito estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha no desenvolvimento cultural da criança. Ensina-se as crianças a desenhar letras e a construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que se acaba obscurecendo a linguagem como tal (VYGOTSKY, 1998, p. 139).

E também exige da criança a realização de fonemas soltos, isolando a palavra do seu contexto. Isso é visto por Bakhtin (2009, p. 98) do seguinte modo: “a palavra isolada de seu contexto, inscrita num caderno e aprendida por associação a uma coisa, a uma imagem, torna-se um sinal, uma coisa única”. Assim ele nos atenta para o fato de que: “o signo é, por sua natureza, vivo, móvel, plurivalente” (YAGUELLO, 2009, p. 15), deixando claro, o caráter dinâmico da linguagem humana.

O professor, por reificar a linguagem, acaba empregando na linguagem falada recursos que a aproximem da linguagem escrita, contribuindo assim, para agravar erros, pois em vez de ler como fala, ele lê como escreve. Temeroso de que o aluno escreva as palavras de acordo com a fala, ele acaba utilizando na sua fala uma ênfase desnecessária, que torna o que está correto em termos de língua falada, em erro. Conforme o exemplo no texto 1:

Texto 1

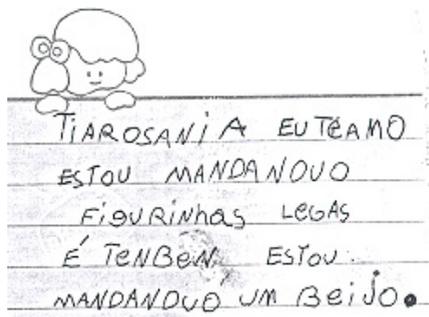


Figura 1: Produção realizada por aluno em classe de alfabetização

Em *mandando*, o fonema final é um /U/ (arquifonema, resultante da neutralização total entre os fonemas /ô/, /ó/ e /u/, em virtude de, nessa posição átona, não haver oposições linguísticas que ocorrem na posição tônica, como nos ensina Mattoso Câmara Jr (1985). Por outro lado, ocorre, na fala vulgar³, em algumas regiões do Brasil, uma redução da desinência do gerúndio (**ndo**) para **no**: “*mandano*”, “*servino*”, “*vendeno*” etc.

Em “*mandanduo*” (no texto 1), parece-nos que a pronúncia artificial da professora, em referência ao fonema final (o arquifonema /U/), fez com que os a aluna, na dúvida, empregasse o **U** (normal na fala), acrescido do **O** (fala artificial).

Em “eu **ti** (corrigido para te, como se percebe uma sobreposição de letras) *amo*”, o que se revela é uma oposição entre a fala (o **e** da escrita, átono final, se emite /I/, pela neutralização que aí também ocorre) e o que exige a norma ortográfica (um **e**). Diante dessa pronúncia artificial, o aluno assimila uma falsa regra e acaba por generalizá-la, fazendo analogia a essa regra criada, como exemplo para o aluno que fala “*lôca*” em vez de “*louca*”. Se o professor pronuncia essa palavra de forma marcada, ressaltando exatamente o que ele, enquanto falante, suprime, o aluno tende a concluir que isso valerá para outras palavras como “*professora*”, em que acabará escrevendo “*professoura*” e muitas outras associações.

A saída para esse impasse seria não enganar o aluno com regras e/ou associações falsas, promovendo a descoberta de que a língua falada e a língua escrita possuem características próprias, às vezes falamos igual e escrevemos diferente (*moço/osso*; *alto/automóvel/ao*); e às vezes, falamos diferente e escrevemos igual (*casa, sapato/escola*); há sons que não aparecem na escrita (*fala-se feiz (s)*, escreve-se *fez*); há letras sem correspondentes fônicos (*hora*).

3- Termo empregado à fala utilizada na conversação diária, uma fala “descompromissada”.

Desse modo, o professor estará apontando ao seu aluno, e constatarem juntos, essa distância entre o oral e o escrito, e assim terão meios de estabelecer comparações.

Outro tema a se observar é o fato de que na fala, a entonação e os momentos espontâneos de silêncio determinam diferentes interpretações; na escrita, a pontuação e os espaços brancos obrigatórios não indicam os múltiplos recursos que alcançamos na fala e, portanto, fazemos usos de outros, tais como: pontos de exclamação, reticências e tantos outros. Isso porque queremos expressar nossas diferentes intenções.

Encontramos, com isso, mais uma dificuldade para a realização da escrita, a emissão contínua na corrente da fala de um grupo de vocábulos, sem pausas, leva o aprendiz a fazer a junção no momento em que escreve. Conforme vimos no texto 1 apresentado: “TIAROSANIA EUTE(I)AMO” e , também, nos textos 2 e 3 , agora apresentados:

Texto 2

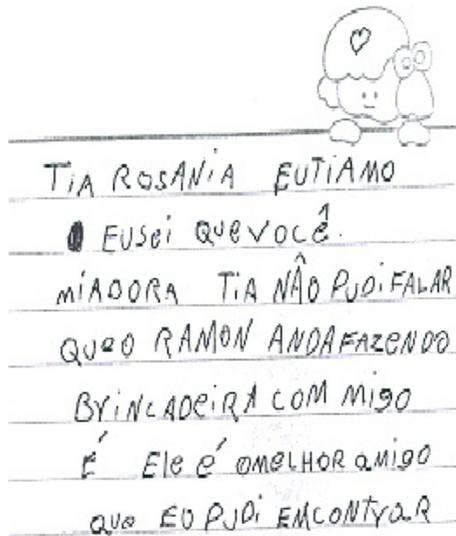


Figura 2 -Produção realizada por aluno em Classe de Alfabetização

Texto 3



Figura 3 - Produção realizada por aluno em Classe de Alfabetização

Nesses textos, além de notarmos a junção de vocábulos, notamos, também, a separação de vocábulos que deveriam estar juntos, como é o caso de “*di ferente*” no texto 3 - cuja separação pode enfatizar a entonação exclamativa do texto; e “*com migo*” no texto 2 . Isto ocorre, principalmente, pelo fato de o aluno não ter na modalidade oral, a marca fonológica, independente de qualquer pausa, que se indique tratar de dois ou mais vocábulos, o aluno, usando de sua intuição, escreve da maneira como fala; ou, ainda, da maneira como o professor enfatiza o que lê ou fala.

O professor deve ajudar a seu aluno fazendo uma leitura espontânea, possibilitando que a criança se conscientize das diferenciações entre as pausas do enunciado oral e do enunciado escrito. Não privilegiando um ou outro enunciado, mas esclarecendo um pelo outro. O estudo dessa relação aluno □ escrita □ professor é muito mais complexo do que podemos mencionar. São inúmeros pontos de vista a serem tomados: fonológicos, morfológicos, sintáticos, morfossintáticos, semânticos e até psicológicos.

As relações entre os símbolos gráficos exigem um conhecimento mais sofisticado do ponto de vista linguístico. Pensar na questão da escrita é apontar para um importante tópico que requer subsídios, que não podem ser obtidos sem o concurso das teorias linguísticas.

Considerações finais

A língua portuguesa, como qualquer língua, tem o certo e o errado somente em relação à sua estrutura. Com relação a seu uso pelas comunidades falantes, não existe o certo e o errado linguisticamente, mas o adequado e

o inadequado contextualmente. Pelos usos diferentes no tempo e nos mais diversos agrupamentos sociais, as línguas passam a existir como um conjunto de falares diferentes. Dentro desses falares, existem o certo e o errado, como também o diferente em relação a uma variação da mesma língua.

A escola, infelizmente, vê a variação linguística como uma questão gramatical, de *certo* ou *errado*. Ela leva o aluno a pensar que a linguagem escrita privilegia a linguagem falada, sabemos que o que acontece é que cada uma dessas modalidades tem suas especificidades.

Uma gramática normativa é muito conveniente para o trabalho de avaliação que a escola se propõe a fazer, mas é pouco interessante do ponto de vista do funcionamento da língua portuguesa. Ter o conhecimento dessas normas não basta para se fazer um bom texto, muitos textos são escritos de acordo com as normas gramaticais, entretanto, não apresentam uma coerência, uma unidade enquanto texto. Este, como a expressão linguística mais completa, precisa seguir as regras sintáticas, mas não somente elas.

A escola está preocupada em treinar os alunos numa técnica, e o professor usa a gramática apenas para definir, conceituar e reconhecer estruturas linguísticas. Aí está o erro. A gramática serve para desvendar a estrutura da frase e do texto, constituindo o aspecto coesivo; é um instrumento didático para levar o aluno a compreender que as estruturas linguísticas correspondem a estruturas de pensamento.

O problema não está no aluno e nem sequer na gramática, mas na metodologia do professor, na escola. Afirmar isso é apontar para outro problema, que é o fato de não termos profissionais qualificados para tantas percepções. Entretanto, considerar o universo linguístico da criança é considerar ela própria, um ser que tem fundamental importância, que não precisa ser instrumento de um saber imposto, mas portadora de um saber que se constrói gradativamente. Isso não pressupõe somente teorias pedagógicas, mas sim, e principalmente, sensibilidade do professor como condutor desse aluno.

Quando chamamos a atenção para a linguagem tanto oral quanto escrita, intencionamos retratá-las como assuntos com características exclusivas, mas que se integram na medida em que é por elas que o sujeito se interage com outros e com o seu mundo. Não se trata de negar as normas, nem abarcar a produção do aluno como intocável, muito pelo contrário, o que pretendemos é chamar a atenção para a complexidade da realização da escrita enquanto meio de expressão e socialização, como, também, o trabalho *artístico* que podemos realizar com a língua desde que entendamos a sua *performance*.

Essa gramática normativa, que se define como a arte de escrever e

falar corretamente, nos ajuda a seguir uma posição adequada de uso da norma. Por esse motivo, nós, enquanto educadores devemos ser agudamente críticos e, ao mesmo tempo sensíveis à língua, para que não a conduzamos no seu sentido opressor, reforçando ideologias.

REFERÊNCIAS

- AZENHA, Maria das Graças. *Imagens e Letras: Ferreiro e Luria*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. [1929].
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15. ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LOBATO, Monteiro. *Obras completas de Monteiro Lobato: fábulas e histórias diversas*. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1962].
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Memórias de um leitor amoroso*. Rio de Janeiro: Proler, 1995.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 11-19.

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: PRINCÍPIOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E ANÁLISES

SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA(UFSCAR)
CAROLINA DE PAULA MACHADO(UFSCAR)

RESUMO

Este artigo tem como propósito, embora não tenhamos como pretensão esgotar o assunto, percorrer alguns dos conceitos centrais da Semântica do Acontecimento, com o propósito de fornecer uma base teórica introdutória e também realizar análises para operar com a teoria.

Palavras-Chave: enunciação, acontecimento, reescritura, político, memorável.

ABSTRACT

This article aims, although we have no such claim to exhaust the subject, go through some of the central concepts of the Semantic of the Event, in order to provide an introductory theoretical basis and also perform analysis to operate with the theory.

keywords: enunciation, event, rewriting, political, memorable.

Introdução

A assim intitulada Semântica do Acontecimento já foi chamada, e ainda muitas vezes o é, de Semântica Histórica da Enunciação por seu fundador, Eduardo Guimarães, e por pesquisadores da área.

Esta semântica propõe-se fornecer bases teóricas e metodológicas para uma análise interpretativa da constituição dos sentidos. Nela unem-se à língua a história, o social e o político e, desse modo, a teoria é tecida a partir dos estudos realizados por Oswald Ducrot e Anscombre na linha da semântica argumentativa e dos estudos enunciativos de Émile Benveniste.

Além desses teóricos, outros também cruzaram o caminho trilhado por esta semântica para contemplar uma visada histórica da constituição dos sentidos: Eni Orlandi e Michel Pêcheux na linha dos estudos discursivos, e filósofos e historiadores como Giles Deleuze, Jacques Rancière, Paul Veyne, entre outros.

O conceito central que conduz o estudo dos sentidos nesta semântica é o conceito de Enunciação. Em torno dele, outros estão vinculados, como

o de sujeito, cena enunciativa, político, designação, entre outros. No campo analítico, temos os conceitos de Domínio Semântico de Determinação (DSD), de reescritura e a articulação.

Este artigo tem como propósito, embora não tenhamos como pretensão esgotar o assunto, percorrer alguns dos conceitos centrais da Semântica do Acontecimento, com o propósito de fornecer uma base teórica introdutória e também realizar análises para operar com a teoria.

Enunciação e Acontecimento

A Enunciação é o conceito em torno do qual se desenvolve a Semântica do Acontecimento. O propósito é tratar os sentidos não de forma estática mas na linguagem em funcionamento; de pensá-los não como uma relação direta com a exterioridade referencial, nem como uma inerência da estrutura, mas, pela sua constituição histórica, social e política nos textos, na relação com o real e com os sujeitos.

Dois conceitos de enunciação são importantes para se compreender como Guimarães vai lapidando a sua teoria enunciativa, o de Oswald Ducrot e o de Émile Benveniste.

A questão do homem na linguagem é tradicional nos estudos enunciativos. Benveniste coloca o homem, ou melhor, o locutor, como centro da enunciação. A subjetividade é a sua preocupação central. Assim, ele define a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974, p. 82).

Já Ducrot, ao elaborar a sua definição de enunciação busca justamente destituir o sujeito dessa onipotência sobre a enunciação:

[...] o que designarei por este termo é o *acontecimento* constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois (DUCROT, 1984, p. 168, grifo nosso).

Com esta definição, a enunciação é tratada como um acontecimento histórico inserida no tempo, sem a centralidade do sujeito. Segundo Guimarães, essas definições de enunciação apresentam “[...] o caráter da irrepetibilidade da enunciação, ou seja, a enunciação é vista como o lugar do sempre novo” (1989, p. 72-73). Para ele, esse caráter da irrepetibilidade que observamos em Ducrot e Benveniste é uma maneira de se tratar a “história como tempo”.

Assim, a historicidade, não como tempo cronológico, mas como memória que constitui os sentidos se tornará uma das preocupações centrais da teoria semântica desenvolvida por Guimarães.

Ele enfrenta um desafio, o de elaborar um conceito de enunciação buscando:

- i. Não colocar o sujeito como centro da enunciação mas tratar a subjetividade no âmbito do social, do histórico e do político;
- ii. Inserir a história não como sequência (cronológica) de fatos mas como historicidade. Assim, ele elabora a seguinte definição de enunciação: “acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo a enunciação não é um ato individual do sujeito, não sendo também irrepetível (1989, pp 78-79).”

Segundo o autor, é preciso tratar a enunciação como sendo caracterizada pelas condições sócio-históricas, mas sem considerar a história pelo caráter temporal e sem pensar a língua apenas como um sistema que oferece as formas que estabelecem as regras para as relações sociais.

O acontecimento não é algo exterior à língua, à enunciação, mas é a própria enunciação, seguindo a linha ducrotiana, e a história e o social apresentam-se diferentemente.

Para ele, o acontecimento enunciativo não é sempre novo, ele “expõe o repetível ao novo”, é o encontro do já-dito (memória de sentidos) com os sentidos produzidos na enunciação. Com isso, a história, como memória, e o social, em que a língua é pensada como prática social, são constitutivos da produção dos sentidos na enunciação.

Tendo em vista este percurso, nesta fase de suas reflexões, a teoria enunciativa aproxima-se da Análise de Discurso francesa. O enunciado foi tratado como “unidade de discurso”¹, e o discurso não é aqui como o “exercício da fala”, mas prática social.

Guimarães, com o objetivo de tratar historicamente² a enunciação, considerando que “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (1995, p. 66), afirma que o sentido precisa ser tratado de maneira discursiva enquanto definido pelo “acontecimento enunciativo”. É desse modo

1- Segundo Orlandi, é o “contato do histórico com o lingüístico que constitui a materialidade específica do discurso” (In: PÊCHEUX, 2002, p. 8). Estabelece-se, então, uma relação entre língua e história, em que “a linguagem é sentido e a história faz sentido” (ORLANDI, 1990, p. 25).

2- Para Orlandi (1990), “A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política) (p. 35)”.

que nessa fase de seus estudos ele define a enunciação como [...] um *acontecimento de linguagem* perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70).

Com essa definição da noção de enunciação, o acontecimento ganha uma especificidade. Ele não é um fato empírico, mas um acontecimento linguístico, o que o inclui nos estudos semânticos como um *acontecimento enunciativo*. Ele considera que os sentidos se constituem pelo cruzamento de discursos, na relação com a história, tratada aqui como memória de sentidos, isto é, interdiscurso, e com os sujeitos constituídos na e pela linguagem.

Neste momento, a teoria semântica é chamada de Semântica Histórica da Enunciação que tem bases enunciativas provenientes de Benveniste e Ducrot e também recebe influências da Análise de Discurso francesa como vimos.

Semântica do Acontecimento

A enunciação, enquanto acontecimento, permite-nos descrever sentidos que não são “pegos” se não considerarmos a historicidade da língua em funcionamento. Na sua formulação mais recente da noção de Enunciação, Guimarães coloca a noção de acontecimento como central e a enunciação torna-se o próprio acontecimento de linguagem. Isso permite observar a multiplicidade de sentidos através da temporalidade que é própria ao acontecimento e também o litígio dos sentidos, por ser ele um acontecimento político.

É assim que enquanto acontecimento de linguagem, ele é definido como

[...] diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

A diferença frente às posições da semântica da enunciação anteriormente apresentadas é que é o próprio acontecimento que define uma temporalidade que lhe é própria, produzindo diferentes sentidos através das relações linguísticas. Não se trata de um acontecimento *no tempo* tal como

vimos em Benveniste e em Ducrot. Além disso, também não se confunde com o tempo do locutor que diz *eu*, como para Benveniste. Cada acontecimento é diferente porque ele organiza uma temporalidade distinta que mobiliza um passado de sentidos diferentes. É desse modo que presente e passado se encontram no acontecimento. O futuro apresenta-se enquanto projeção de sentidos, possibilidades de interpretação, configura-se pelo presente do acontecimento que lança uma futuridade imanente a seu funcionamento histórico.

A história é vista como o passado de enunciados que são rememorados que fazem com que o presente signifique e tenha uma projeção interpretativa. “O passado é no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Esse passado é o que Guimarães denomina como “memorável”, isto é, uma rememoração de sentidos recortada no e pelo acontecimento enunciativo. Não é o “todo” já-dito, mas uma memória de sentidos que é recortada na relação com o presente do acontecimento, projetando um futuro na forma de interpretação. O memorável depende, portanto, da temporalização realizada pelo acontecimento do dizer. Ele é assim definido pelo presente da enunciação e pela futuridade, isto é, pela interpretação possível que esse passado de enunciações pode ter, dependendo do presente.

Considerando a enunciação como um acontecimento enunciativo, o acontecimento não se confunde com um acontecimento empírico. O acontecimento enunciativo é o lugar da constituição de sentidos através da rememoração de enunciações passadas que remete ao real, ou seja, os sentidos que se constituem nele significam algo do real.

A enunciação é tratada, então, como acontecimento cuja especificidade é a temporalidade que a constitui. O sentido é considerado pelas relações do funcionamento das formas linguísticas com a temporalidade do acontecimento: o seu presente, o seu passado (o memorável) e a projeção de um futuro de interpretação. Nesse caso, a história se apresenta pelo memorável (passado, não como referido, mas como aquilo que o acontecimento toma como sentido) recortado pelo acontecimento. A cada acontecimento enunciativo, a cada enunciação, os sentidos trazem um sentido do passado “recortado” num presente, projetando um futuro, significando algo do real diferentemente.

Desse modo, o acontecimento enunciativo, tal como é concebido na semântica do acontecimento, dá ao sentido/significado uma outra configuração, seja pela inclusão do que foi excluído e relegado à “fala”, desde Saussure, seja pela própria maneira de se tratar a língua, a história e o real.

Após todas essas considerações sobre acontecimento e enunciação, podemos concluir que tratar do acontecimento de uma perspectiva materialista implica pensar a história na relação da língua com o real como uma relação necessária. Com isso, ao ser tratada como acontecimento que temporaliza, a definição de enunciação que usamos permite que se dê um outro olhar para a constituição dos sentidos, como construção indissociável da língua com a história e o político.

Assim, o acontecimento enunciativo propicia justamente a observação da língua acontecendo na relação com seus falantes, dos sentidos se formando, transformando-se em outros sentidos, entrando em conflito, se dividindo. E é por esse litígio que o acontecimento é político.

O Político na Enunciação

A Semântica do Acontecimento põe o político, assim como a história e a ideologia, como fundamentais para a análise da linguagem, especialmente da significação. Vejamos o conceito de político para a Semântica do Acontecimento.

Segundo Guimarães (2002, p. 16),

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.

Nesse conceito há uma divisão do real, isto é, muitos não são contados seja lá em que normatividade nos detenhamos. A normatividade é sempre desigual. Então é necessário um embate entre o real e a normatividade, contraditória em relação ao real. Esse debate dá-se na contradição. Assim o que se tem é a afirmação de pertencimento a essa normatividade configurada por essa contradição com o real. E nesse embate há o falante sempre assumindo a palavra para contestar a normatividade.

O conceito de contradição no funcionamento do político migrou da Análise do Discurso para a Semântica do Acontecimento. Isso pode ser observado nos trabalhos de Eni Orlandi (1990) com o conceito de conflito.

Além dessa visão sobre o político, Orlandi (2004, p.21-22) trata do político como “O fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição”.

Ao tomarmos a noção de acontecimento enunciativo que expomos anteriormente envolvendo a noção de político, é preciso considerar a relação entre línguas e falantes no Espaço de Enunciação. Como consequência, este é definido como sendo

“(…) um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos.” (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

Consideremos também a cena enunciativa. Para Guimarães (2002, p.23) “uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dada as relações entre as figuras da enunciação e a formas linguísticas”. Essa cena tem a ver com um espaço e uma “distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento”(Guimarães,2002,p.23). As configurações na cena vão chamar-se “agenciamento enunciativo”. “Aquele que fala” e “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração no agenciamento enunciativo”(Guimarães,2002, p.23). L é o lugar que enuncia; Lx é o locutor predicado socialmente; há também os modos de dizer na cena: o Enunciador Individual: que se põe como acima de todos; o Enunciador Genérico tem a ver com os ditos populares; o Enunciador Universal que se representa como alguém que diz algo verdadeiro. Chamamos de representação porque os enunciadores se representam como independentes da história. O modo de representação descarta também o social (Guimaraes, 2002, 25-26). Quando se trata “daquele para quem se fala”, Guimarães (1987, p.22) fala que “correlatamente ao Locutor L tem-se o Alocutário L e ao L enquanto pessoa no mundo o Alocutário Alp. Temos também correlato do enunciador que é o destinatário.

Designação: Procedimentos para Análise

Esta configuração da enunciação como acontecimento não torna o sentido imutável, uno, mas permite observar seu funcionamento instável, inconstante, dividido, conflituoso, político, portanto, considerando a sua

historicidade, o real e a relação com o sujeito.

Na Semântica do Acontecimento, unidade de análise é o enunciado, como na tradição enunciativa, mas Guimarães parte da palavra e também considera o texto, enquanto Benveniste, no texto “Os níveis de Análise linguística”, para no enunciado deixando de lado o texto. Então parte-se da análise da palavra que integra o enunciado que, por sua vez, integra um texto. Desse modo, o texto também é inserido como um nível de análise.

A designação, por estabelecer a relação entre a linguagem e o real, é uma noção de grande importância na semântica. Considerando-se que os sentidos constituem-se historicamente na enunciação, a designação é reformulada por Guimarães sendo definida como

[...] o que se poderia chamar a significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (2002, p. 9).

Com a designação, compreendemos que o sentido é uma construção de linguagem que remete ao real ao mesmo tempo que remete à história, trata-se da significação da palavra no funcionamento enunciativo.

Para ele, a designação é uma “relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é exposta à diferença” (GUIMARÃES, 1995, p.74). O cruzamento de discursos produz sentidos para o objeto. Mas não interessa apenas os sentidos da designação. Para ele, é preciso pensar no que fica apagado, o que o confronto discursivo não deixa designar.

E como chegar à designação de uma palavra considerando a instabilidade de sentidos que a caracteriza? É preciso considerar a palavra tomada para a análise relacionada com outras palavras no enunciado em que ela “acontece”, no interior do texto.

Para tanto, outro conceito é cunhado por Guimarães, trata-se do conceito de Domínio Semântico de Determinação (doravante DSD). Com a elaboração do DSD chega-se a uma interpretação do que a palavra analisada significa no acontecimento enunciativo em que foi analisada, ou seja, chega-se a sua designação naquele acontecimento.

Através das análises da reescrituração e da articulação chega-se à representação do domínio semântico de determinação da palavra. Para fazer os domínios semânticos de determinação utilizamos os seguintes sinais: \top , \perp ,

┌, └, que significam “determina” em qualquer uma das direções – é um traço que significa uma relação de sinonímia; o traço contínuo na horizontal que divide o DSD indica os sentidos que se opõem a ele.

Assim, o sentido não é compreendido como algo estático, como uma decodificação de um código ou a mera significação do signo pelas relações de valor. A significação de uma palavra, enquanto própria das relações de linguagem, revela uma instabilidade entre o que seu étimo significa, um conceito formado anteriormente, e aquilo que ele passa a significar pelo funcionamento enunciativo.

Trata-se, portanto, de observar uma espessura semântica que atravessa o texto pela relação de uma palavra com outras palavra no texto, considerando-se os sentidos trazidos pelo memorável a partir da história de enunciações, permitindo outras interpretações.

A textualidade: Reescrituração e Articulação

A reescrituração pode ser entendida como um procedimento de retomada pelo qual se dá a textualidade, tecendo os sentidos, produzindo a polissemia. Isso se dá na medida em que ao repetir o mesmo como algo diferente de si, ou seja, através de outras palavras que reescrevem a palavra ou expressão que está sendo analisada, são produzidos, na tensão entre o mesmo e o diferente, outros sentidos no acontecimento enunciativo.

Segundo Guimarães, os procedimentos de reescritura

[...] são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim, a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia (2002, p. 28).

As reescrituras são responsáveis pela textualidade por retomarem algo dito no texto, pela repetição da palavra, pela sua retomada através de uma outra palavra ou expressão.

Elas não dependem somente do funcionamento sintático, mas também das relações de sentido historicamente constituídas. As reescrituras determinam um nome por sobre os limites das orações, tratando-se, portanto, de relações de sentido que não dizem respeito a um caráter segmental do texto. Uma palavra pode ser reescritura por outra, não importa em que lugar do texto, para além dos limites do enunciado.

Conforme Guimarães (2007), a reescrituração pode se dar de diversos modos. Uma deles, e talvez o mais comum, seja a repetição, quando a palavra é repetida ao longo do texto.

Por substituição, em que uma palavra substitui a outra por uma relação de sinonímia produzida pelo acontecimento de enunciação. É importante observar que a relação de sinonímia não é algo já estabelecido previamente, fora da enunciação.

Por elipse, em que a palavra é suprimida por já ter sido mencionada. Por expansão, em que a palavra é reescriturada por um enunciado inteiro ou por uma expressão que expande os sentidos dela. Por condensação, em que ocorre o contrário da expansão. E por definição, quando temos um predicado articulado à palavra analisada de maneira a defini-la. **A articulação**

Este outro procedimento, que ajuda a constituir a textualidade juntamente com a reescritura, coloca em relação duas palavras ou expressões que não se reescrevem, mas que têm elementos de sentido que se relacionam no acontecimento.

A articulação “diz respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (Guimarães, 2007, p. 88).

No texto as articulações se complexificam e muitas vezes a articulação não é direta nem explícita. É preciso então explicar melhor a relação entre a determinação e a predicação, duas formas de se darem as relações entre as palavras no funcionamento linguístico da produção dos sentidos.

Conforme Guimarães (2007), a determinação é uma relação fundamental para a constituição do domínio semântico de uma palavra. Na Linguística em geral ela é vista como sendo própria de um sintagma nominal, diferentemente da predicação que envolve uma relação verbal entre sujeito e predicado. Mas, segundo o autor, a relação de determinação pode ser expressa através de uma predicação.

Análises:

1. “El inglés abre puertas”

Vejam os slogan do Chile o qual tomamos para análise considerando as noções anteriormente descritas:

El Inglés abre puertas



El proyecto de Inglés busca garantizar que todos los niños y niñas alcancen el dominio de un inglés instrumental que amplía sus oportunidades.

Artículo
busca
instru

Plan
dece
alcan
oportu

El munc
compet

Para co
necesita
desenv
una de

En ese

Vamos analisar o discurso jurídico de regulação no espaço de enunciação do Chile, considerando a campanha “*El inglés abre puertas*”. Trata-se de um projeto do Ministério de Educação do Chile.

Temos uma cena enunciativa em que o locutor predicado como Ministro de Educação enuncia “El inglés abre portas”. Nessa enunciação, o locutor Ministro predica o inglês no modo de dizer genérico. O memorável dessa enunciação tem a ver com essa predicação na medida em que “abrir puertas” significa ter oportunidade de emprego.

Na enunciação “*El inglés abre puertas*” e na imagem a qual podemos parafrasear pelo enunciado “uma menina segura o mundo com as mãos” o acontecimento é atravessado pelo político e pelo jurídico. Podemos dizer que “abrir portas” predica “o inglês” e instala um acontecimento que interpretamos como “ampliar oportunidades”. Na cena enunciativa a enunciação genérica do dizer circunscreve-se ao Chile. O locutor dessa enunciação, predicado como Ministro de Educação do Chile, regula que “todas as crianças terão oportunidade no Chile”, e nessa enunciação o “domínio do inglês” é uma determinação para o inglês. O político funciona no sentido de que quem sabe inglês pertence à sociedade diferentemente daqueles que não sabem inglês. Há a regulação por um acontecimento que projeta “as crianças terão oportunidades”.

Nesse acontecimento a novidade do dizer está no tempo fora do tempo

produzido pela enunciação. O locutor Ministro apresenta o programa “El inglés abre puertas” por um provérbio, uma enunciação genérica, essa enunciação cristalizada é algo que não é novo, pondo a questão da memória e projeção do tempo do acontecimento. Nessa cena enunciativa, o político é a divisão entre o cristalizado (a memória) e a projeção que se dá pelas oportunidades que virão pelo domínio do inglês.

A enunciação genérica põe o pertencimento da oportunidade pela regulação do locutor Ministro de Educação, no modo de dizer genérico. Temos a normatividade e a afirmação de pertencimento do inglês no Chile. O memorável recorta que as crianças são o futuro da nação e terão oportunidade de emprego. Isso é uma projeção do acontecimento. Essa projeção é expandida na imagem, na qual “menina segura o mundo com as mãos”. O acontecimento e o político estão entrelaçados para incluir o inglês. Tanto no Chile pela oportunidade de emprego como no mundo pelo poder que a pessoa adquire.

Para essa análise que vou realizando, trabalho com o acontecimento que exclui outras línguas (Rancière,1995:45) no modo de dizer da enunciação genérica do slogan.

Na imagem pela leitura do slogan temos uma elipse que pode ser parafraseada com “com o inglês você pode dominar o mundo”. E a memória pelo domínio do mundo projeta o poder no mundo e dos Estados nacionais que falam a língua inglesa. O locutor Ministro de Educação põe a enunciação genérica na relação de dominação e o acontecimento projeta a dominação do inglês no mundo e dos Estados nacionais que falam a língua. Na enunciação verbal a expansão no acontecimento circunscreve-se ao Chile e na imagem há a expansão para o mundo. O movimento que se dá na relação entre a enunciação e a imagem, expande o slogan para o mundo. A imagem não é independente do slogan.

O político dá-se na relação com a língua espanhola e também com outras línguas na medida em que o locutor predicado como Ministro de Educação do Chile considera o inglês como língua franca, excluindo as outras línguas nacionais.

A projeção é histórica e dá-se no acontecimento e a língua funciona afetada pelo memorável. Nesse entrelaçamento em que a enunciação dá-se no dissenso e no acontecimento, aprender inglês é ter oportunidade de trabalho no Chile e dominar o mundo. Essa normatividade exclui as outras línguas no Chile e a imagem, no equívoco, projeta a oportunidade de dominar o mundo.

A partir da descrição da cena, passemos agora para a análise da designação. Queremos saber o que a palavra *inglês* designa, ou seja, quais sentidos a palavra inglês adquire neste acontecimento enunciativo,

considerando o memorável recortado pelo presente do acontecimento e a interpretação que é projetada.

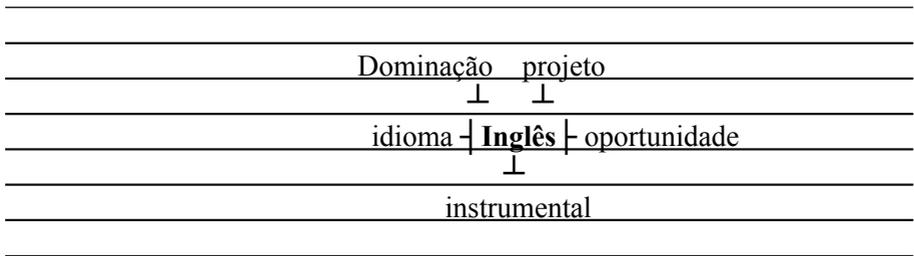
Inicialmente, podemos considerar que a palavra *idioma* determina *inglês*, que se articula por elipse. No texto do slogan, “inglês” é reescrito por expansão por “projeto de inglês” e por “inglês instrumental” que especifica o sentido de inglês.

Inglês está articulado ao predicado “abre portas” que o determina metaforicamente. Podemos parafrasear o predicado “abre portas” por “amplia oportunidades de emprego”. Para colocar no Domínio Semântico de determinação (DSD), vamos sintetizar o enunciado utilizando o substantivo “oportunidade”.

A imagem que acompanha o slogan também determina-lhe os sentidos, determinando assim o que “inglês” significa. Como vimos na cena, a imagem foi parafraseada pelo enunciado “a menina segura o mundo com as mãos”.

A paráfrase que pode ser feita do slogan juntamente com a imagem seria a seguinte como foi mostrado anteriormente: “com o inglês você pode dominar o mundo”. Com esse enunciado, temos que a expressão “dominação do mundo” determina o sentido de “inglês”.

Com isso, esboçamos o seguinte DSD:



O DSD acima é uma interpretação, com base na materialidade linguística e na história de enunciações da palavra, que sintetiza o que “inglês” significa no acontecimento enunciativo em questão, em que o locutor é o ministro de educação. Podemos com isso reconhecer o memorável em que o inglês é considerado a língua mais importante, a língua franca mundial, a língua das transações econômicas. Também há a remissão ao país que se coloca como aquele que dita as regras no mundo, os Estados Unidos, e que tem como língua oficial e nacional o inglês o que remete aos discursos capitalista e imperialista.

2. “Não à PEC 37: chega de impunidade” Passemos agora para a análise

dos enunciados³:

- (1) Chega de impunidade
- (2) Não à PEC

O que temos é que, nessa enunciação, PEC reescreve e determina impunidade; ao mesmo tempo o alocutário **ALp manifestante** lê a elipse *diga* e o número 37, além de interpretar as iniciais de PEC. No Brasil o que se tem é a impunidade e o alocutário ALp manifestante logo lê a determinação de impunidade sobre PEC interpretando o sentido do cartaz.. O modo de dizer do locutor predicado como líder é a enunciação coletiva.

Vejamos a imagem do Jornal O Estado de São Paulo de 24/06/2013



Na imagem acima, aparece um cartaz no qual a imagem é rememorada com o sinal de trânsito e dentro do sinal PEC 37 como não passe, não estacione, é proibido. Esse memorável traz a questão da impunidade que está abaixo do sinal. A impunidade não é da mesma ordem que a PEC 37. A enunciação do cartaz divide-se para constituir o dizer. O alocutário ALp manifestante ao não avançar o sinal, também não trará o desastre que é a impunidade. Temos enunciações diferentes lidas na totalidade. O locutor da proposta da emenda constitucional é predicado socialmente como aquele que quer limitar

3- A imagem registra uma das muitas manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, as quais protestavam contra o aumento das tarifas de ônibus; contra os altos gastos para a Copa do Mundo enquanto a educação e a saúde carecem de investimentos no Brasil; contra a PEC 37 como é o caso do cartaz da imagem acima, etc. A PEC 37 é uma Proposta de Emenda Constitucional de 2011 que propunha a limitação do poder promotores.

os poderes do Ministério Público de investigar crimes. E esse locutor tanto projeta impunidade para o passado, como projeta para o futuro na medida em que as ações já julgadas podem ser anuladas.

A PEC 37 sugere incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional traria a seguinte redação:

A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

Temos aí o embate instaurado no modo de dizer universal de um Alp jornalista, mas o locutor enquanto pessoa-no-mundo da PEC 37 é L.M, predicado como deputado. O artigo 144 excluiria o Promotor nessa Lei 144. Nessa enunciação da lei, temos um Enunciador Universal que exclui da lei qualquer instituição diferente da Polícia Federal e Civil. E um enunciador Genérico que fala do lugar do Promotor. A PEC 37 se fosse aprovada impossibilitaria o Promotor de tomar decisões em relação aos crimes. Com isso o político funciona na medida em que “Não à PEC 37” afirma a continuidade de poder do Ministério Público e a normatividade permanece. Saliente-se que aqui o pertencimento da normatividade é o político.

Essas duas análises podem elucidar o funcionamento da teoria retomando o conceito de acontecimento, espaço de enunciação, cena enunciativa e político. Na nossa proposta o não pertencimento do novo parágrafo da Lei 144 na Constituição Federal (uma emenda que mudaria a Constituição) é que é o político.

E o que designa a PEC 37, expressão enunciada no acontecimento enunciativo da manifestação?

Como vimos PEC 37 é reescrita por substituição no cartaz por impunidade que determina os seus sentidos. Além disso, ela também é reescrita por elipse (a qual o alocutário precisa retomar) por Proposta de Emenda Constitucional que expande os seus sentidos. O DSD de PEC 37 ficaria então da seguinte forma:

impunidade | PEC 37 | Proposta de Emenda Constitucional

Assim, nesse acontecimento, a PEC 37 é significada como uma

proposta de Emenda Constitucional e como impunidade que determinam os seus sentidos.

Podemos concluir que os conceitos da Teoria da Semântica do acontecimento possibilitam ver o acontecimento não só como presente da enunciação, mas temos uma memória, considerada memorável na teoria, e uma projeção no mesmo acontecimento. O político tem a ver com o modo de distribuição da normatividade, havendo línguas mais importantes e também leis precisam ser modificadas para que se desloque a lei do lugar de enunciação a qual pertence. Nesse embate, a normatividade, na emenda do Locutor Deputado visava a transferir responsabilidades e reduzir o poder do Ministério Público. Era para ser o despertencimento Ministério Publico para julgar crimes.

Além disso, com o DSD chegamos às designações da palavra “inglês” e da expressão “PEC 37”. Ou seja, chegamos aos sentidos constituídos na textualidade, na relação com a história e com o social de maneira a reconhecermos não os sentidos estabilizados, mas os que se formam no acontecimento.

Considerações finais

O conjunto de noções anteriormente exposto forma um quadro da teoria da Semântica do Acontecimento que mostra os fundamentos de uma teoria dos sentidos materialista histórica, não formal.

Além dos conceitos teóricos que gravitam em torno da noção de Enunciação, que abrem para analisar os sentidos tomando a história, o político e o social, a noção de designação, juntamente com as de Domínio Semântico de Determinação, de reescrituração e articulação são noções analíticas que se constituem como instrumentos que viabilizam a análise dos sentidos no acontecimento enunciativo tomando a palavra no enunciado no texto como lugar de observação. Assim, esta semântica permite levar em consideração o texto na análise.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- _____. (1974) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

- DUCROT, O. (1984) *O Dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. *Enunciação e história*. In: Guimarães, E. (Org.) **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____. (1995) *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. *Texto e Argumentação: um estudo das conjunções em Português*, Campinas, Pontes, 1987.
- _____. *Domínio Semântico de determinação*. In: MOLICA, M. C.; GUIMARÃES, E. (Org.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes; RG, 2007, p. 77-96.
- _____. *Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas RG Editores, 2011.
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, Pontes Editores, 2004.
- PAULA MACHADO, C. de. *Política e Sentidos da palavra Preconceito: Uma história no pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX*. Tese de doutorado. IEL Unicamp, Campinas, 2011.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- RANCIÈRE, J.O *Desentendimento. Política e Filosofia*. (1995) São Paulo: Editora 34,1996.
- Jornal “O Estado de São Paulo” de 24/06/2013
Programa do Ministério de Educação do Chile “El inglês abre Puertas”

DISCURSO E REBELDIA: o jornal de jornalistas

(TEREZINHA BITTENCOURT – UFF/ABRAFIL)

RESUMO

Este trabalho analisa o discurso do jornal alternativo O Pasquim, com base na investigação de um *corpus* constituído de exemplares publicados em 1970. A análise tem como fundamentação teórica e metodológica a linguística coseriana.

Palavras-chave: imprensa alternativa, universo do discurso

ABSTRACT: This work analyses the speech of the alternative newspaper O Pasquim, based on the investigation of a *corpus* constituted by the press-copies published in 1970. The analysis has the coserian linguistic as theoretical and methodological foundation.

Keywords: alternative press, the universe of the speech.

A história da imprensa de um país confunde-se, na verdade, com a própria História do país, pois se trata de revelar os conflitos de poder entre classes sociais distintas, facções políticas antagônicas e, sobretudo, ideologias em confronto. Diz-se que a imprensa constitui um quarto poder, ao lado dos outros três – legislativo, executivo e judiciário -, mas, a rigor, ela configura mesmo o primeiro poder, ou melhor, um suprapoder ou o Poder *tout court*, pairando sobre os outros três e determinando o curso de suas próprias decisões. E esta não é uma mera ilação, baseada em singelas impressões, são os próprios fatos – haja vista aqueles relacionados à história recente do Brasil – que o comprovam.

Esse poder conferido à imprensa advém, fundamentalmente, de suas condições de criar este *ente rationis* que se convencionou chamar “opinião pública” e em cujo nome tomam-se decisões, constroem-se sistemas e derrubam-se regimes. Como se a imprensa houvesse sido contemplada por um direito natural, conferiu-se-lhe a responsabilidade de espelhar essa opinião e ser dela seu porta-voz, como se essa fosse a sua finalidade última e legítima. Todavia, uma vez que o público forma sua opinião orientado, em princípio, pelos dados fornecidos por essa imprensa e esses dados, por seu turno, são transmitidos com o propósito de formar essa mesma opinião, deve-se concluir

que opinião e porta-voz da opinião são representados por um único sujeito: a própria imprensa. Pode-se, pois, dizer que a imprensa, tal como se manifesta entre nós, formada por um pequeno grupo que detém todos os jornais, apresenta uma única voz, um único discurso e, conseqüentemente, uma única ideologia. Em suma, os textos de nossa imprensa são marcadamente monofônicos e seu discurso eminentemente autoritário.

A situação de controle rígido e absoluto das notícias e da opinião do jornal por parte de determinados grupos e em detrimento da independência de opinião manifestada pelos jornalistas individualmente só será alterada com o aparecimento da imprensa alternativa na década de sessenta, com a criação d'O Pasquim e de outros importantes jornais através dos quais se enfrenta, com grande coragem, o poder da chamada “grande imprensa” e se resgata o “jornal de jornalistas”(Sodré, 1977), dando continuidade ao período dos “pasquins” – jornais publicados ao longo do século XIX que, muitas vezes sob o anonimato de seus proprietários, denunciavam os arbítrios dos poderosos.

Há um número razoável de trabalhos publicados – da melhor qualidade, vale lembrar – sobre as décadas de 60\70 e sobre o aparecimento nelas ocorrido da chamada “imprensa alternativa”. De fato, foram décadas que, no comportamento, nas relações humanas, nas artes, enfim, na própria cosmovisão, marcaram de tal forma o século passado que suas conseqüências políticas, sociais e linguísticas ainda são facilmente percebidas.

Em tais trabalhos, encontra-se ora a visão do historiador ora a visão do jornalista, perspectivas naturalmente imprescindíveis para quem quer conhecer o sentido de uma determinada época, sobretudo no eixo temporal. Faltava, no entanto, para completar a análise do quadro, a visão do cientista da linguagem – daquele cujo trabalho é investigar a construção do sentido dos textos produzidos e as relações que presidem a esta construção.

É o que me proponho fazer, analisando alguns textos (cartas dos leitores e títulos de algumas matérias) do semanário O Pasquim, do ano de 1970. Tal escolha, entre os inúmeros jornais alternativos surgidos nas décadas de 60/70, deveu-se ao fato de ter sido este o jornal que, indiscutivelmente, inaugurou essa nova imprensa, servindo, mesmo, de paradigma para muitos outros que apareceram posteriormente e também por ter sido o que mais tempo conseguiu perdurar. A escolha do ano, por seu turno, deveu-se ao fato de ser este um dos períodos mais violentos do regime militar implantado no Brasil em 1964, o que obrigava seus opositores a utilizar todo o seu potencial

criativo para conseguirem veicular suas ideias. Assim, a tarefa, por parte do enunciador e do enunciatário de construir o objeto de sentido, transformava-se num verdadeiro exercício de criatividade verbal, pois viam-se forçados, para isso, a verificar tanto as relações sígnicas presentes no texto – o contexto verbal (o dito antes e o dito depois) – quanto as relações com outros sistemas de signos, com outros textos e com o próprio universo extralinguístico.

A fundamentação teórica que servirá de embasamento para a análise do *corpus* encontra-se nas obras do linguista Eugenio Coseriu (2007;2006;1979), nas quais o estudioso trata, com suas ideias percucientes e de longo alcance, especificamente da linguagem no discurso e no texto bem como de todos os elementos que contribuem para sua produção e, sobretudo, para sua interpretação.

Os estudos relativos ao nível do discurso - sobretudo depois da publicação do texto emblemático de E.Benveniste (1988) acerca da subjetividade fundadora da linguagem - reinserindo o sujeito no campo de observação dos estudos linguísticos, postula que qualquer ato discursivo traz em si - quer haja ou não uma intenção explícita por parte de quem o produz - as marcas daquele que o elaborou e seu ponto de vista acerca dos conteúdos cognoscitivos enunciados.

Ressalte-se, todavia, que o sujeito da enunciação - embora sendo um elemento pressuposto em qualquer enunciado, já que, evidentemente, um enunciado é sempre produto da atividade de alguém - é sempre uma figura que se dilui no discurso, constituindo tarefa do pesquisador a sua depreensão, através da análise dos sinais por ele deixados ao longo de seu discurso.

A linguagem é um agir finalístico por ser uma atividade motivada por fins. Isso quer dizer que um discurso é sempre pertinente, ou seja, se um discurso é construído é porque há uma razão para tanto que cumpre desvendar. Entretanto, apesar de o discurso ser um ato individual - no sentido de que é produzido por um indivíduo (nós não falamos em coro) -, ele é sempre um ato social, já que é sempre elaborado para outro e com elementos linguísticos e extralinguísticos que pertencem também a outros.

Assim, é, pois, necessário descobrir-se que elementos são empregados para construir-se um universo ideológico determinado. Para tanto, é mister transcender o nível superficial para atingir-se o nível subjacente, a fim de descobrir se, à aparência das coisas, correspondem, de fato, as próprias coisas.

Trata-se, assim, de observar cuidadosamente as escolhas efetivadas pelo sujeito da enunciação - quer no plano da expressão quer no plano do conteúdo -, mas sempre de acordo com um ponto de vista estrutural, onde se leve em conta as outras possíveis escolhas que poderiam ser feitas dentro de um mesmo sistema. Em outras palavras, qualquer traço ou marca deixada pelo sujeito da enunciação tem de ser analisada à luz do princípio da relação. Assim, tomando para exemplo o *corpus* que pretendemos aqui submeter à análise, só se pode afirmar que há uma imprensa alternativa porque existe necessariamente uma imprensa não alternativa que se lhe opõe. E, analogamente, todos os traços que servirem para caracterizar uma, servirão também, por oposição, para caracterizar a outra.

Sabe-se que, nos chamados “textos informativos” - aqueles cuja função precípua se encontra no “ele” ou referente -, tais marcas devem ser apagadas a fim, justamente, de criar a ilusão de objetividade ou imparcialidade no que diz respeito à análise dos fatos.

Ao contrário, nos textos expressivos e apelativos - aqueles centrados no “eu” e no “tu” - as marcas da enunciação apresentam-se de forma clara, justamente porque o sujeito da enunciação não tem por fim ocultar-se sob a máscara de uma suposta visão imparcial dos fatos.

Os jornais da chamada grande imprensa perseguem o primeiro modelo e os jornais da imprensa alternativa, como O Pasquim, o segundo. Esse “desvio” em relação ao que é considerado “padrão jornalístico”, constitui importante pista, no sentido de que nos permite vislumbrar, já de saída, o(s) enunciatário(s) com o(s) qual(is) O Pasquim estabelecerá seu diálogo e ainda os caminhos por ele escolhidos para estabelecê-lo, de acordo com as imagens que, tal como um espelho, pretende refletir.

Era usual colocar-se na capa d'O Pasquim uma epígrafe que funcionava - o humor sempre presente - como uma espécie de comentário conciso. Observe-se esta que aparece no n.º 30 (15 a 21/jan./70) e que nos fornece o ponto de partida para algumas indagações: “Um jornal que não pode ser lido pelas senhoras de Dores de Indaiá.”

Quem são ou que representam as “senhoras das Dores de Indaiá”? Por que elas estariam “proibidas” de ler O Pasquim? E, por oposição, qual deveria ser o universo cultural daqueles a quem a leitura do jornal era dirigida? Que estaria por trás dessa aparência de rebeldia em relação ao *status quo*? Tratava-se, realmente, de um “não poder/dever ler” ou isto era apenas uma máscara

a encobrir um “querer ser lido” por aqueles setores a que o jornal dizia opor-se? Estas questões preliminares são fundamentais para que se possa detectar aquilo que constitui a própria razão de ser de um jornal: o leitor ao qual se destina.

Comparem-se estas quatro cartas transcritas abaixo, publicadas nos dois números que antecedem o número em que saiu a referida epígrafe. Elas podem fornecer algumas pistas para as perguntas formuladas acima, já que, de certa forma, pode-se interpretar tal epígrafe como uma espécie de resposta geral a todas elas. As três primeiras estão contidas no n.º 28 (1.º/jan./70) e a última, no n.º 29 (8 a 14/jan./70):

1.ª carta:

JESUS SANTOS RIBEIRO (Belo Horizonte, MG) - “Com referência à publicação do cartão relativo a um dos heróis de histórias em quadrinho, onde transparece o caráter chulo e vulgar desse jornaleco imoral, a Sociedade Brasileira de Proteção à Família, Tradição e Propriedade vem manifestar publicamente seu desprezo pelos componentes dessa equipe viciada e corrupta. Gostaríamos que os senhores, que tanta coragem têm para degradarem os costumes e publicarem tais imoralidades, tivessem-na também para publicarem essa mensagem afim de que nossa juventude pudesse julgar por si mesma!”

*Atenção, Jesus: desprezo é com Z. Outra coisa: é “a fim” e não “afim.”

2.ª carta:

JULIO CARLOS EMOINGT (Rio, GB) - “Mas a minha maior satisfação é que quem compra O Pasquim não sou eu, mas o meu pai, por sinal, um eterno saudosista de Stanislaw Ponte Preta.”

*Primeiramente, O Pasquim é um jornal para toda a família; secundamente, nos honra muito que um leitor do Stanislaw nos leia, tanto mais que ele é nosso patrono.

3.ª carta

JOHN W. MOWINCKEL (RIO, GB) - “Quem lhes escreve é o diretor do Serviço de Divulgação e Relações Culturais da Embaixada Americana no Rio. A carta tem dois propósitos: primeiro, cumprimentá-los pelo sucesso d’O Pasquim e, segundo, fornecer-lhes munição para sua alegre equipe.

“É possível que os senhores já tenham ouvido algumas pessoas de espírito

venenoso referirem-se à minha organização como um “serviço de propaganda”. Não acreditem nisso. Estou certo de que os senhores verão, da pilha de livros que lhes mando, que não há um pingo de verdade nessa infame acusação. O fato de todos os livros tratarem dos Estados Unidos e de vários aspectos das coisas americanas é pura coincidência.

Os senhores devem estar lembrados de que um sábio disse, certa vez, que se os grandes livros já escritos fossem colocados numa biblioteca, caberiam todos numa prateleira de um metro e meio. Se assim é, nenhum dos que lhes mando estaria lá. Eles são apenas uma coleção desordenada, que penso poder distrair e interessar à bem humorada família de rebedes d’O Pasquim.

“Além dos vários volumes sobre assuntos oportunos, como protesto, fanatismo e crime, peço-lhes a atenção para um livrinho chamado “Santa Go Home”. Estou certo de que o título tocará uma corda sensível no peito de muitos de seus leitores, lembrando “slogan” semelhante que considero inútil citar por extenso nesta temporada de amor fraternal e gentileza para toda a humanidade.

“Sei que a natureza desconfiada dos jornalistas não tem paralelo (a não ser nos burocratas americanos) e, por conseguinte, preciso lhes pedir que não interpretem o fato de eu ter incluído um The New York Guide Book e Vacation Guide como impudente tentativa de ‘brainwashing’ no que concerne às maravilhas de minha conturbada pátria. Garanto-lhes que eles estavam aqui em meu escritório e eu os coloquei na caixa como enchimento, para evitar que os outros livros, soltos, se estragassem.

“Na esperança de que minha modesta contribuição seja aceita, e com meus melhores votos de Bom Natal, Feliz Ano Novo e contínuo sucesso para seu estimulante jornal, subscrevo-me,

“Sinceramente, John W. Mowinckel. Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América.”

* Dear Mr, Mowinckel: Thanks for the witty letter and the books. We would have preferred a few cases of scotch (Buchanan’s) as true Brazilian intellectuals that we are, but we suppose that books will have to do for now. By the way you don’t have to sell us the idea that New York is a wonderful town. We all knew that. Some of ours writers are fierce critics of US foreign policy just because they would like to live in New York, and can’t. They suffer from an acute case of elbow’s pain, if you’ll pardon the neologism, and all we red blooded Brazilian American patriote with they would take their horses out of

the rain.

4ª carta:

AMADEU LIMA BORGES APFHGRIEL (Santos, SP) - “Esse jornal justifica o nome. É um jornaleco de (*). Quanta besteira reunida e vocês ainda falam em 200.000 exemplares.”

* Amadeu, Amadeu, por que você não para de dar?

A primeira carta é de um membro da TFP, organização, como é sabido de todos, das mais retrógradas e conservadoras do país. Por que, entre as inúmeras cartas que o jornal recebia - note-se que o número anterior já havia atingido a espantosa tiragem de 220.000 exemplares - optou-se por publicar a de um membro da TFP, que, como era de se esperar, não poderia ter qualquer atitude de simpatia para com um jornal que propugnava tudo aquilo que eles combatiam?

Na verdade, quando dá a palavra a esse outro que não partilha de seu universo ideológico, o enunciador o faz para desqualificá-la - e, conseqüentemente, desqualificar também o seu autor -, ridicularizando-a, em primeiro lugar, em virtude do próprio conteúdo. De fato, expressões como “jornaleco imoral”, “degradação de costumes”, “equipe viciada e corrupta” soam, no âmbito da imprensa alternativa, inteiramente inadequadas, aproximando-se, por isso, do grotesco.

Além disso, o ridículo atinge o paroxismo quando o “respondedor” - assim era chamado o jornalista que respondia às cartas em nome da equipe - expõe a falta de competência desse leitor que, embora proponha a manutenção do *status quo* - e a chamada norma culta, no universo dessa imprensa toda especial, representa também esse *status quo* - nem sequer conhece bem aquilo que ele mesmo propõe, já que desconhece regras elementares de grafia. Dito de outro modo, a falta de competência de um acaba por ampliar a competência do outro, uma vez que o que sabe, sabe também que o outro não sabe e faz questão de propagar este não saber.

A segunda carta é de um leitor que se diz satisfeito por ser seu pai e não ele quem compra semanalmente o jornal. Ora, se ele chama a atenção para o fato de ser uma pessoa que se supõe seja mais velha e, portanto, de outra geração, aquele que adquire o jornal, é sinal de que isso não era comum, ou seja, o jornal - muito embora o “respondedor oficial” afirme que O_Pasquim é

destinado a toda a família - possuía um outro perfil.

Percebe-se, pois, que o enunciatário do jornal é de uma determinada faixa etária - a dos jovens com escolaridade média ou superior, com toda a certeza, como comprovam as propagandas dirigidas a este segmento da população - e compartilha com o enunciador valores bem determinados por essa faixa etária. Os “velhos” - e entenda-se como contido no conceito de “velho” todas as instituições representantes de qualquer tipo de autoridade: pai, mãe, professor, governo etc. - nesse discurso, são o outro, o estrangeiro que não conhece o código através do qual se estabelece uma comunhão de conteúdos cognoscitivos. Daí a surpresa ocasionada com o comportamento do pai.

A terceira carta foi enviada por um representante da Embaixada dos Estados Unidos. Note-se, em primeiro lugar, a importância que o jornal adquiriu em pouco tempo de existência (o primeiro número saiu em 26/jun./69), a ponto de provocar uma reação por parte da embaixada de um país tão poderoso.

Atente-se, ademais, que o discurso do destinatário, diferentemente do discurso da primeira carta, é o mais gentil possível, numa tentativa explícita de sedução, o que fica patente, inclusive, pela forma carinhosa com que os jornalistas são chamados: “a bem humorada família de rebeldes d’O Pasquim”. Entretanto, o contrato não foi aceito pelo destinatário, que não se deixa seduzir, respondendo de forma jocosa e num inglês intencionalmente arrevesado. Observe-se o final da carta, onde o “respondedor” utiliza-se de um discurso repetido comum ao falante de língua portuguesa, mas inexistente em língua inglesa, implicando, com isso, um caso de total *non-sense* para os falantes dessa língua. O fato de responder em outro código linguístico demonstra também que o enunciador faz questão de se apresentar como detentor de uma competência que só as classes privilegiadas possuem. Por outro lado, comparando o uísque aos livros enviados, não só desqualifica a escolha do presente - afinal, se uma equipe de intelectuais prefere uísque a livros a razão está na qualidade dos livros - mas também aquele que o enviou.

O curioso na quarta carta é que o jornal - tal como fez com a primeira - não se preocupou em esconder de seu leitor que tinha desafetos. Inversamente ao que se poderia esperar de um jornal que ainda estava em seus primeiros números e necessitando, portanto, de novos leitores, faz questão de tornar público que tem conhecimento de que não caiu no gosto de muitos e que

não tem a menor intenção de tentar seduzir certo tipo de leitor. Ao contrário, o que quer é mantê-lo distanciado, estabelecendo polêmica com ele. Senão, como explicar a resposta dada, menos jocosa que agressiva? É bom lembrar que o uso das expressões de calão não eram ainda vulgarizadas, muito menos nos meios de comunicação, sobretudo nos registros escritos. Tanto é verdade que tais expressões não são transcritas, utilizando-se, para simbolizá-las, os asteriscos.

Para concluir nossa análise, vejamos, agora, alguns títulos que encabeçam as matérias dos números do jornal com os quais estamos trabalhando:

Nº 28 - “Jimi Hendrix está na dele”, “Erotikon (2)”, “A turma estão na dela.”

Nº 29 - “From Meyer to the world”, “Abaixo o palavrão: do you spasquinglish?”, “Você está na sua? Um manifesto hippie”, “Outro marquês prá frente”.

Nº 30 - “O palanovrão”, “A verdadeira New Left”, “Botafogo: uma questão de extrema-direita”, “Cannabis sativa”, “Midnight cowboy”, “Virgem 70”, “Deixe de frescura”.

Sabe-se que todo texto é sempre produzido por alguém num *hic-et-nunc*, o que implica, para que ele possa ser interpretado, um conhecimento dos contextos (linguístico e extralinguístico) através dos quais é determinado e, por conseguinte, delimitado num universo específico. Entretanto, para atingir objetivos imediatos, é possível fazer abstração dos contextos e analisar tão-somente o material linguístico que nele consta. Naturalmente que sabemos ser este um mecanismo artificial, uma vez que não há texto sem as circunstâncias que lhe determinam e lhe dão o sentido preciso. Não cremos, todavia, que de tal procedimento, utilizado apenas para uma finalidade específica e imediata, advenha qualquer prejuízo para nossa análise. Por isso, não daremos as informações acerca das matérias de que tratam os títulos, e só conduziremos nossa investigação por aquilo que eles sugerem.

Os conteúdos das matérias apontados pelos títulos giram em torno, fundamentalmente, dos seguintes temas: sexo, política e drogas. Tais temas, além de representarem o *leit-motiv* do próprio jornal, funcionam também como figuras, quase ícones cuja finalidade é dar concretude a uma postura diante do mundo, que se afirma como inovadora, rebelde, polêmica. Daí a necessidade de uma língua funcional (Coseriu, 2004) que veicule, sobretudo em seu plano de expressão, esses novos valores, implicando, pois, o emprego

do que é proibido (observe-se a insistência nos temas que abordam o uso do palavrão) e do que é sancionado e visto com bons olhos pelo enunciatário (note-se o emprego da língua inglesa, substituindo palavras que existem no vernáculo, língua falada por aqueles que, na época, representavam acima de qualquer outro segmento social, a rebeldia: os *hippies*).

Emerge, assim, deste universo, o perfil ainda fragmentariamente delineado de um enunciador e de um enunciatário que compartilham, em primeiro lugar, um mesmo código linguístico. De fato, ambos conhecem a norma culta mas - uma vez que ela representa os valores estabelecidos - desprezam-na, ou melhor, “fingem” desprezá-la. Dizemos “fingem” porque, a rigor, tal desprezo é apenas aparente, já que todo o texto do jornal é, curiosamente, escrito de acordo com os padrões estabelecidos pela tradição gramatical. Sabe-se que o vocabulário gírico e as expressões de calão têm por propósito estabelecer uma marca naqueles que os conhecem. Utilizando-se, assim, de uma norma linguística abonada pelas classes cultas, o enunciador apresenta-se como detentor de um saber que lhe permite até infringi-la quando julga conveniente fazê-lo, pois, para seu enunciatário, deixa claro que se trata de uma atitude tomada de conformidade com uma intenção previamente determinada e não em virtude de ignorar esses padrões.

Além dessa forma, ainda inusitada na imprensa brasileira da época, de uso de uma norma linguística não abonada pelas classes cultas, o emprego de determinados lexemas reiteradas vezes nos títulos, como “novos”, “new”, “prá frente”, são bastante reveladores da construção de um sistema de valores em que o ideal de mudança é um desejo partilhado por aqueles que possuem análoga mundivisão.

A mudança constituirá, por conseguinte, a base segundo a qual enunciador e enunciatário, destinador e destinatário firmarão um contrato. Ressalte-se, ainda, que todas as transformações oriundas do agir do sujeito terão por finalidade a mudança, quer dos estados de coisas quer dos sistemas axiológicos.

Todas essas operações, por outro lado, serão efetivadas dentro de um quadro de rebeldia e de contestação em que é possível vislumbrar o entrechoque de desejos e querer polêmicos e de saberes heterogêneos que acabam por determinar situações conflituosas ao longo de toda a atividade discursiva.

Vale ressaltar, por fim, que o que se pretende com esta análise é mostrar não o que foi construído pelo sujeito histórico em sua totalidade, durante o

período em questão, pois esta não é, inclusive, a tarefa proposta, mas desvendar, tomando-se sempre por base os princípios teóricos solidamente estabelecidos pela linguística coseriana, os valores perseguidos por esse sujeito através dos diversos percursos instalados na dupla atividade de elaboração e interpretação do texto.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- COSERIU, Eugenio. *Linguística del texto: introducción a la hermenêutica del sentido*. Madrid: Arcolibros, 2007.
- COSERIU, Eugenio & LAMAS, Óscar L. *Lenguaje y discurso*. Navarra: Eunsa, 2006.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais prá epa que prá oba...* Brasília: UNB, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Graal, 1977.

ENTREVISTA

O Prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro, editor da Revista da ABRAFIL, entrevista Antônio Martins de Araújo, sobre suas atividades à frente daquela instituição acadêmica nestes seis últimos anos.

Como o entrevistado na sessão de maio próximo, trocará a presidência executiva pela presidência de honra, será mais do que oportuna que se faça uma retrospectiva de suas atividades nesses seis anos de direção.

M.P.R. - O que você acha da regularidade da editoração de nossa Revista?

A.M.A. – Temos, de início, de realçar o trabalho de Rui Almeida. Apesar do título, a Revista Filológica, fundada, mantida e dirigida em sua quase totalidade por Rui Almeida, ultrapassa os limites da pura Filologia. Inserida na tradição da Revista de Cultura, do padre Tomás Fontes, abarca, entre outras ciências sociais, a História, a Etnografia, o Folclore, a Crítica Literária e a Crítica Estilística, a Linguística Histórica.

Em 1955, quando do número inaugural da 2.^a fase da RF, a Livraria Acadêmica, do Rio de Janeiro, iniciou a publicação da Revista Brasileira de Filologia, dirigida por Serafim da Silva Neto.

Em 2002, por iniciativa do Prof. Leodegário A, de Azevedo Filho, foi publicado o primeiro número da nova fase da revista da ABRAFIL.

Prof. Manoel P. Ribeiro, esta nova fase se deve, como todos sabem, ao seu trabalho excepcional como editor-chefe, em que dedica grande parte de suas tarefas à produção da revista, que se encontra, graças aos seu esforço incommum, no número XVII.

Ressalte-se, ainda, a colaboração de acadêmicos, com vários ensaios, além de outros colaboradores de universidades públicas e particulares.

2. M.P.R. - Em sua gestão, nossa ABRAFIL celebrou convênios de colaboração mútua com alguma instituição afim?

A.M.A. – Com duas, a saber: com a Universidade Federal do Acre, sediada na capital de Rio Branco, promoveremos, por três dias consecutivos, nosso 1.^o Congresso Internacional de Culturas e Línguas Sul-Americanas, o qual deverei abrir com o ensaio intitulado “Empréstimos léxico-semânticos tupinambás aos falares do Noroeste do Maranhão na ótica de três missionários europeus.” Dois deles foram os capuchinhos franceses setecentistas Claude d’Abbeville e Ives d’Evreux, e o frade português de Évora, do séc. XVIII, Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, autor da obra Poranduba Maranhense, das três a que ostenta a maior número daqueles empréstimos, em razão de ele haver aumentado de muito a relação daqueles empréstimos recebida das mãos de um tal frei Onofre. Outrossim, no final de setembro, na condição de membro nato do Centro de Língua e Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de

Lisboa (C.L.E.P.U.L), apresentarei o ensaio “Peculiaridades morfossintáticas do português do Brasil.” Depois, sob a gentil e competente coordenação da Dra. Evelina Verdelho, da Universidade de Coimbra, eu a reapresentarei nas do Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Porto e Vila Real, no Minho. Com o aval de outra amiga portuguesa, a Dra. Maria Helena Araújo Carreira, dissertarei aos colegas professores de Filologia ibero-franco-românica, na Universidade de Paris 8, Vincennes/Saint Denis, com a colaboração da Profa. Mestra Elaine Peixoto Araújo, então residente na Suíça.

3. M.P.R. – Que obras publicaram aqueles três missionários europeus sobre os empréstimos tupinambás aos falares do Noroeste do Maranhão nos sécs. XVII e XVIII?

A.M.A. – Os dois capuchinhos franceses que acompanharam Daniel de la Touche, ‘sieur da la Ravardiére ao Maranhão, onde pretendiam fundar a França Equinocial, foram Claude d’Abbeville, autor da *Histoire de la mission des pères capucins à l’île du Maragnan et terres circonvoisines* (Paris, François Huby, 1615), e o superior daquela ordem Ives d’Evreux, autor da obra dos dois volumes da obra *Suitte de l’histoire des choses plus memorables advennés en Maragnan, és annés 1613 & 1614*. (Paris, François Huby, 1615)

A mais importante contribuição, porém, sobre os empréstimos tupinambás aos falares do Noroeste maranhense foi a obra *Poranduba Maranhense*, do frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, que tanto amou minha terra natal, que adjudicou o topônimo Maranhão, ao seu antropônimo, como já o fizera antes o bravo capitão português Jerônimo de Albuquerque, que expulsou os franceses capitaneados por Daniel de la Touche, ‘sieur de la Ravardiére, que desejava ali implantar a França Equinocial.

4. M.P.R. – Na condição de sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, você continuará a participar dos Festivais GEIA de Literatura de São José de Ribamar?

A.M.A. – Com a ascensão do líder socialista Dr. Flávio Dino ao governo do Maranhão, não sei se o GEIA continuará a promover esses eventos. De qualquer maneira, passarei de 24/08 a 08/09 em São Luís com estes dois propósitos: o primeiro é fazer uma palestra na Academia Maranhense de Letras, onde ocupo a cadeira n.º 3, cujo patrono é Arthur Azevedo; e outra, no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, do qual sou sócio-correspondente aqui no Rio de Janeiro, com temas adequados aos interesses dos meus confrades. Como deverei passar dezesseis dias em São Luís, com a devida antecedência deverei propor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Flávio Dino, voltar a ministrar um minicurso de quarenta horas-aula, em nível de mestrado, lato-sensu, na Casa de Cultura Josué Montello, onde já ministrei cerca de uma dezena de cursos dessa natureza.

5. M.P.R. – Como, por sua iniciativa, nossa ABRAFIL celebrou um convênio de mútua colaboração com a Universidade Federal do Acre, o que você pretende fazer com isso?

A.M.A. – Caso nossa sócia corresponde no Acre, a Dra. Luísa Galvão Lessa confirme, por três dias de maio próximo, pretendemos promover na matriz da Universidade Federal do Acre, sita na sua capital de Rio Branco, o 1.º Congresso Internacional de Culturas e Línguas Sul-Americanas. Como até hoje se praticam, em nosso Cone Sul, nada menos que cento e cinquenta línguas indígenas, apesar do nivelamento da mídia em favor da língua portuguesa, pretendo abrir o evento com o meu ensaio sobre os “Empréstimos léxico-semânticos tupinambás aos falares do Noroeste maranhense, na ótica dos três missionários europeus, a que já me referi. Como já fiz outras vezes, pretendo ministrar, no campus avançado da UFAC em Cruzeiro do Sul, um minicurso de 40 horas-aula, para cerca de cinquenta docentes de nível médio, intitulado “O Acre séc. XX em verdade e na ficção, com estes quatro temas: 1.º) Os Sertões nordestinos e a Amazônia acriana na ótica de Euclides da Cunha; 2.º) Ação e reação no romance de ação Terra caída, de José Potiguara; 3.º) Técnicas impressionistas no romance psicológico Seringal, de Miguel Ferrante; e, finalmente, 4.º) Lirismo, ironia e sátira no folhetim picaresco Galvez imperador do Acre, de Márcio de Souza. Caso a editora da UFAC não deseje nem possa incluir essa obra em suas produções deste ano, ela concluirá meu livro “A língua portuguesa no tempo e no espaço, que integrará a Coleção de História do Brasil, das prestigiosas Edições do Senado Federal, ainda em 2016. Com cerca de 36 capítulos, distribuídos por cerca de 500 páginas, essa obra não só será promovida pelo Senado Federal, mas também por ele distribuída para todas as embaixadas e para todos os consulados brasileiros no exterior, mas também a todas as bibliotecas públicas de nosso país, sem qualquer ônus para mim. .

5. M.P.R. - Com que então, ao trocar a presidência executiva da ABRAFIL pela de honra, você pretende encerrar suas atividades acadêmicas?

A.M.A. – Doce ilusão de sua parte, caro amigo. Agora, que ficarei leve, livre e solto, deverei começar a tirar do fundo das gavetas os originais de meus poucos livros ainda inéditos. Um deles será o segundo volume de minhas memórias (confessáveis). “O menino do Ribeirão cresce e aparece”; e o segundo Cartas na mesa, uma seleção de minha correspondência com os meus amigos do Acre, da Alemanha, da França, do Japão e do Maranhão. Gostaria de concluir esta entrevista com os meus votos de muitas iniciativas culturais e educacionais na gestão presidida por meu amigo humanista Amós Coelho da Silva, ao qual a minha gestão fica devendo tantas atenções e gentilezas. C’est tout.

(a) Antônio Martins de Araújo.

RESENHA

Do Regional ao Universal: Epopeia dos Sertões de William Agel de Mello. Prof.^a Dr.^a Vera Maria Tietzmann Silva (UFG). Fonte: O Popular, 28/9/1999

Escritor grande e feito, fez do mito greco-latino um de seus pontos de partida. Mas sendo o mito intemporal, voltando sempre sobre si mesmo, e como a cada retorno há uma reiteração, uma nova criação, William mitifica para criar. O grande escritor não se repete.

*Repete-se o mito, que se realiza. (Junito de Souza Brandão)
O senhor vá ver, em Goiás, como no mundo cabe mundo. (João Guimarães Rosa)*

1. O sertão e o mito

Os grandes espaços abertos sempre exerceram poderosa atração sobre a mente humana, que neles vê a possibilidade de uma travessia, cheia de riscos, embora. O oceano, no século XVI, ou o espaço sideral, na segunda metade do século XX, cumprem o mesmo papel que as enormes pradarias da América do Norte, as geleiras dos polos ou os desertos e as savanas da África. Esses vazios postam-se diante do homem como ameaça e desafio, como oportunidades de testar os limites humanos (e, mesmo, de ultrapassá-los). Se essas imensidões falassem, diriam, certamente, como disse a Esfinge a Édipo: “Decifra-me ou devoro-te!” Incansavelmente, o homem enfrenta esses espaços, subjuga-os, imprime-lhes a marca de sua superioridade ou, enquanto não é capaz de fazê-lo, povoa seus vazios com as criações de seu imaginário.

O sertão inclui-se também nesse conjunto de terrenos inóspitos que o homem precisa domar e vencer, e a literatura brasileira o vem de longa data transformando em cenário e, às vezes, mesmo, em personagem de narrativas de ficção, bastando lembrar, como exemplo, as obras clássicas de um Euclides da Cunha ou de um João Guimarães Rosa. William Agel de Mello, em **Epopeia dos sertões**, retoma esse espaço, dando-lhe um tratamento diferenciado dos demais ficcionistas brasileiros, ao transformá-lo em contraponto de mito clássico greco-romano. Veremos, adiante, que a aproximação maior se faz

com a célebre epopeia **Íliada**, atribuída a Homero, e que narra os episódios diversos da guerra entre gregos e troianos, defronte às muralhas de Troia.

Ainda que a etimologia da palavra “sertão” não tenha sido definitivamente estabelecida até agora, há quem veja nela um vocábulo derivado de deserto (*deserto sertão sertão*), apoiando-se essa hipótese nos atributos de aridez, despovoamento, e travessia de viajantes que o sertão tem em comum, semanticamente, com o deserto.

Estendendo-se como uma mancha imprecisa pelo interior do país, cobrindo parte das regiões Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, marcando-se pela baixa densidade populacional e, em alguns locais, pela aspereza inóspita da vegetação, o sertão assinala a fronteira que separa dois mundos, o arcaico e o civilizado. No romance de William Agel de Mello, o recorte de sertão que se apresenta ao leitor é o cerrado goiano, reconhecível através das descrições de sua flora e fauna, bem como no modo de vida rural, o que se observa, por exemplo, na bela passagem descritiva que fecha a primeira parte do texto:

Na frente, o bacuri, com as palmas curvas sobreando o chão. Os anus-brancos bicavam larvas ou vermes na beira dos córregos ou tranqueiras. Os pequis caíam de maduros. Mijo quente de boi cheio de espuma e aquele cheiro que vinha do curral. A perdiz imitava seu canto, lá no campo sujo: fugia dos lugares altos e barrancos em forma de não cair. A andorinha voava de perfil. Arvorezão. Nem vassoura atrás da porta para mandar embora toda aquela gente. O monjolo de mão, debaixo de árvore no começo do laranjal. Os passarinhos afinavam o assobio. Em cima dos galhos: aprontando-se para outra aurora a orquestra das cigarras cantava justa em z menor. O monjolo nunca erra, como um martelo de juiz.

Mesmo reconhecendo esse espaço como goiano, enquanto imagem literária, o sertão não pode ter seus limites determinados em mapa, porque esse lugar mágico onde se desenrola a ação tem muito de concreto e um tanto de imaginário. Como diz o crítico literário Benedito Nunes, “*o Sertão fero e não manso, sem lei e guerreiro, por coisa alguma delimitado, está em toda a parte e em lugar nenhum*”.

Opinião semelhante é partilhada pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. Em sua recente obra **Memória sertão**, ele chega a comparar o sertão ao destino, quando diz:

Pois tal como o destino, o sertão é um lugar absolutamente real, desde que seja ilimitadamente indefinível. De que ele exista não deve haver

dúvidas. Mas de que ele esteja em um lugar onde a própria existência seja limitada e limitadora, eis onde o sertão não está. Tendo, como o destino, um começo e um fim, ele está por toda a parte e, então, as próprias ideias contidas em “começo” e “fim” deixam de ter um sentido. Deixam de indicar qualquer coisa: mesmo a direção de um rumo. Será por isso que, ao final, nada importará a não ser a travessia? E tornará ela o homem humano, justamente porque é o que existe entre o começo e o fim? Entre as certezas?

Entrar no sertão é retroceder no tempo, é regressar a uma época anterior às leis escritas e à ordem codificada. É um mundo de leis próprias, não raro de desmandos, de arbitrariedades e de violência. Um mundo que para o tempo e não aceita a República, como no episódio da Guerra de Canudos; ou um mundo onde ainda podem existir donzelas guerreiras e serem feitos pactos com o demônio, como no romance de Guimarães Rosa. Um mundo de homens que se expressam por meias palavras, por aforismas e frases feitas, sem os requintes ou a discursividade (e a hipocrisia) dos salões elegantes das cidades grandes.

Porém, mais do que retratar um tempo passado, poderíamos dizer que o sertão retrata um tempo fora do tempo. Neste situar-se à margem da cronologia temporal legitima-se a aproximação entre sertão e mito, proposta pelo autor em seus contos e romances. Libertando-se das amarras do tempo, a narrativa de William Agel de Mello, com as lendas, os relatos míticos, os contos de fadas e os nossos sonhos, possibilita uma leitura alegórica, um desvelamento de significados ocultos.

O mito é a tentativa humana de devassar as fronteiras de seu ser e de seu conhecimento, é uma busca de explicação para os mistérios do mundo e da alma. Como nos sonhos, o mito transforma o abstrato em concreto, os conceitos em imagens. A linguagem do mito, portanto, é eminentemente simbólica. Por detrás dos enredos ora trágicos, ora heróicos, ou até prosaicos, os relatos míticos guardam um outro sentido, que revela algo importante sobre os mistérios do mundo físico que nos rodeia, ou do mundo psíquico, que nos habita. Por isso eles continuam a exercer seu fascínio pelos séculos afora.

William Agel de Mello, ao recorrer à mitologia para compor a urdidura de suas tramas narrativas, e isso ele faz tanto em romances como em contos – dotou sua obra de um recurso que lhe garante interesse permanente e durabilidade assegurada. Veremos como ele integra elementos recolhidos do repertório da tradição clássica em seu romance que, sem esse ingrediente, seria apenas mais uma obra regionalista na literatura goiana.

2. Epopeia dos sertões, estrutura e leituras

2.1. Características gerais da obra

O romance de William Agel de Mello apresenta-se como uma narrativa contínua, escassa em diálogos, sem segmentação em capítulos e sem subtítulos ou numerações. Contudo, o autor divide a narrativa em duas partes, marcando a transição de tempo e alterando significativamente o rumo da trama e o ritmo das ações. Neste estudo, para fins de análise, porém, passaremos a considerar uma outra proposta de divisão da narrativa, mais de acordo com os elementos que nela se podem observar.

Dentre os muitos personagens que povoam a **Epopeia dos sertões**, pouco a pouco toma corpo e estatura de herói o jovem Rolando – cujo nome se apresenta também ao leitor sob diversas variações (Lando, Landim, Olandim, Eolando) – e é pelo seu papel na trama que podemos repartir a narrativa em três momentos, que são: a juventude do herói, até seu casamento, e que chamaremos de “o idílio”; a idade adulta de Rolando e sua participação nas lutas, e que identificaremos como “o combate”; e a peregrinação do herói, transformado em justiceiro, no enalço do vilão, e que chamaremos de “a vingança”. Portanto, mantendo o foco de atenção sobre o herói, analisaremos a obra nas três fases da vida de Rolando. A primeira corresponde à primeira parte proposta pelo autor e as duas últimas estão contidas na segunda parte do livro.

Como toda obra literária, este romance admite diversas leituras. O nível mais evidente, e que está ao alcance de todo leitor, é o episódico, ou o nível das ações que compõem a trama visível. O autor, porém, optou por não se limitar a esse nível superficial, compondo uma espécie de trama ternária, ao superpor outros dois níveis, o regional e o mítico, que se combinam e se entrelaçam às ações vividas pelos personagens principais.

Ao nível das ações, o leitor acompanha a trajetória de Rolando desde sua infância até sua idade madura, compartilhando seu crescimento físico, intelectual e afetivo e, depois, participando das lutas travadas por seu grupo contra os antagonistas, no episódio central do cerco à fazenda Olímpia. Finda a batalha, o leitor acompanha Rolando em sua busca de justiceiro no rastro do arqui-inimigo Virgilino. O fio da narrativa mantém aceso o interesse do leitor até o desfecho inesperado.

As notações regionais instigam o leitor a fazer uma leitura de sua própria cultura (se ele for goiano) ou de tomar contato com aspectos pitorescos de uma parte específica do Brasil (se ele for de outra região). Diferentemente do plano das ações, o nível regional não tem uma estrutura organizada com

começo, meio e fim, tampouco mantém um ritmo regular. Às vezes intensifica-se, outras quase desaparece, no intervalos das ações. Observa-se, no entanto, que a presença do regional é mais forte na primeira parte do romance, talvez pelo fato de, não estando o herói ainda em ação efetiva, existir um espaço maior a ser preenchido de outra forma. Trataremos desse nível regional na quarta parte deste estudo, intitulada “Indo além da trama romanesca”.

O nível mítico, mais sutil do que os anteriores, requer um leitor mais atento e familiarizado com a cultura clássica. Para atender às inúmeras alusões a fontes mitológicas de origem variada, é fundamental a consulta às notas acrescentadas ao final do texto, regidas pelo mitólogo e professor Junito de Souza Brandão, que foi a maior autoridade brasileira neste campo de estudos. Na análise dos conflitos entre os dois grupos adversários, que trataremos adiante no item 2.3: “O combate, ou: na força da virilidade”, será dada ênfase à atualização da *Ilíada*, de Homero, feita por William Agel de Mello.

2.2. O idílio, ou: nos albores da juventude

O romance inicia sem focalizar imediatamente aquele que desempenhará o papel central. De fato, o narrador introduz o personagem de maneira causal, como se o leitor já o conhecesse, depois de despender quase quatro páginas, em tom dissertativo, falando sobre Goiás. Em recurso que lembra um “script” cinematográfico apresenta o protagonista Rolando, ainda menino, e revela traços de seu caráter puro e amoroso através de suas ações e pensamentos:

Flagrante de uma cena típica do interior. Um horror de meninos no mato a pegar frutas, trepados na ingazeira.

A paisagem: o cerrado.

No caminho de volta Rolando viu atrás do capão seco a margaridado-campo. Catar e levar para mãe. Ela ia ficar alegre, alegre. Os outros estavam longe? Tinha importância não. Depois ele corria e os alcançava.

Em contraste, a mesma cena introduz também o antagonista do herói, o temível jagunço Virgilino, caracterizado pelo narrador como “a sombra preta”, “o Mal”, “o homem cruel”, “o guatambu enorme”, o homem, em cujos “olhos impossíveis, ele via o fogo do inferno”. Seus domínios, localizados na fronteira que separa Goiás de Minas Gerais, assemelham-se ao reino dos mortos da tradição grega. Escuro e limitado por um rio que “fediu defunto em certos trechos”, é habitado por um canoeiro encapuzado, “barqueiro sozinho,

o das curvas do rio”, versão cabocla do velho Caronte.

De pura maldade, Vigilino maltrata e humilha o menino, sem motivo ou justificativa, num contraste gritante entre a delicadeza de sentimentos de um e brutalidade gratuita do outro. Essa cena ficará gravada na memória do herói também na do leitor – e vai intensificar os motivos da peregrinação que o herói fará na última parte do livro, em busca de vingança.

A narrativa prossegue, revelando traços da personalidade do menino Rolando que, como todo herói, tem sede de aprender, não se satisfaz com os apertados limites da mediocridade e desenvolve diversas habilidades: “Landim não era menino comum”.

É nesse início da narrativa que o autor estabelece as oposições principais do elenco de personagens. Rolando e Virgilino, como vimos, identificam-se, desde sua primeira intervenção na narrativa, como o herói e o vilão, respectivamente. Contrastando com essa primeira oposição, Rolando e Auda, também desde o primeiro momento, formam o par romântico da trama. A cena em que o herói vê sua amada pela primeira vez é verdadeiramente epifânica, de deslumbramento e revelação. Observe-se como nesta passagem o narrador assume um tom emocional e desliza para a fronteira que separa o gênero épico do lírico, ao adotar os recursos próprios da linguagem do lirismo:

Rolando (...) de repente viu (...) os pezinhos mais pezinhos que ele tinha visto e ouvido. Olhou para cima e respirou o céu. Era a felicidade? Os grandes olhos grandes verdes: ela. Coração tremeu, cara suou. Ninguém na multidão, ela só. Auda ela se chamava. A presença dela era o mar.

Também a oposição maior, que reparte todo o elenco de personagens em duas facções inimigas, desenha-se nesta primeira seção do livro, imediatamente após o encontro de Rolando e Auda, constituindo uma das muitas digressões que o narrador faz interrompendo o curso das ações. Num enclave narrativo, ele remonta à antiga rixa entre as duas famílias que mandavam na cidade de Catalão, os Calaveiras e os Coelícolas, e aqui, também, imitando o procedimento do narrador do romance, cabe uma digressão de nossa parte.

Como diz um provérbio latino, o nome é um presságio. Se isso poucas vezes é verdadeiro na vida real, na ficção é uma regra. Por isso, os nomes dados aos personagens sempre merecem a atenção do leitor. Temos no cerne dos conflitos que movem a ação de **Epopéia dos sertões** os seguintes nomes: Rolando, Auda, Virgilino, Calaveiras e Coelícolas.

Rolando e Auda têm seus nomes extraídos do par romântico da

Chanson de Roland, conforme atesta Junito de Souza Brandão. O destino trágico do cavaleiro de Carlos Magno, no célebre poema narrativo francês, já antecipa ao leitor, como presságio, um destino funesto também para o herói e sua amada.

Virgilino, o vilão, tem seu nome derivado do poeta romano Virgílio, autor da **Eneida**, poema épico cuja ação inicia com o final da guerra de Troia, vencida pelos gregos. Portanto, assim como os nomes do protagonista e de sua amada, também o nome do antagonista reforça a ideia contida em um dos elementos do título do livro, que é a epopeia. Isso, se considerarmos a linha mítica das ações e, pois, das associações de ideias; se, ao contrário, nos ativermos a uma perspectiva de sertão, Virgilino será um nome fonicamente muito próximo a Virgulino, o lendário Lampião, o mais temido cangaceiro do Nordeste.

As famílias inimigas expõem seus atributos nos sobrenomes que trazem: os Calaveiras originam seu nome na palavra castelhana que significa caveira, imagem que conota morte. Como adjetivo, calaveira significa caloteiro, enganador. O terrível Virgilino faz parte desse grupo. A outra facção é a dos Coelícolas, vocábulo criado pelo autor e que significa, literalmente, habitantes do céu. Como se percebe, a divisão é nitidamente maniqueísta e repete, em escala maior, a oposição expressa pela dupla protagonista/ antagonista, vivida por Rolando e Virgilino.

William Agel de Mello utiliza toda a primeira parte como se fosse uma tela, ou um pano de fundo, para compor o cenário das ações que passam a acontecer em ritmo mais acelerado na segunda parte do romance, ao fechar-se o cerco e desencadear-se a luta.

2.3. O combate, ou: na força da virilidade

Já na primeira parte de **Epopeia dos sertões**, o leitor percebe, pela consulta às notas, que William Agel de Mello constrói sua narrativa constantemente aludindo a outras, pré-existentes a seu romance. Esse procedimento é conhecido como intertextualização, sendo largamente utilizado pelos escritores na construção de seus textos. Vejamos em que consiste esse procedimento.

No aproveitamento intertextual, ocorre uma espécie de superposição: na superfície, o leitor tem acesso ao texto que está sendo objeto de sua leitura; debaixo dele, com menor visibilidade, situa(m)-se outro(s), que ele busca descobrir. O teórico francês Genette criou os termos hipertexto (texto que está em cima) e hipotexto (que está debaixo) para se referir a esse diálogo

entre obras, que é a intertextualização. O hipertexto é o texto novo como este **Epopéia dos sertões** e os diversos hipotextos pertencem ou à tradição oral (mitos, lendas, contos de fadas, etc), ou a obras e autores importantes e conceituados. **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, por exemplo, tem como um de seus hipotextos o célebre **Doutor Fausto**, do alemão Goethe. Em outras palavras: o hipotexto, (o que está apenas sugerindo), é sempre maior, mais importante ou, pelo menos, mais conhecido do que o hipertexto (o que está nas mãos do leitor).

Por que, então, os escritores recorrem à intertextualização, se ela, por assim dizer, “faz sombra” à sua obra? Porque esse procedimento, além de evidenciar a erudição do autor, provoca o leitor a uma participação mais ativa durante a leitura. Ele precisa estar atento, com todos os seus conhecimentos a postos, para reconhecer as alusões, comparar o texto que está lendo com os outros que lhe serviram de fonte, tirando dessa comparação dados novos que irão, com certeza, dar uma dimensão mais profunda e universal à obra que lê e, por conseguinte, à sua experiência de leitor.

Vimos há pouco que William Agel de Mello se vale da intertextualização para nomear diversos personagens e, fazendo isso, induz o leitor, inclusive, a antecipar, de certa forma e com limites, o rumo das ações e o destino dos personagens. Rolando e a Auda (Roland e Aude, em francês) vivem um amor trágico na **Chanson de Roland**, clássico da literatura francesa. Por isso, sabe-se de antemão que a história de amor do protagonista de William Agel tampouco terá um final feliz. O mesmo ocorre com o vilão que, pela associação com o nome do célebre jagunço nordestino, está fadado à perseguição, para pagar por seus crimes. A intertextualização pode manter uma relação de semelhança entre hipertexto e hipotexto, como no caso desses nomes próprios; de oposição (e neste caso estará ocorrendo um tratamento irônico); ou pode trabalhar infinitas nuances de significação entre os extremos da identidade e de oposição. Sempre, porém, convida o leitor ao deciframento e lhe dá o prazer da descoberta.

Na segunda parte de **Epopéia dos sertões**, a intertextualização assume um caráter peculiar, que a torna semelhante a um palimpsesto. O **Dicionário de termos literários** assim define o palimpsesto:

Primeiramente denominados codices rescripti, códices reescritos, os palimpsestos consistiam de pergaminhos cuja escrita havia sido apagada a fim de receber outro manuscrito (...)

Quer dizer, o palimpsesto consiste num texto que se escreve todo sobre

outro texto, que foi apagado, mas cujos vestígios se conservam debaixo do texto novo. Assim, o palimpsesto, tomado metaforicamente como uma modalidade de intertextualização, constitui-se no reaproveitamento de diversos elementos de um mesmo texto. É exatamente isso que William Agel de Mello faz, ao construir o episódio da luta entre os dois grupos políticos rivais tendo por base a **Ilíada**, de Homero. O cerco à fazenda Olímpia e o cerco às muralhas de Troia constituem o elemento-chave de identificação que leva o leitor à epopeia grega. Contudo, neste romance o palimpsesto toma uma feição um pouco mais complexa.

O autor cria sua história sobre diversos hipotextos, entre os quais se destacam a epopeia grega e os evangelhos. Esses textos anteriores se deixam perceber por fragmentos, embaralham-se, adquirem novos sentidos. Como nos velhos pergaminhos reutilizados, à escrita nova agregam-se fragmentos mal-apagados das escritas anteriores. No início da segunda parte do romance, quando os jagunços decidem reunir-se, o narrador explica:

Conforme o pacto da confederação dos bandidos, nas questões de suma importância, quando um estivesse ameaçado de perder o controle do próprio território, todos tinham o dever de prestar-lhe socorro. Assim era a lei dos sertões.

Quem conhece os relatos míticos relativos à Guerra de Troia, logo reconhece nessas palavras o pacto firmado entre os pretendentes à mão de Helena, que possibilitou aos gregos se unirem como um só exército e avançarem sobre Troia, a fim de resgatar a esposa do rei de Esparta, raptada por Páris. Ocorre, porém, que, na **Ilíada**, os guerreiros unidos por tal pacto são os heróis; no romance de William Agel de Mello, são os vilões. Há, portanto, um tratamento irônico nessa intertextualização. A ironia torna-se ainda mais aguda, transformando-se em paródia, quando o narrador sugere aproximações com episódios evangélicos da paixão de Cristo, na mesma passagem narrativa:

Os treze assentados – bandidos jagunços do Estado mais os outros em pé, malfazejos (...) Virgilino no centro, o último a sentar-se à mesa, de costas para o quadro da “Santa Ceia”, tomando ventura com o Diabo.

O chefe dos jagunços, então, caracteriza-se como um anticristo, a suprema manifestação do Mal. Esse substrato cristão – ainda que trabalhado “pelo avesso” na caracterização do jagunço Virgilino, vai articular-se com

o desfecho da trama, também calcada sobre valores do cristianismo e, pelo contraste entre vilão e herói, servirá de reforço à exaltação do protagonista, conforme veremos em 2.4. “A vingança, ou: na sabedoria da experiência”, seguinte etapa desta análise.

Aliás, os dois grupos beligerantes são descritos maniqueisticamente, já no início deste segmento narrativo: sentado na ela direita do bar, o partido branco, com a insígnia do gavião; na esquerda, o partido negro, com a insígnia do lobo. “Os dois bandos, irreconciliáveis pela própria natureza como o *bem* e o *mal* situam-se em territórios delimitados” (grifo meu), explica o narrador.

Na perspectiva hebraico-cristã, o líder Virgilino aparece como aliado do demônio; na perspectiva da tradição greco-latina, encontra seu contraponto mitológico no sangrento deus da guerra, Ares, rebatizado pelos romanos com o nome de Marte, paralelismo que se percebe nas entrelinhas do texto: “Virgilino dava as ordens, era o chefe no comando, regia. Tomou ares de guerra a seguiu a direção do vento, marcial, invocando o deus da violência, movido por força maligna”. Na Guerra de Troia, segundo relata Homero, os deuses tomam partido e, mesmo, chegam a intervir nos combates. Ares, por exemplo, é um dos deuses aliados de Troia, a cidade sitiada (que neste romance tem seu contraponto na fazenda Olímpia, cercada pelos partidários de Virgilino), o que confirma a liberdade com que William Agel de Mello trabalha o mito grego em sua obra.

De acordo com o mito, o motivo da guerra entre gregos e troianos foi a rapto de Helena. Se o autor tivesse optado por apenas atualizar os aspectos periféricos do relato mítico, poderia ter criado uma situação semelhante em torno da bela Auda. Contudo, conhecendo a rudeza da vida do sertão e a tradição de poder centralizado que impera nesses espaços, William Agel preferiu reinventar o mito. Sabendo que no sertão a paixão pela política é mais avassaladora do que a paixão amorosa, faz eclodir a guerra entre os partidos branco e negro a partir de um motivo político e fútil: uma briga de bar às vésperas da eleição. Atacar à traição é o que o decidem os negros, e rumam ao reduto do partido branco. “A fazenda Olímpia como uma cidade sitiada. Fizeram o cerco; o laço apertava”. O narrador do romance interrompe a descrição das escaramuças e estratégias de guerra de ambos os lados para introduzir um novo personagem-narrador, sugerindo o artifício da história-dentro-da-história.

O cronista Demódoco, testemunha ocular dos acontecimentos, descrevendo os horrores da guerra, imortalizou as passagens mais cruentas da peleja. Na qualidade de observador, guardando distância

conveniente, media a força dos adversários e avaliava as possibilidades reais de cada bando. Em posição privilegiada para assistir às investidas das duas facções, acompanhava com binóculo o desenrolar dos acontecimentos, na expectativa. “A ver quem pode mais.”

Demódoco é um personagem que o autor recolheu da **Odisseia**, onde aparece como cantor em vários festins e banquetes. É uma espécie de Homero atualizado, que mantém o distanciamento próprio ao narrador épico, sem se envolver emocionalmente com a matéria relatada, e que cobre igualmente as ações de ambas as partes, dispondo de um moderno binóculo para sua observação. Esse novo Homero, que retorna várias vezes no decorrer da batalha, reforça os laços com o substrato mítico do romance. Por outro lado, o binóculo (que garante uma visão mais acurada dos acontecimentos), assim como a existência de uma crônica dessa guerra, conferem verossimilhança à narrativa, que passa a contar com a palavra e o aval de dois narradores, o do romance e o cronista Demódoco, “testemunha ocular dos acontecimentos”.

O primeiro confronto corpo a corpo entre os dois grupos de antagonistas constitui-se numa grande carnificina, como ocorre também com a primeira batalha da **Ilíada**, e o narrador, antes de entrar em pormenores, assim resume o fato:

O que aconteceu o que não aconteceu, o inenarrável. A luta para prolongar-se até o aniquilamento total de uma das partes litigantes. Era fogo por tudo quanto é lado. Tiro estourava e riscava de claro a noite. Os estragos da guerra. Fedor de carne esturrada e de cavalo morto, apodrecendo; gritos de dores; lancinantes brados. Aquele combate não perdoou...

O desenrolar da batalha em **Epopéia dos sertões**, como na **Ilíada**, traz à cena um grupo de heróis guerreiros, e não um único herói em destaque, Rolando, cujo perfil de protagonista se vinha desenhando na primeira parte do romance, desaparece em meio a tantos nomes e tantos rostos, confundido na multidão de personagens em luta. A sucessão dos ataques, ora favorecendo um partido, ora o outro, entremeados por breves intervalos de trégua para supultamento dos mortos, reprisa o desenrolar dos feitos da **Ilíada**. O tratamento maniqueísta que vinha sendo dado aos grupos rivais se dilui bastante, e cenas de bravura podem ser observadas nos dois acampamentos. Concorre para isso a maneira como William Agel de Mello procede à intertextualização do material mítico.

Os nomes mais conhecidos da epopeia de Homero – Menelau, Aquiles, Ajax, Agamêmnon, Ulisses, Pátroclo, entre os gregos; ou Páris, Príamo, Hécuba, Heitor, Eneias, Andrômaca, entre os troianos não estão explícitos em **Epopeia dos Sertões**. Contudo, podem ser notados traços de suas personalidades e ações no comportamento de outros personagens, que tanto podem pertencer a uma facção política, como a outra. Bravura e covardia, misericórdia e crueldade, sensatez e ira distribuem-se igualmente nos dois lados em conflito. O autor, com esse procedimento, que contraria a nitidez com que anteriormente marcara os antagonistas com os rótulos do Bem e do Mal, parece sugerir ao leitor que a guerra, em si, é insana e que o sofrimento não tem cor nem partido.

Nesse procedimento, percebe-se a intertextualização à maneira de um palimpsesto, onde fragmentos desses personagens emblemáticos vêm à tona, como se fossem borrões mal-apagados do texto que ficou por baixo. Outros nomes buscados entre personagens secundários das epopeias homéricas ou, mesmo, de outros relatos míticos, como Dânao, Alcides, Agenor, Antenor, Diomedes, Leandro, Alceu, Nestório são reaproveitados pelo autor com grande liberdade.

Cenas marcantes da **Ilíada**, como a cólera de Aquiles, os funerais de Pátroclo e a morte de Heitor podem ser reconhecidas, em seus traços principais, nas ações de combatentes de um e de outro partido. Virgilino, o líder dos invasores, à semelhança de Agamêmnon, recusa-se a desistir do cerco; como Menelau e Aquiles, que se bateram em lutas individuais contra Páris e Heitor, respectivamente, Virgilino propõe “um duelo de morte entre ele e o mais forte dos adversários”; e como Aquiles, é ferido no calcanhar.

Na discussão entre o chefe dos jagunços e Alcides”, “indômito, dono de força colossal”, pode-se entrever parte do episódio da cólera de Aquiles e, na sequência, a atuação apaziguadora do velho comandante Gerênio sugere a intervenção do veterano Pátroclo no conflito. O argumento de Gerênio era a favor da união entre os mesmos partidários, mas, reforçando a alusão à **Ilíada**, o narrador comenta: “Nenhum dos dois depôs a cólera, instalada no fundo do ser”. Como Aquiles, no poema homérico, o teimoso guerreiro Alcides desdenha diversas tentativas de aproximação.

A guerra atinge o clímax com a invasão da sede da fazenda Olímpia não pelo artilheiro do cavalo de pau, como na **Ilíada**, mas pelos fundos da casa, através da porta malguarnecida de vigilância. Os do partido branco, alertados, reagem e decidem a guerra a seu favor. Entre os mortos, encontra-se Auda, colhida por um disparo de Virgilino. A cena do velório é densa de emoção e marca a transição da segunda para a terceira parte da trajetória de Rolando,

que aparecerá, cada vez mais, com o nome alterado para Eolando, retomando um papel ativo na trama.

2.4. A vingança, ou na sabedoria da experiência

Morta a esposa Auda, Rolando parte em busca de vingança. Mais do que vingador, ele se considera um justiceiro. Jurou somente voltar à fazenda Olímpia trazendo “a cabeça de Virgilino no saco, sangue pingando, arrastada no chão”. Os elementos que se agregam ao personagem, a menção às três feiticeiras do inferno, o talismã com “uma figura de homem com capacete, com asas de ambos os lados”, seu cavalo Crisaor, que “parece que tinha asas”, a decisão de capturar o vilão sutilmente compõem a imagem de Perseu, o herói mítico matador da Medusa.

A peregrinação de Rolando se desenrola por semanas, meses, anos, varando os ermos e as cidades de Goiás, numa travessia solitária, de penitente. O Landim menino, depois Rolando guerreiro, transforma-se em Eolando, o que anda no vento em seu cavalo alado. Pelos lugares que passa, pergunta por Virgilino; dele ninguém sabe notícia. Encontra um seu capanga, com o qual se bate um duelo e sai vencedor. É a preparação, o teste para a grande luta que terá à frente.

Adere à comitiva que conduz uma boiada sertão afora, até seu destino. Segue viagem sozinho, até Planaltina. Lá, numa taverna, ouve um cantador popular que “pegou a cantar um toada que ele próprio compusera sobre os trágicos acontecimentos da guerra na fazenda Olímpia”. A reação do herói leva-o a ser reconhecido pelos presentes. Essa é uma cena típica de poemas épicos, e pode ser encontrada, por exemplo, na **Odisseia**, de Homero, quando

Ulisses ouve suas próprias aventuras cantadas por um poeta durante um jantar, na ilha dos feácios. Na taverna se encontra também um jagunço do bando de Virgilino e repetem-se o desafio, o duelo e a morte do bandido, preparando-se o clima para o confronto final.

Um imprevisto, como um anticlímax, muda súbito o rumo e o ritmo das ações: Eolando é subjugado por um grupo de oito jagunços de Virgilino. Consegue safar-se, mas muito ferido, encontra abrigo na morada de três velhas irmãs fiandeiras. Vínculos com a mitologia clássica, presentes ao longo de todo o romance, reiteram-se nessa passagem. As três irmãs são em tudo semelhantes às Parcas, que na cultura grega regulam a vida dos homens. Uma tece o fio da vida, a segunda mede sua extensão e a terceira o corta, quando é chegada a hora de sua morte. Entre chás, banhos medicinais e conselhos, Eolando cura o corpo e revigora o espírito, saindo de lá pronto para cumprir seu destino.

A peregrinação prossegue, pelos caminhos de Goiás, até o dia em que encontra “Siá-Moira velha moça”, personificação da Morte, que o faz ver o verdadeiro sentido da vida e a vacuidade da vingança. Depois dessa revelação, Eolando finalmente defronta-se com Virgilino, não o feroz jagunço da guerra ocorrida na fazenda Olímpia, mas um pobre diabo, vinte anos mais velho: “banguelo, zarolho, papudo e babão, sumido em enfermidades”. E refletiu:

Estranho animal, o homem. Cheio dos maiores defeitos, mas capaz de abrigar as mais sublimes virtudes como o perdão, por exemplo. O apequenamento ou a grandeza do ser humano.

O périplo de Rolando/Eolando, que iniciaria sob o signo guerreiro e mítico da missão justiceira a cumprir, encerra-se numa perspectiva, humanista e cristã, que substitui a vingança pelo perdão. A paródia contida na aproximação entre Virgilino e Cristo, no início da segunda parte do romance, é lembrada neste final inesperado, dando ao herói uma dimensão mais elevada, porque de acordo com os valores de humanismo e de solidariedade defendidos pelo cristianismo.

3. Indo além da trama romanesca

Paralelamente às ações que compõem o nível episódico do romance, o autor vai entremeando personagens e situações buscados, por analogia, na tradição clássica, especialmente na mitologia grega, e na mitologia nórdica, e vai, também cumprindo cor local à sua narrativa através de diversos expedientes.

É interessante observar que essas suas linhas interpretativas, a mítica e a regional, que ladeiam o enredo, atuam como forças opostas. Por um lado, os personagens e as situações buscadas na mitologia puxam a narrativa para fora da marcação espacial e temporal. As ações adquirem, então, um sentido alegórico, ou exemplar. Como ocorre nas histórias de fadas, por exemplo, também neste romance o leitor pode fazer uma leitura simbólica, que ultrapassa o nível das ações. Por outro lado, os dados regionais presentes na obra situam os acontecimentos narrados num tempo e num espaço reconhecíveis, datáveis e, até certo ponto, localizáveis geograficamente. Portanto, essas duas linhas se entrecruzam tensionando a trama em direções opostas que equilibram o regional e o universal.

Vimos que Rolando entra em ação com algum atraso. O retardamento de sua entrada deve-se à preocupação do narrador em situar o cenário onde as ações irão acontecer, detendo-se, mesmo, em aspectos históricos de domínio

geral, como as façanhas do bandeirante Anhanguera, tipo semilendário, considerado fundador de Goiás. Essa preocupação do narrador faz com que ele hesite entre o verso e prosa e assuma um tom dissertativo em linguagem denotativa.

A primeira parte, relativa à meninice e à juventude de Rolando, é pródiga em notações regionais. A localização geográfica, a descrição e a história da cidade de Catalão podem ser conferidas em várias passagens. Alusões e atividades profissionais (“Campo Limpo, ponto de tropeiros e carreiros”), sugerem o tipo de economia que domina esta sociedade de modelo arcaico. Os animais e a vegetação do cerrado insinuam-se entre as ações vividas por Rolando, e mesmo o diminutivo de seu nome (Landim, Olandim) aponta para o modo característico do falar goiano. Além disso, o leitor reconhece, a cada momento, aspectos diversos da cultura do Centro-Oeste, como, por exemplo, as festas populares, sempre relacionadas ao calendário litúrgico:

Era tempo de reisado. As folias percorriam os pousos em derredor cobrando esmolos para a festa. De repente, a cavalhada. Cristãos e Mouros, entre lutas, para impor a fé. O alferes vem cantando “Sor dono da casa...” entregando a bandeira do santo, por cavaleiros guardada em presépio. Adufes rouquejam e tambores, com clavinotes e roqueiras.

A convivência harmoniosa entre a tradição católica trazida ao Brasil pelos portugueses e as celebrações de origem africana incorporadas pelos escravos também comparecem, dando o matiz de brasilidade desta região do país:

Era chegar o primeiro domingo de outubro, e o povo a rezar. Todos saíam às ruas para festejar Nossa Senhora do Rosário, padroeira, com danças e romarias. Em frente da Casagrande os cordões dos moçambiques para ensaiar o derrenge completo: apareciam de camisola branca, cinta de seda alaranjada, chocalhos nos tornozelos (...)

Os congos vestiam túnicas verdes, enfeitadas de muitas rendas, calças vermelhas e capacetes redondos com listas. Por cima das vestes pendiam vidrilhos, espelhos, guizos, como escamas grandes prateadas luzindo ao sol. Meias brancas compridas com laços, fechadas no Joelho. Do coro, em requebro congado: “Bença, mia mãe”(...).

O bispo ia passar por lá, dar bênção geral e celebrar a santa missa. Os da Ação Católica tinham preparado um caminho de rosas, até a cadeira ao lado do altar de Maria, onde os fiéis ajoelhados beijariam o anel episcopal.

A festa de Trindade e a história de Santa Dica também são reveladas ao leitor neste livro. Muitos outros detalhes ajudam a compor a cor local que identifica Goiás como o cenário das ações de **Epopéia dos sertões**, como o fascínio por histórias de assombração contadas ao pé do fogo ou a culinária goiana, na descrição do cardápio da festa do casamento de Rolando e sua amada Auda: “arroz com pequi e frango, capado com pimenta cumari. Tacho de rapadura mais farinha de mandioca e pinga januária com murici”. As ervas medicinais, as mezinhas e simpatias curativas também compõem, na parte final da narrativa, quando o herói busca abrigo e medicamento na choupana das três velhas:

Ferviam folhas de fumo bravo para aplicar nas partes doloridas e desinchavam-nas com banhos e cozimentos de canforeiro. Preparavam sementinhas de quioiô tiradas da cerca (...) As feridas curavam-lhe com cipó-de-leite. Raiz de quina para as febres e sangue-de-cristo.

Qual o propósito que moveu o autor a abrir um espaço tão significativo em seu romance para os aspectos regionais de seu Estado? Vimos que o narrador repassa os fatos ao leitor sem muita pressa, recheando-os de digressões antes de chegar aos personagens e a seus conflitos. Como consequência, a trama se obscurece e se minimiza, relegada, em muitas passagens, ao segundo plano. Se, com isso, o enredo perde em força atrativa, em compensação, preserva-se o mundo sertanejo nesses hiatos. É aí que o narrador intruso toma a palavra e disserta, descreve, comenta, adotando, frequentemente, o modo de ditos sentenciosos, como em:

Assim é a vida dos mortais – como um sopra.
 O destino jogava certo: fogo e palha se encontravam.
 A grande certeza da vida é a dúvida.
 Todo lugar pode ser inferno.
 Saber perder é aprender a ganhar.

Através do narrador e dos personagens, William Agel de Mello traz ao leitor o mundo sertanejo, com seus valores e princípios morais, seus costumes e superstições. O sertanejo aprende, com a sabedoria herdada dos antepassados, lições aprendidas duramente na escola da vida. Por isso, empenha-se em preservar e seguir a tradição herdada, que aparece neste romance sob muitas

faces: são as lendas e credices folclóricas próprias da região, como o Romãozinho e o Negro d'Água; o catolicismo de tintas populares, com as festas de Nossa Senhora do Rosário, os ternos de reis, as congadas e moçambiques; a hierarquização rígida nas relações familiares e políticas; a medicina popular, baseada na rica flora regional; as rixas envolvendo linhagens familiares e facções políticas.

Ao colocar a mais rica e significativa tradição cultural do Ocidente, que é a cultura grega – aqui representada por fragmentos de seus relatos míticos lado a lado com fragmentos do mundo sertanejo brasileiro, buscado em seu passado de menino em Catalão, o autor demonstra sua preocupação com a preservação da memória cultural. É pela preservação da memória que um povo é capaz de reconhecer-se único, de ter uma identidade distinta, de definir-se como cidadão. Nestes termos de globalização, todos nós corremos o risco de esquecermos quem somos, de onde viemos e a quem devemos o estádio cultural que pudemos atingir, seduzidos que estamos pelo canto das sereias da tecnologia, submetendo-nos, sem o percebermos, a um novo processo de colonização. **Epopéia dos sertões**, de William Agel de Mello, transitando entre o regional e o universal, dá a sua parcela de contribuição para que não se perca de memória nem a cultura grega, nem o sertão goiano.

HOMENAGEM PÓSTUMA

Na sessão de 7.11.2015, na UERJ, no 11.º andar, no auditório D, a ABRAFIL prestou homenagem póstuma a MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA. De início, a acadêmica Cilene da Cunha Pereira saudou a família de Maria Emília Barcelos da Silva, dizendo que tinha uma extrema afinidade com a homenageada e mais: “Apesar de aparentemente tão diferentes, tínhamos profunda afinidade. Conhecemo-nos em 1978, no curso de Lexicologia, ministrado pela professora Margarida Basílio na Faculdade de Letras da UFRJ, ainda na Avenida Chile. Desde essa data acompanhamo-nos afetiva e intelectualmente, ora em convívio quase diário ora apartadas, mas a afeição e a afinidade conservamos por toda a vida. É difícil afirmar o que da personalidade de Maria Emília mais seduzia os que tiveram o privilégio de sua convivência: a professora, a linguista, a filóloga, a inteligência viva, o humor, a ironia, a capacidade ímpar de trabalho, a solidariedade, a fraternidade.” A seguir, o Prof. Manoel P. Ribeiro expressou sua amizade, desde 1999, quando a ilustre acadêmica assumiu sua cadeira na ABRAFIL. Foi presidente de uma palestra da Prof.^a Maria Emília, que dissertou sobre a *Linguagem dos pescadores de Cabo Frio*. Desde então, a convivência na Academia revelou uma Mestra séria, competente e dedicada ao extremo. De um artigo de Maria Emília, o Prof. Manoel extraiu e publicou na Gramática Aplicada uma conceituação de léxico que bem demonstra a capacidade da autora. O artigo se intitula *O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia* (em Língua Portuguesa em debate, 1999, 142). Prosseguindo, o Prof. Martins passou a palavra para a filha Tháís Helena Barcelos da Silva, que expressou uma profunda saudade por sua genitora, lembrando o convívio familiar, a orientação firme e a pesquisadora incansável. Também o filho Otávio Henrique Barcellos da Silva manifestou seu pesar, afirmando: “Prezados acadêmicos, senhores e senhoras, boa tarde Nós da família da Professor Maria Emília agradecemos esta demonstração de carinho e afeto da Academia, cuja afiliação e participação em sessões lhe eram uma fonte constante de profunda alegria e satisfação. A sua falta nos torna mais tristes. Contudo o apreço de seus pares, a lembrança de sua dedicação, amor e exemplo nos fazem ainda mais fortes, confiantes e unidos, para seguirmos em frente, superamos os eventuais desafios da longa jornada diante de nós e celebramos sua memória com saudade e alegria Obrigado e felicidades!” Finalmente a professora Lúcia Deborah Ramos da Cruz, da UERJ, homenageou a antiga Mestra na UFRJ, dizendo que aprendeu muito com a professora Maria Emília, o que a deixou preparada para exercer o

magistério superior. Lembrou, ainda, a produção de um DVD sobre as poesias de Mário Quintana, que aparecem na voz de Maria Emília. A professora Lúcia Deborah distribuiu várias cópias à família e a alguns presentes à sessão.



As professoras Cilene Cunha Pereira e Maria Emília Barcellos da Silva, acompanhadas do professor Manoel Pinto Ribeiro.

MEMÓRIA

SERAFIM PEREIRA DA SILVA NETO

(Ilha do Governador, 06.06.1917 – Rio de Janeiro, 23.09.1960.



Fotografia de Serafim da Silva Neto
[Leodegário A. de Azevedo Filho
(org.), *Estudos filológicos (Homenagem
a Serafim da Silva Neto)*, p. 5]

Conta-nos Albino de Bem Veiga (“Serafim da Silva Neto”, Leodegário A. de Azevedo Filho (org.), *Estudos filológicos (Homenagem a Serafim da Silva Neto)*, pp. 9-31) que, tendo Serafim da Silva Neto escrito a José Leite de Vasconcelos a pedir-lhe a referência de um livro de Hugo Schuchardt, lhe respondeu assim um Leite quase octogenário: “Agradeço a promessa de seu *Latim vulgar*. O que não é vulgar é latinidade em rapazola de 19 anos”. Na verdade, *Fontes do latim vulgar (O Appendix Probi)*, publicado em 1938, escreveu-o Serafim ainda aos 17. Também precoce foi a constituição da sua biblioteca pessoal - “era mais que um bibliófilo; era um bibliólatra” (Sílvio Elia). As muitas leituras - em alemão (Hugo Schuchardt, Jakob Jud, Karl Jaberg), em francês (A. Meillet), em português (Said Ali, Leite); de grego e de latim - é que formaram mais este filólogo autodidata; e, através de Ismael de Lima Coutinho, seu professor no liceu, conheceu Manuel Said Ali e Antenor Nascentes. Inexistente então a Faculdade Nacional de Filosofia, onde já aprenderiam os linguistas que se lhe seguiram, licenciou-se em Direito; depois é que, a convite de Ernesto Faria,

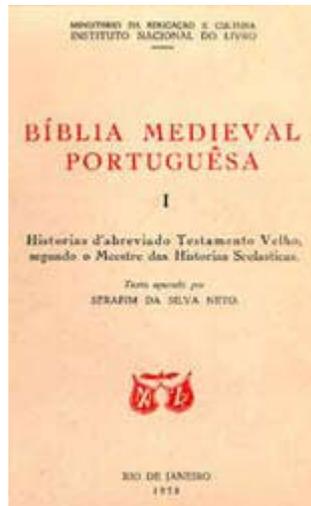
se tornou assistente de Língua e literatura latinas na recém-criada Faculdade de Filosofia. Pela mesma faculdade se doutorou em Letras. E aí concorreria à cátedra de Filologia Românica. Tendo esta sido atribuída ao Padre Augusto Magne, que igualmente se candidatara e era mais velho, Silva Neto só depois da morte de Magne se tornou o proprietário interino, até ele mesmo falecer, quando tinha apenas 43 anos. Nos dois últimos anos lecionara na Faculdade de Letras de Lisboa.

Em “A contribuição filológica de Serafim da Silva Neto” (Leodegário A. de Azevedo Filho (org.), *Estudos filológicos (Homenagem a Serafim da Silva Neto)*, pp. 231-262), Sílvio Elia destaca a variedade da bibliografia de Neto: “dedicou-se à leitura e interpretação de textos arcaicos; à análise dos fatos histórico-sociais que condicionam os fenômenos linguísticos; às pesquisas etimológicas; às indagações de campo; ao estudo das palavras e das coisas. Era igualmente perito na Filologia Portuguesa e na Românica e conhecia como pouquíssimos o português do Brasil” (p. 233). Conforme Bem Veiga, repartiremos as principais peças da obra de Silva Neto por três grupos temáticos. São obras que se ocupam do latim vulgar o citado comentário ao *Appendix Probi (Fontes..., 3.ª ed.: 1956)* e a *História do latim vulgar (1957)*, para não pôr no mesmo grupo a *História da língua portuguesa*, que afinal também trata o assunto em centenas das suas páginas. Mas a *História da língua portuguesa (1952-1957; 2.ª ed., 1970)* - “a sua obra mestra”, “esforço enorme para ordenar materiais dispersos por numerosas publicações, algumas raríssimas, com pesquisas e interpretações pessoais do autor. É desigual, e explica-se pelas condições que envolveram sua redação, sustada largo tempo depois de aparecido o fascículo 8.º, em virtude de delicadíssima operação a que teve de submeter-se o saudoso professor e, principalmente, da trágica morte do seu filho mais velho.

Os capítulos referentes aos séculos XVII, XVIII e XIX foram escritos, penosamente, com a finalidade de não prejudicar por mais tempo, com o trabalho inconcluso, o benemérito editor” (Celso Cunha) - fica melhor como cabeça de um grupo de referências em torno da filologia portuguesa e da história; neste grupo estaria ainda o *Manual de filologia portuguesa (1952; 2.ª ed.: 1957)* - de que muito nos serviremos nestas notícias -, que é sobretudo relance da história da linguística portuguesa depois de 1868 (a data em que, no seu *A philologia portuguesa*, punha Leite de Vasconcelos o início da filologia científica em Portugal); na segunda parte deste livro e também em *Textos medievais portugueses e seus problemas (1956)*, Serafim da Silva Neto, em alusões ricas de informação, aponta assuntos de investigação a fazer e dá achegas para uma didáctica da filologia; ainda neste grupo, citem-se as

miscelâneas de artigos *Ensaio de filologia portuguesa* (1956) e *Língua, cultura e civilização. Estudos de filologia portuguesa* (1960), e as edições de textos (*Diálogos de São Gregório*, fascículo 1, 1950; *Bíblia medieval portuguesa*, 1958; uma versão da Regra de São Bento, 1959-60). Finalmente, uma terceira direção dos interesses de Silva Neto, o português do Brasil e a dialectologia, pode ficar ilustrada através da coletânea de estudos *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950). Serafim da Silva Neto fundou e dirigiu a *Revista Brasileira de Filologia*.

(APUD Instituto Camões.pt/hlp/biografias/sneto. Html)



Capa de uma das edições por Serafim da Silva Neto, *Bíblia Medieval Portuguesa*

REVISTAS FILOLÓGICAS – A UTILIDADE DOS ÍNDICES ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO

Para ficarmos apenas em nosso país e nos fixarmos nos meados do século que acaba de findar-se, impõem-se duas palavras sobre a utilidade de uma pesquisa como esta para o grande público.

Apesar do título, a Revista Filológica, fundada, mantida e dirigida em sua quase totalidade por Rui Almeida, ultrapassa os limites da pura Filologia. Inserida na tradição da Revista de Cultura, do padre Tomás Fontes, abarca, entre outras ciências sociais, a História, a Etnografia, o Folclore, a Crítica Literária e a Crítica Estilística, a Linguística Histórica.

Antes daquela, a partir dos anos dez, a carioca Revista de Língua Portuguesa, relativa ao idioma e literatura nacionais, dirigida por Laudelino Freire, experimentou longa existência e reuniu grandes nomes de nossas letras. Secundou-a, em S. Paulo, a Revista de Filologia Portuguesa, fundada e dirigida por Sílvio de Almeida, e continuada por Mário Barreto, com numerosa colaboração complementar de filólogos estrangeiros.

Nos anos dourados, a Filologia era o máximo na área das letras. Em sua segunda fase, a RF ombreou-se no gênero a, pelo menos, dois outros periódicos paulistas e um carioca. Antes dela, em 1953, o Jornal de Filologia, de iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Em 1955, quando do número inaugural da 2.^a fase da RF, a Livraria Acadêmica, do Rio de Janeiro, iniciou a publicação da Revista Brasileira de Filologia, dirigida por Serafim da Silva Neto. Aquela livraria editora chegou a manter a coleção Biblioteca Brasileira de Filologia, que reuniu obras de importantes filólogos da época. Depois dela, o Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos, que chegou aos anos 60.

Neste fim de século, em que a Linguística Histórica, ainda que em outros moldes, vem recuperando seu prestígio, os estudos diacrônicos retornam à ordem do dia. Sendo considerável a quantidade de vocábulos cuja história é estudada a fundo pela RF, tornou-se ela fonte utilíssima de consulta a todos os que se dedicam a esses estudos: professores de português, universitários da área de letras, comunicadores de todos os veículos de massa e especialistas nas ciências sociais. Como são pouquíssimas as bibliotecas públicas que possuem a coleção completa desse periódico – a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo –, estes Índices se constituem uma ponte para futuras e eventuais consultas.

NOTICIÁRIO

PREMIAÇÃO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Em 17 de julho de 2015, a Academia Brasileira de Letras premiou vários escritores. Os professores Antônio Martins de Araújo, Manoel P. Ribeiro e Amós Coelho da Silva estiveram presentes à solenidade, ocasião em que cumprimentaram o Prof. Dr. Roberto Acízelo de Souza, que recebeu o prêmio Machado de Assis por sua atuação na crítica literária.

Na primeira foto, Os professores Acízelo, Martins e Amós, após a cerimônia,



EVENTO DE JULHO – PROGRAMAÇÃO E FOTOS

PROGRAMAÇÃO

22.7.2015

14,00 h: Abertura.

14,15 h: O ENSINO DE GRAMÁTICA - PROF. DR. EVANILDO BECHARA.

15,30 – Intervalo.

15,45h: BANDEIRA E DRUMMOND: A ARTE DE PERDER. - PROF. DR. ANTONIO CARLOS SECCHIN.

23.7.2015

14,00 h: O ENSINO DE REDAÇÃO E O EXAME DO ENEM – aspectos gramaticais, semânticos, lexicais, estilísticos e ortográficos – PROF. DR. MANOEL P. RIBEIRO

15,30 – Intervalo.

15,45 h: O ROMANCE A CIDADE DO HOMEM, DE AMADEU LOPES SABINO, E A FIGURA DE ANTÔNIO DINIS DA CRUZ E SILVA – PROF. DR. ROBERTO ACÍZELO.

24.7.2015

14,00 h: O ROMANCE DOM CASMURO DE MACHADO DE ASSIS – PROF. DR. MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

15,30 – Intervalo.

15,45 h - A POESIA E A CRÔNICA DE DRUMMOND SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO – PROF. DR. GILBERTO MENDONÇA TELES.



Na primeira foto, o Prof. Ricardo Cavaliere faz a apresentação do Mestre Bechara. A seguir, os professores Antônio Martins de Araújo e Tânia Mara Saliés, Vice-Diretora de Letras da UERJ.

Na outra, vemos o Prof. Martins, o palestrante Antonio Carlos Secchin, da ABL, e o Prof. Amós.





Na primeira foto, os professores Antônio Martins de Araújo, Roberto Acízelo (palestrante) e Francisco Venceslau dos Santos.

Na segunda, da esquerda para a direita, Amós C. da Silva, Roberto Acízelo, Antônio Martins fazendo a apresentação de Manoel P. Ribeiro





Na primeira foto, observam-se Amós C. da Silva, Gilberto M. Teles (palestrante), Antônio M. de Araújo e uma professora visitante.

Na segunda, o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, Amós Coelho da Silva, Antônio Martins de Araújo e Luiza Lobo.



PALESTRA DE 22.8.2015

Em 22.8.2015, o Prof. Ricardo Cavaliere dissertou sobre “Filólogos cariocas: da gema, da clara e por adoção”. Homenagem aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. O texto, em homenagem aos 450 anos do Rio de Janeiro, traça um breve comentário sobre os filólogos que, nascidos em outras cidades brasileiras, foram acolhidos pela Cidade Maravilhosa: os cariocas por adoção. Há, sem dúvida, filólogos expressivos nascidos no Rio de Janeiro, tais como Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) e Serafim da Silva Neto (1917-1960). Entretanto, como o Rio tem a tradição de acolher a todos de braços abertos – e isso, diga-se, bem antes do icônico Cristo Redentor – a história dos estudos linguísticos brasileiros revela-nos serem muitos os filólogos cariocas nascidos em outras paragens, digamos “cariocas de coração”, adotados por esta cidade que a tudo resiste com denodo e resiliência. O Prof. Cavaliere citou o nome de muitos filólogos, ressaltando que não poderia nomear todos, realçando, por fim, os trabalhos de Celso Cunha e Walmírio Macedo.



À esquerda, o Prof. Ricardo Cavaliere, seguido de Antônio Martins e Manoel P. Ribeiro.



Em 26.9.2015, a Prof.^a Luíza Leite Bruno Lobo palestrou sobre o tema ARTE E CULTURA NA AMÉRICA LATINA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO, afirmando que “este ensaio discute as condições de permanência e até sobrevivência da literatura, com especial ênfase na literatura brasileira e latino-americana, no período pós-moderno. Discute uma nova noção de cânone literário e cultural contemporâneo, com base numa mentalidade não metafísica, na verdade pragmática, de acordo com Richard Rorty. Focaliza as novas tecnologias e tendências que chegam ao Brasil, oriundas de outras culturas, provocando a criação e a circulação de novas tendências. Em conclusão, discute as possibilidades de resistência e de sobrevivência da arte e da literatura no Brasil e na América Latina”

A ACADEMIA VAI ÀS UNIVERSIDADES

Em prosseguimento a esse projeto, o Prof. Manoel Pinto Ribeiro esteve em 30.10.2015, às 19,00 h, na UNISUAM, universidade em que foi um dos fundadores do curso de Letras, em 1972. O acadêmico trabalhou ali durante trinta e três anos.

Na UNISUAM, nosso confrade foi recepcionado pelo Diretor Jorge França e pelas professoras Fábila dos Santos Marucci e Ercília Bitencourt Dantas, dentre outros colegas. Com a presença de 200 alunos da instituição, o Prof. Manoel P. Ribeiro dissertou sobre as estratégias para compor uma dissertação escolar. No final, o diretor Pascoal Pedro Sava agradeceu a presença de todos

e o esforço dos professores para desenvolver encontros culturais de grande interesse,



O Prof. Manoel P. Ribeiro disserta na UNISUAM, em 30.10.2015.
À direita, Fábيا dos Santos Marucci, seguida dos professores Ercília Bittencourt Dantas e Jorge França.



O Prof. Jorge França entrega o certificado ao Prof. Manoel P. Ribeiro.



O Prof. Pascoal Pedro Sava que agradeceu aos professores de Pedagogia a organização do evento com cerca de duzentos alunos presentes.

HOMENAGEM PÓSTUMA A MARIA EMÍLIA BARCELOS DA SILVA

Na sessão de 7.11.2015, a Academia prestou homenagem póstuma a Maria Emília Barcelos da Silva. Estiveram presentes o viúvo DARZAN NETO DA SILVA E VÁRIOS FAMILIARES. Na seção MEMÓRIA PÓSTUMA desta revista relatamos grande parte dessa homenagem.



À direita, o viúvo DARZAN NETO DA SILVA, seguido do filho OCTAVIO HENRIQUES BARCELOS DA SILVA, do neto e de familiares.



A Prof.^a CILENE DA CUNHA PEREIRA presta homenagem a Maria Emília. À esquerda, a filha THAÍS HELENA BARCELOS DA SILVA. À direita, o Sr. Presidente, Prof. Antônio Martins de Araújo.



A filha **THAÍS HELENA BARCELLOS DA SILVA** homenageando sua genitora **MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA**, acompanhada da Prof.^a **CILENE DA CUNHA PEREIRA**.

POSSE DE DOMÍCIO PROENÇA FILHO NA ABL.

Em 17.11.2015, o Prof. **DOMÍCIO PROENÇA FILHO** tomou posse na ABL. O ilustre acadêmico também ocupa a cadeira 40 da ABRAFIL. O Mestre Domício afirmou, em seu discurso, que “Estamos cientes e conscientes da grave crise econômica literal e etimologicamente vivida pelo país”. Prometeu envolver a Academia na luta pela afirmação da identidade cultural da etnia negra e na batalha contra o racismo. Em chapa única, por unanimidade, também foram eleitos, para vários cargos, Ana Maria Machado, Nélide Piñon, Marco Lucchesi, Merval Pereira e Antonio Carlos Secchin.





Flagrante da posse da nova Diretoria da ABL, em 17.11.2015, com o professor DOMÍCIO PROENÇA FILHO discursando.



Em evento na ABRAFIL, os professores Manoel P. Ribeiro, Roberto Acízelo e Antonio Carlos Secchin.



Professores Manoel P. Ribeiro e José Carlos Azeredo em evento na ABRAFIL.



PROF. WALMÍRIO MACEDO dissertando sobre Semântica.



Em evento na UERJ, os professores Manoel P. Ribeiro e Enildo Elias (da Universidade Federal de Pernambuco).



O prof. Evanildo Bechara disserta. À mesa, os professores Ricardo Cavaliere, Antonio Martins de Araújo e Tânia Mara Saliés, Vice-Diretora do Instituto de Letras da UERJ.



PROF. ANTONIO MARTINS DE ARAÚJO, Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

